

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE**

KACIANE DANIELLA DE ALMEIDA

**“NÃO SE ABRE À FORÇA UM BOTÃO DE ROSA, E SOBRETUDO, COM AS
MÃOS SUJAS”**: agruras da Educação Sexual no ambiente escolar e os desafios
atuais frente à Ideologia de gênero

TESE

CURITIBA

2017

KACIANE DANIELLA DE ALMEIDA

“NÃO SE ABRE À FORÇA UM BOTÃO DE ROSA, E SOBRETUDO, COM AS MÃOS SUJAS”: agruras da Educação Sexual no ambiente escolar e os desafios atuais frente à Ideologia de gênero

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Tecnologia e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho.

Orientadora: Dra. Nanci Stancki da Luz

CURITIBA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A447n
2018 Almeida, Kaciane Daniella de
"Não se abre à força um botão de rosa, e sobretudo, com as
mãos sujas" : agruras da educação sexual no ambiente escolar e
os desafios atuais frente à ideologia de gênero / Kaciane
Daniella de Almeida.-- 2018.
150 f. : il. ; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês
Disponível também via World Wide Web
Tese (Doutorado) - Universidade Tecnológica Federal do
Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e So-
ciedade, Curitiba, 2018
Bibliografia: f. 137-150

1. Identidade de gênero na educação. 2. Educação sexual
para crianças. 3. Educação sexual para a juventude. 4. Educação
sexual para adolescentes. 5. Crianças e sexo. 6. Ideologia e edu-
cação. 7. Orientação sexual. 8. Tecnologia - Teses. I. Luz, Nanci
Stancki da. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pro-
grama de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

CDD: Ed. 23 – 600

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba
Bibliotecário: Adriano Lopes CRB-9/1429

TERMO DE APROVAÇÃO DE TESE Nº 55

A Tese de Doutorado intitulada "NÃO SE ABRE À FORÇA UM BOTÃO DE ROSA, E SOBRETUDO, COM AS MÃOS SUJAS": aguras da Educação sexual no ambiente escolar e os desafios atuais frente à ideologia de gênero, defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) Kaciane Daniella de Almeida no dia **08 de dezembro de 2017**, foi julgada para obtenção do título de Doutor em Tecnologia e Sociedade, Área de Concentração – Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade.

Prof. Dr. Antonio Luiz Martins dos Reis (IBDSEX)
Prof.^a. Dr.^a. Marília Gomes de Carvalho - (UTFPR)
Prof.^a. Dr.^a. Mary Neide Damico Figueiro - (UEL)
Prof.^a. Dr.^a. Cláudia Maria Ribeiro - (UFLA)
Prof.^a. Dr.^a. Nanci Stancki da Luz - (UTFPR) - *Orientadora*

Visto da coordenação:

Prof.^a. Dr.^a. Nanci Stancki da Luz
Coordenadora do PPGTE

DEDICATÓRIA

À minha filha Pietra.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os motivos, as pessoas e instituições para agradecer nesse momento, pois cada uma e cada um contribuíram de forma singular para a concretização desse trabalho. Então inicio agradecendo aos meus pais. Ao meu pai, José, por todo amor, carinho e apoio durante toda a minha vida. À minha mãe, Zélia, motivo pelo qual eu cheguei tão longe em meus estudos, pois desde criança escutava que queria ter um/uma filha/o formado, e que me ensinou as primeiras letras e contas.

As/os minhas/meus primeiras/os professoras e professores da educação básica, que são a base da formação para a cidadania, e são quem mais sofre na carreira docente, porém continuam fazendo o possível para manter a dignidade na educação.

As/os professores/as da graduação em Ciências Sociais que formaram minha base de estudo e contribuíram grandemente para a minha formação humana.

Agradeço a Capes pela bolsa concedida durante os anos de doutorado.

Agradeço a UTFPR e ao PPGTE, professores/as, técnicos/s administrativos/as, estagiários/as, equipe de limpeza e funcionários/as em geral, por proporcionarem uma estrutura de qualidade para a dedicação aos estudos.

Agradecimento especial aos professores/as do PPGTE por todas as aulas, textos e discussões proporcionadas, por serem exemplos de comprometimentos com a educação. Nominalmente aos professores Mario Amorim Lopes e Geraldo Augusto Pinto que me orientaram no estágio docência. Professora Lindamir Salete Casagrande por todo apoio, humildade e parceria frente ao GeTec (Núcleo de Gênero e Tecnologia).

Agradeço a prof^a Nanci pela orientação, parceria e confiança nesses anos de convívio desde o mestrado até o doutorado.

As professoras membros da banca: Cláudia Maria Ribeiro, Marília Gomes de Carvalho, Mary Neide Damico Figueiró pela contribuição valiosa desde a qualificação. E ao professor Toni Reis que aceitou compor essa banca após a qualificação.

Agradeço aos amigos/as de todas as horas, que fazem parte de um trabalho de autoajuda fundamental para a concretização da tese. São muitos colegas que passam pela gente e quero agradecer a todos que de alguma forma dividiram esses momentos: organização de eventos, aplicação de prova no processo seletivo, os

seminários e muitos outros eventos em que estivemos juntos. Nominalmente, não gosto de fazer referências, mas tenho que agradecer ao meu irmãozinho Lucas pelos almoços, viagens, parcerias, desabafos e pelas orientações. A Janaína pelos risos incontáveis. A querida Daniela Khun pelas conversas tão otimistas e parcerias. A “Equipe” (Ana Maria, Tânia, Michel,) pelas parcerias e diversão nas viagens. A Adriana Ripka pela ajuda nos quadros e conversas de corredor. A minha querida companheira de graduação e amiga para toda a vida Lilian, com quem formei as primeiras parcerias acadêmicas e que hoje mesmo distante está muito presente e a Marcia, amiga de longa data que a Graduação também me presenteou. A Val, querida amiga que nessas correrias da vida estamos distantes. A Sol, pessoa que me apresentou o PPGTE e que me incentivou a buscar esse lugar.

As/os minhas/meus amigas/os que são minha família também que compõe a Cursinho Pré-vestibular Popular Com Ciência, Mara, Lisa, Josimar, Iara, Ana Emília, Val, Sol, e demais outras que passaram por lá, que me ensinaram e continuam me ensinando, quando penso me afastar das minhas origens, que “Não tenho um caminho novo, mas um novo jeito de caminhar” (Tiago de Mello).

As Colegas do GeTec pelo convívio e parceria nas atividades coletivas. As amigas do subgrupo do Foucault (Nabylla, Tatiane, Michel) que mesmo em poucas, caminhamos, e deram grandes contribuições para esse trabalho.

A minha família. A grande família Almeida pelos inúmeros momentos de descontração. A minha família distante que sabe muito bem acolher. A minha mãe e pai, pelo amor incondicional. A minha irmã, Kelly, por toda ajuda e apoio. A meu irmão, Mike, por toda implicância e incentivo. A meu sobrinho, Andriws, que tem que aguentar a tiadrinha mais chata, enquanto a maioria tem uma legal. As minhas sobrinhas, Camilly, parceira de treino, e Lyandra, que tal como Andriws aguenta a madrinha implicante e chata. A Dona Arlete pelo convívio e auxílio. E ao meu companheiro, Maurício, por dividir a vida comigo me incentivando, compreendendo e discutindo muito.

Ciente de que não cabe aqui nessas páginas a tudo e todos que preciso agradecer, sintam-se todos contemplados e com um forte abraço.

RESUMO

ALMEIDA, Kaciane Daniella de. **“NÃO SE ABRE À FORÇA UM BOTÃO DE ROSA, E SOBRETUDO, COM AS MÃOS SUJAS”**: agruras da Educação Sexual no ambiente escolar e os desafios atuais frente à Ideologia de gênero. 2017. f.150. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

O objetivo desta tese é analisar como a emergência do discurso sobre “Ideologia de gênero” caracteriza uma reação contrária à efetivação da Educação Sexual no Brasil. Este trabalho articula a discussão que vem vinculando gênero com o discurso da “Ideologia de gênero” e à Educação Sexual sistemática no Brasil. A metodologia consiste em pesquisa documental, apoiada no referencial teórico pós-crítico utilizando a análise do discurso foucaultiana como instrumento analítico. Para desenvolver este trabalho, realizou-se uma pesquisa na internet sobre o termo “Ideologia de gênero” e sua notoriedade durante a votação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). A pesquisa recolheu informações por meio da ferramenta de busca livre no Google, em que foram selecionadas dezessete matérias que compõem o Quadro 1 - Ideologia de gênero, em que buscou a origem do termo “Ideologia de gênero”, e dezoito matérias que compõem o Quadro 5 Ideologia, em que foram usadas as palavras chaves, “Ideologia de gênero” no PNE. O termo “Ideologia de gênero” passou a ser usado por movimentos contrários à discussão de gênero e orientação sexual, e ganhou notoriedade durante a votação do PNE (2014-2024), difundido por meio da igreja Católica. No diálogo que se estabeleceu entre a Educação Sexual e a “Ideologia de gênero”, verificou-se que existe um discurso conservador que vem alicerçando um debate a respeito de existir tal “Ideologia de gênero” em detrimento do campo de estudos de gênero. O discurso identificado em relação à Educação Sexual em outros momentos da história se assemelha com o atual, em que há presença marcante da família e da religião em posicionamentos políticos do Estado. Esses seguimentos conseguem alavancar um discurso que estimula a proteção da criança, privando-a do conteúdo da Educação Sexual, bem como a discussão que envolve a responsabilidade de educar para a sexualidade.

Palavras-chave: Ideologia de gênero, Educação Sexual, sexualidade, família, estado.

ABSTRACT

ALMEIDA, Kaciane Daniella de. **“You do not open a rose button by force, especially with dirty hands”**: sexual education in the school environment and the current challenges in front of Gender Ideology. 2017. 150f. Thesis (Phd in Technology and Society) - Graduate Program in Technology and Society. Federal Technological University of Paraná. Curitiba, 2017.

The purpose of this thesis is to analyze how the emergence of the discourse about gender ideology is characterized by a contrary reaction to the effectiveness of sex education in Brazil. This work articulates the discussion that is linking gender with the discourse of the "Gender Ideology" and the systematic sex education in Brazil. The methodology consists of a documentary research, supported in the post-critical theoretical reference using the analysis of the Foucaultian discourse as an analytical instrument. In order to develop this work, an Internet research was carried out on the term Gender Ideology and its notoriety during the vote on the National Education Plan - PNE (2014-2024). The research gathered information through a free search on Google. Seventeen articles were selected, which composes Table 1 - Gender ideology, which sought the origin of the term gender ideology, and eighteen articles that compose Table 5 - Gender ideology in PNE, in which the key words: gender ideology in PNE, were used. The term "gender ideology" began to be used in movements contrary to gender and orientation discussion, the term gained notoriety during the PNE (2014-2024) vote, and was disseminated through the Catholic Church. In the dialogue established between Sexual Education and the "Gender Ideology", it was verified that there is a conservative discourse that provides a basis for a debate regarding the existence of "gender ideology" to the detriment of gender studies. The discourse identified in relation to Sexual Education at other times in history is similar to the present one, in which there is a marked presence of family and religion in political positions of the State. These political groups develop a discourse that encourages the protection of the child, depriving it of the content of Sexual Education, as well as the discussion that involves the responsibility of educating for sexuality.

Keywords: gender ideology, sex education, sexuality, family, State.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ideologia de gênero.....	28
Quadro 2 - Matérias repetidas.....	33
Quadro 3 - Concepção de ideologia de gênero.....	35
Quadro 4 - Pertencimento religioso sítio até 2012.....	38
Quadro 5 - Ideologia de gênero no PNE.....	39
Quadro 6 - Vinculação Ideologia de gênero no PNE.....	43
Quadro 7 - Pertencimento Religioso dos Sítios 2013-2014.....	45
Quadro 8 - Tramitação do PNE.....	71
Quadro 9 - Teses e Dissertações.....	105

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNICOS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
ABRUC	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
ABRUEM	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
Aids	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANEC	Associação Nacional de Educação Católica do Brasil
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
Camde	Campanha da Mulher pela Democracia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal De Nível Superior
CBEs	Conferências Brasileiras de Educação
CCJ	Comissão Constituição, Justiça e Cidadania
CE	Comissão de Educação
CEBS	Círculo Brasileiro de Educação Sexual
CECE	Comissão de Educação, Cultura E Esporte – Senado Federal
CEDES	Centro de Estudos Educação & Sociedade
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEEI	Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores Em Educação
Conae	Conferência Nacional de Educação
CONFENAPA	Confederação Nacional das Associações de Pais E Alunos
CONFENEN	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal De Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CONTEE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNCE	Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação
FORUMDIR	Fórum Nacional de Diretores de Faculdades
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
GETEC	Núcleo de Gênero e Tecnologia
GTPOS	Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas Gays Bissexuais e travestis, transexuais
MEC	Mistério da Educação e Cultura
MIEB	Movimento Interfóruns de Educação Infantil Do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEE	Planos Estaduais de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de educação
PROIFES	Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino
SASE	Secretaria de Articulação Com O Sistema de Ensino
SEA	Secretaria-Executiva Adjunta
SEB	Secretaria de Educação Básica
Secadi	Secretária de Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão
SECOM	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SECRIE	Secretaria de Inclusão Educacional
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEEA	Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo
SEPIR	Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude

SPM	Secretaria Especial de Política para Mulheres
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UCF	União Cívica Feminina
UNCEME	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNE	União Nacional dos Estudantes

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 METODOLOGIA.....	25
2.1 O CORPUS DA PESQUISA.....	29
2.1.1 IDEOLOGIA DE GÊNERO: composição do cenário.....	30
2.1.2 Ideologia de gênero: composição do cenário no PNE.....	40
3 QUEM TEM MEDO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO?.....	49
3.1 IDEOLOGIA E IDEOLOGIA DE GÊNERO.....	49
3.2 IDEOLOGIA DE GÊNERO: o anúncio de um discurso.....	56
3.3 PRIMEIRAS APARIÇÕES DO TERMO IDEOLOGIA DE GÊNERO.....	58
3.4 A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DE IDEOLOGIA DE GÊNERO.....	61
3.5 GÊNERO E IDEOLOGIA DE GÊNERO: os sujeitos de fala.....	76
4 EDUCAÇÃO SEXUAL.....	84
4.1 EDUCAÇÃO SEXUAL: o termo em debate.....	84
4.2 EDUCAÇÃO SEXUAL: um caminho.....	88
5 EDUCAÇÃO SEXUAL E IDEOLOGIA DE GÊNERO.....	109
5.1 A EDUCAÇÃO SEXUAL FRENTE À “IDEOLOGIA DE GÊNERO”.....	109
5.2 EM NOME DE DEUS.....	113
5.3 EM NOME DA FAMÍLIA.....	120
5.4 EM NOME DO ESTADO.....	126
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	137

1 INTRODUÇÃO

Nesta terça-feira, 6 de maio, o projeto de lei nº 8035/2010, mais conhecido como Plano Nacional de Educação (PNE 2011 – 2020), será votado mais uma vez. Com a relatoria do deputado Ângelo Vanhoni (PT/PR), o projeto sofre vários embates, principalmente na questão ideologia de gênero, que tenta entrar no sistema de ensino educacional brasileiro (ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO, 2014).

A citação acima denota, ligeiramente, os embates que estimularam a temática dessa tese: a aparição e a divulgação de um discurso ligado à “Ideologia de gênero” em um contexto marcado pela votação do PNE, delineando o objetivo de analisar como a emergência do discurso sobre “Ideologia de gênero” está relacionada com a história da Educação Sexual no Brasil.

A tese a ser defendida consiste em que o discurso da “Ideologia de gênero” caracteriza-se como uma reação conservadora¹ frente à Educação Sexual na escola, haja vista que, em momentos decisivos para a temática, movimentos contrários insurgiram e conseguiram desarticular a discussão que caminhava para a inclusão e a diversidade. Na atualidade, presenciamos a emergência de um discurso que caracteriza gênero como “Ideologia de gênero”, termo esse que se refere pejorativamente aos estudos de gênero, o elencando como ameaça à população.

O título do trabalho, *“NÃO SE ABRE À FORÇA UM BOTÃO DE ROSA, E SOBRE TUDO, COM AS MÃOS SUJAS”*: agruras da Educação Sexual no ambiente escolar e os desafios atuais frente à “Ideologia de gênero”, foi inspirado em uma frase proferida durante o julgamento, pela comissão de moral e civismo, ao projeto de lei, de 1968, da Deputada Julia Steinbuch. Destacamos-lhe pelo significativo teor contido nessa afirmação, e sua presença marcante na Educação Sexual, em que, a pureza é um argumento acionado quando o assunto é Educação Sexual, argumento que reincidiu nos discursos encontrados contrários a gênero e orientação sexual no PNE (2014-2024), em que, há uma suposta proteção à criança, na privação de conteúdos pertinentes à educação escolar.

¹ A melhor definição para o termo conservador e conservadorismo no qual me refiro nessa tese foi encontrado na leitura de Jamerson Murillo Anunciação de Souza (2015) que conjuntura o conservadorismo moderno como: conservadorismo não significa oposição a qualquer tipo de mudança, mas a determinados tipos específicos de mudança, a saber, aquelas que possam ser desencadeadas pelas classes dominadas. SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 122, p. 199-223, Jun.2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282015000200199&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Ago.. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/01016628.020>.

Estudar esses dois temas, a emergência do discurso de “Ideologia de gênero” e Educação Sexual, e como eles estão relacionados na conjuntura política e social do Brasil é muito provocador, pois nos remete a situações que não condizem com uma abordagem inclusiva para a diversidade na educação. Evidencia também mecanismos que fizeram com que a Educação Sexual na escola ainda seja um tema periférico, no sentido de, estar restrito às aulas de biologia ou programas específicos de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) e gravidez na adolescência.

Desde o início da minha trajetória acadêmica gênero, sexualidade e educação estiveram marcando uma sutil presença nas minhas escolhas. Pensar as diferenças entre os gêneros na vivência das sexualidades e na escola como um espaço que intersecciona realidades distintas, fez-me olhar para o cenário da Educação Sexual sistemática² no Brasil, e interrogar o porquê essa área de estudo não conseguiu se efetivar no cenário da educação escolar de forma permanente³.

Esse questionamento, e outros tantos, já vinham comigo desde a conclusão da pesquisa realizada no mestrado (2010-2012). A participação como docente nos cursos de formação de professores/as, o Gênero e Diversidade na Escola (GDE)⁴ promovido em conjunto ao Núcleo de Gênero e Tecnologia (GETEC) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da Secretária de Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão (Secadi), proporcionou contato com os cursistas, professores/as da rede básica de ensino, que ampliou a visão do caráter periférico atribuído a essa discussão.

A pesquisa de mestrado, *Educação Sexual: uma discussão para o ensino médio técnico?*, teve como objetivo analisar como a Educação Sexual era percebida na escola e como era trabalhada pelos/as docentes. O olhar focalizado na figura do/a docente foi tomado como primordial para entender a temática, pois esses/as profissionais são vistos como os principais responsáveis pela inserção da discussão na escola, mas são eles/as também os mais fragilizados por ela, pois carregam consigo valores (familiares, religiosos), pré-conceitos, e a formação proporcionada ainda é pouca e não atende toda a demanda.

² Educação Sexual sistemática refere-se à inserção dentro do ambiente escolar, em que o conhecimento passa a ser sistematizado e tem-se a busca de inserção no currículo escolar.

³ A forma permanente a que me refiro, não está relacionada ao conteúdo obrigatório da área de biologia, pautada em reprodução humana e órgãos sexuais, mas uma educação ampla que converse com as dimensões sociais da sexualidade e gênero em programas específicos e contínuos.

⁴ O GDE é um projeto conjunto do MEC com diversas instituições de ensino que promovem a discussão da diversidade na escola, por meio financiamento.

Na ocasião, a pesquisa foi realizada em uma escola pública de Curitiba no primeiro semestre de 2011, com 19 docentes entrevistados/as. Tendo verificado que a Educação Sexual se mostra presente na escola e permeando o trabalho dos/as professores/as, a Educação Sexual foi relatada por eles/as como necessária dentro do ambiente escolar.

Entretanto, a forma como a discussão surge geralmente é em decorrência de situações que necessitam da intervenção do/a docente, ou seja, é necessário que haja um conflito ou a curiosidade do/a estudante em abordar o/a professor/a. Desta forma o conhecimento repassado acaba ficando restritos às abordagens das aulas de Biologia. Todavia, essa abordagem foi apontada pelos/as entrevistados/as como insuficientes para atender a demanda dos/as alunos/as.

A discussão sobre Educação Sexual mostrou-se um tema presente no cotidiano escolar e os/as professores por vezes requisitados a responder dúvidas dos alunos e alunas a respeito do despertar da sexualidade, regras de comportamento, namoros e dúvidas referentes ao cuidado com o corpo.

Os/as docentes citaram ainda assuntos que achavam importantes para a Educação Sexual: a gravidez na adolescência; prevenção das ISTs, HIV/Aids; respeito e orientação; esclarecimento de dúvidas; desmistificação; prevenção; cuidado do corpo; saúde/vida saudável; respeito, respeito a si próprio, respeito à diversidade; valores; flertes e namoros; preservativos; preservação de si; anticoncepcionais; liberdade e libertinagem; preconceito; homossexualidade; orientação sexual; mudanças no corpo, puberdade, transformações; decisões; sentimentos; verdadeiro amor; relação sexual; constituição família; princípios familiares; responsabilidades iguais para meninos e meninas em situação de gravidez.

Ao término dessa pesquisa constatou-se que não há ao certo um modelo de Educação Sexual na escola, embora ela estivesse presente e sido considerada pelos/as professores/as como importante para o desenvolvimento educacional.

Ingressei no doutorado (2013) dando continuidade aos estudos ligados à Educação Sexual. Nesse período, também as discussões para a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024) estavam sendo realizadas, pois o projeto inicial começou a tramitar em 2010, mas foram nos anos de 2012 à 2014 que as discussões ganharam visibilidade para a população como um todo.

Nesse momento comecei a sentir certo incômodo com as postagens vistas na internet que vinham ligando a votação do PNE a uma suposta “Ideologia de

gênero”. A princípio o termo incomodou, mas não havia despertado o interesse para ao que realmente estava sendo dito com aquela terminologia. As publicações aumentavam. Em outubro do ano de 2012 a proposta do PNE foi aprovada pelo Congresso Nacional e remetida ao Senado.

Nesse período do final do ano de 2012 a início de 2013, quando o PNE voltou à câmara com as mudanças propostas pelo senado, observou-se uma efervescência de postagens que ligava a “Ideologia de gênero” ao PNE e o que era mera inquietação frente a um termo, começou a ser associado mais amplamente ao meu campo de estudo. No ano de 2014 houve uma explosão de postagens quando estava chegando próximo à data da votação final.

O PNE passou a ser alvo de destaque na internet, ligado a publicações que envolviam manchetes que afirmavam “Ideologia de gênero” na formulação desse. As manifestações repercutiram dentro do Congresso Nacional, em que grupos se mobilizaram, pressionando para a não inclusão de gênero e orientação sexual no documento final.

Minhas inquietações, olhando para esse cenário, remetiam ao meu tema de pesquisa, “educação sexual”, questionava-me constantemente: como pensar em educação sexual na escola com um movimento que está “barrando” a discussão de temas que estão diretamente ligados ao conceito de educação sexual, do qual compartilho? Conceito este, relacionado, ao conceito de sexualidade em que corresponde a dimensão do ser humano emergida sob um contexto de gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento afetivo/sexual, pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores e relacionamentos.

Observando já com o olhar de que esse tema deveria de alguma forma fazer parte de meu estudo, notei que as postagens evidenciavam certos argumentos que foram invocados em momentos de estruturação da educação sexual na escola, tais como: é responsabilidade da família a educação sexual; a escola não pode interferir na orientação sexual dos estudantes; homossexualidade não é assunto para discutir na escola.

E dentro desse contexto pude perceber a influência de forças ligadas a certos segmentos religiosos, que estavam em articulação com as mobilizações de famílias e jovens, e dentro do congresso com os deputados.

Diante do exposto direcionei minha pesquisa em curso sobre Educação Sexual na escola, para pensar esse movimento que foi evidenciado na votação do

PNE (2014-2024) e que contribuiu para que gênero e orientação sexual ficassem fora do texto final. Diante disso os objetivos traçados são:

Objetivo geral

Analisar como a emergência do discurso sobre “Ideologia de gênero” caracteriza-se uma reação contrária à efetivação da educação sexual no Brasil.

Para cumprir o objetivo geral da tese, definimos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar como o processo de discussão social sobre a votação do PNE (2014-2024), em um contexto de discussão e divulgação do termo “Ideologia de gênero”, se relaciona com a educação sexual no Brasil.
- Analisar a divulgação do termo “Ideologia de gênero” em sítios da internet no período de 2000 a 2014;
- Analisar a gênese do termo “Ideologia de gênero”, por meio dos sítios da internet;
- Analisar como a retirada dos termos explícitos de gênero, orientação sexual, raça, etnia do Art. 2º parágrafo III relaciona-se com o cenário de Educação Sexual no Brasil.

Gênero neste trabalho é conceituado como um campo de estudos, que apresenta implicações políticas em sua formulação, pois remete a conceitos sociais que evidenciam as diferenças entre homens e mulheres⁴. Ao tomar gênero como um conceito, estamos relacionando fundamentalmente os significados atribuídos a ambos os sexos em diferentes sociedades (FELIPE; GUIZO, 2004), mas não apenas isso, pois nesse conceito estão interseccionados as sexualidades, as raças/etnias, classes e religiosidades dentre outras identidades sociais que se somam aos gêneros.

Joan Scott (1995) teoriza que o termo gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, rejeitando explicações biológicas para a subordinação feminina. Nessa afirmação está presente a ideia de que as relações sociais baseadas na diferença entre homens e mulheres, que é cultural, cria sujeitos com destinos distintos. Para a autora o sistema composto pelas instituições, política, escola e mercado de trabalho operam na construção do gênero que permeia as relações sociais como um todo.

Gênero como uma categoria de análise (SCOOT, 1995) evidencia as relações de poder presentes em diversos âmbitos. O poder, nessa conceituação, é

4 Não apenas Homens e Mulheres.

entendido segundo uma abordagem foucaultiana, ou seja, ele é descentralizado e perpassa as relações; ninguém detém o poder o tempo todo, ele é transitório.

Scott (1995) ao indicar “gênero” como categoria de análise histórica evidenciou o caráter político que constitui as relações sociais baseadas no sexo. Nessa perspectiva, a condição primária para pensar as relações de poder está alicerçada sobre a diferença entre os papéis sociais destinados a homens e mulheres.

A proposta deste trabalho realça o caráter político que gênero possui. Sob esse mesmo prisma está a sexualidade, que se liga aos gêneros e às discussões promovidas por esse debate, por ser uma das formas de relações de poder que se exercem frente às mulheres perante aos homens. Gênero e sexualidade são tratados como categorias complementares e indissociáveis, pois suas construções estão permeadas pelas mesmas determinações, estereótipos, normalidade, aceitação. Além do mais, é a partir do olhar mais expressivo sobre gênero que as dimensões da sexualidade encontraram caminhos para serem problematizadas.

A proximidade desses temas é evidenciada por Cláudia Vianna e Cláudio Roberto da Silva (2008), que relatam que as relações de poder encontradas dentro de gênero estavam presentes também no campo da sexualidade. Esses dois temas estão intimamente ligados à Educação Sexual que adotamos como perspectiva, pois essa deve priorizar os gêneros, as sexualidades, as diversidades. Nesse intuito, a definição a seguir foi a que melhor ressaltou os embates em torno do conceito, e está baseada em duas autoras: Maria José Garcia Werebe (1977) e Maria Amélia A. Goldberg (1982).

Werebe (1977) compreende a Educação Sexual em relação “a todas as ações, diretas e indiretas, deliberadas ou não, conscientes ou não, exercidas sobre um indivíduo (ao longo de seu desenvolvimento)” e “que lhe permite situar-se em relação à sexualidade em geral e à sua vida em particular” (WEREBE, 1977, p.11). A autora delimita ainda que existe um sentido mais restrito para a Educação Sexual que a distingue da primeira abordagem, pois está relacionada à intervenção deliberada e sistemática com intenções explicitadas ou não.

Essas duas conceituações apontadas por Werebe (1977) evidenciavam as dimensões retomadas no livro “Sexualidade, Política e Educação” que, a partir de explicação sobre o título do livro, demonstra os entraves em torno da Educação Sexual: “O termo Política, colocado entre os dois outros, visa enfatizar a importância

dos determinantes políticos seja na regulação da vida sexual, seja na atribuição de objetivos e na organização das atividades educacionais” (WEREBE, 1998, p.3).

Para a autora, a sexualidade humana não é um fator individual, mas coletivo, sendo debatido em âmbito político e passando por um processo que determina o que e quando podemos discutir a sexualidade, portanto, delimita a Educação Sexual e a quem se dá o direito do exercício, voz e vivência da sexualidade e sob que condições.

A autora constata que “por outro lado as mudanças ocorridas nos comportamentos ligados à sexualidade podem influir sobre as orientações políticas adotadas pelos governos” (WEREBE, 1998, p.3), ou seja, se a política influencia na sexualidade e na educação o contrário também se concretiza, pois a vida social é regulada por determinantes políticos, bem como a política é feita tendo em consideração também uma base social real.

Cada sociedade, em todos os tempos, procurou controlar a vida sexual de seus membros, tentando colocar limites e barreiras para o prazer sexual. Assim foram estabelecidas juridicamente regras e normas para assegurar o caráter politicamente conservador e a utilidade econômica da sexualidade (WEREBE, 1998, p.3-4).

Werebe (1998) evidencia que a sexualidade é controlada pela sociedade e por seus membros com regras e normas colocando limites e barreiras para essa, influenciando diretamente o que conhecemos por Educação Sexual.

Goldberg (1982) visa enfatizar a Educação Sexual no campo das lutas, em que uma série de batalhas são travadas pelas transformações dos padrões vigentes de relacionamento sexual, ou seja, a ação dos/as sujeitos alicerçadas pela busca constante de informação leva à Educação Sexual. A proposta da autora está sob a ótica da educação sexual na abordagem emancipatória, tal conceito evidenciado pela autora está ligado com a emancipação dos sujeitos.

Mary Neide Damico Figueró (2010) enfatiza que o conceito de Goldberg (1982) tem grande abrangência por considerar as lutas pela transformação dos padrões de relacionamento sexual. Como reflexo dessas lutas está o engajamento ativo dos sujeitos, e nisso consiste um viés contínuo de educação, sob o ponto de vista da sexualidade. “Essa educação é um processo permanente que exige a marca de seu compromisso pessoal com uma causa que é social: a da transformação das relações sexuais” (GOLDBERG, 1982, p.13).

Alicerçadas nesses dois conceitos, Werebe (1977,1988) e Goldberg (1982), que retratam as dimensões que perpassam a Educação Sexual, propõem-se na

leitura desse trabalho, perceber a Educação Sexual como um conceito tanto ligado à Sexualidade como à Política e à Educação em um campo de lutas, envolvendo uma gama de significados que adentram no campo das práticas discursivas e de um saber-poder.

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1999, p.8-9).

Nessa premissa, Michel Foucault (1999) ressalta procedimentos que determinam a relevância e distribuição de certos assuntos para a sociedade. Estão implícitos nesse argumento mecanismos de inclusão, dentre eles o mais conhecido, segundo ele, é a interdição. Essa por sua vez, manifesta-se em três tipos: tabu do objeto; ritual da circunstância; direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. Esses três tipos de interdição se inter cruzam e delimitam, sabendo-se que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um não pode falar qualquer coisa, o que nos liga diretamente à relação política que perpassa a Educação Sexual.

Para o autor as três interdições formam uma grade complexa que constantemente estão em modificação, entretanto Foucault (2012) aponta que em dois pontos a grade é “mais cerrada”, destacando a área em que existem mais conflitos e problematizações.

[...] Onde os buracos negros se multiplicam são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacífica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 2012.p. 9).

Diante disso o autor aponta que é no âmbito da sexualidade e da política que as estruturas de poderes são mais eficazes. Sendo estas estruturas de poderes consolidados, a educação pode ser o meio pelo qual elas se materializam. Desta forma, ao pensar a Educação Sexual como um conceito que atravessa a sexualidade, a política, a educação e mais, reconhecer que esse campo está atravessado por lutas constantes, considerando tanto o conceito de Werebe (1977,1998) como o Goldberg (1982), situamos a Educação Sexual em um campo de disputa marcado por divergências, permanências e resistências às quais

tentaremos demonstrar ao longo dessa pesquisa com a discussão da “Ideologia de gênero” e sua interferência direta no PNE (2014-2024) em relação à inserção de gênero e orientação sexual, salientando a sutileza das interdições, exercendo o poder.

A metodologia, que compõe esse trabalho é de cunho qualitativo, embasada pela perspectiva pós-crítica. Trabalhamos com a seleção de textos de sítios da internet, desta forma esses materiais configuram-se como importantes documentos para investigação que serão interpretados de acordo com a análise do discurso, método protagonizado por Foucault (1969, 1970).

A análise do discurso na perspectiva Foucaultiana está pautada na ação dos sujeitos. A palavra dita revela a ação e vai para a ação. O discurso circula e em sua movimentação está o seu poder; quanto mais é proferido, maior o poder que manifesta. Alguns conceitos estão na inteligibilidade da metodologia de análise do discurso. Ou seja, para entender a análise realizada na perspectiva discursiva, é preciso estar ciente de que o discurso parte de uma arqueologia/genealogia. É preciso saber o passado para entender o presente, e nesse entendimento está a ligação com o desejo e com o poder. O discurso é, nessa perspectiva, aquilo pelo que se luta. No capítulo dois será delimitada a metodologia.

O capítulo três está destinado a demonstrar como se configura o discurso da “Ideologia de gênero”. A primeira abordagem é dada ao tratamento do termo Ideologia e como essa se relaciona com gênero, problematizando, por meio do conceito de ideologia, o discurso que relaciona gênero com ideologia. Partimos também de entender quais as possibilidades que fizeram despontar o discurso da “Ideologia de gênero”, investigando qual é a sua gênese.

O capítulo quatro é destinado à história da Educação Sexual sistemática no Brasil a partir do uso do termo Educação Sexual, e apresentamos um percurso na presença dessa temática no ambiente escolar, com as escolas pioneiras na discussão da temática e os entraves que surgiam em sua efetivação no ambiente escolar. Para entender o contexto atual buscamos em teses e dissertações qual a principal abordagem para esse campo em estudos recentes.

O capítulo cinco é destinado às interlocuções entre a Educação Sexual e o discurso de “Ideologia de gênero”, nele resgatamos alguns argumentos utilizados em relação a não efetivação da Educação Sexual em momentos decisivos de sua

discussão, com o discurso atual em torno de existir uma “Ideologia de gênero”. Três elementos são levantados para entender os entraves frente à temática: Estado, Família e Religião.

O capítulo seis é destinado às considerações finais.

2 METODOLOGIA

Ao iniciar o processo de pesquisa, a utilização de uma metodologia que sustente nossa abordagem teórica é de fundamental importância, uma vez que, nossas investigações devem demonstrar com clareza o caminho percorrido durante a elaboração do trabalho. Dagmar Meyer e Marlucy Alves Paraíso (2014) relacionam a metodologia às nossas escolhas, por onde percorremos e como tratamos nossa pesquisa, seja o objeto de estudos ou os sujeitos pesquisados/as. Para elas, a metodologia sempre se refere a um como fazer, sendo que a metodologia é pedagógica, porque se trata de uma condução.

Essa tese está relacionada com o método pós-crítico de fazer pesquisa, que compreende diversas abordagens teóricas, que combinam correntes distintas: pós-estruturalismo, pós-moderno, pós-colonialismo, pós-gênero, pós-feminismo, Multiculturalismo, Pensamento da Diferença, Estudos Culturais, Estudos de Gênero, Estudos Étnicos e Raciais e Estudos *Queer*, entre outros, pois “entendemos metodologia como um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa que é articulado a um conjunto de procedimentos de coleta de informações” (MEYER; PARAÍSO, 2014, p.18).

Pode-se acrescentar que essa abordagem está focada na identidade, na diferença, na subjetividade, significação do discurso, saber-poder, cultura, gênero e sexualidade como elementos para pensar as bases das desigualdades sociais. Paraíso (2004) enfatiza que o modo pós-crítico se destaca pela utilização de ferramentas conceituais, operações analíticas e processos investigativos. Ou seja, admite-se que a metodologia está em construção permanente criando modelos distintos de análise.

A Educação Sexual é uma temática que pede uma abordagem metodológica que considere sua história, pois essa já demonstra que é um campo marcado por abordagens distintas de acordo com cada tempo, demarcando algumas lutas para sua presença na educação escolar. Discursos de poder foram proferidos sobre o fazer da Educação Sexual, e tornaram-se discursos de verdade na sociedade, adaptando-se aos conceitos de educação, saúde, sexualidade e moral, e para que haja mudança é necessário romper com algumas dessas lógicas.

Os fatos que marcaram a votação do PNE (2014-2024) e o da década anterior (2001-2010) evidenciam a forte interferência no ambiente escolar por agentes externos, que não estão ligados diretamente à educação. Paraíso (2014, p.

28-34) aponta que a abordagem pós-crítica em educação assume premissas e pressupostos que ao longo dessa pesquisa buscaremos evidenciar:

- nosso tempo vive mudanças significativas na educação;
- educamos e pesquisamos em um tempo diferente;
- as teorias, os conceitos e as categorias que podem explicar as mudanças na vida, na educação e nas relações que nela estabelecemos são outros;
- a verdade é uma invenção, uma criação;
- o discurso tem uma função produtiva naquilo que diz;
- o sujeito é um efeito das linguagens, dos discursos, dos textos, das representações, das enunciações, dos modos de subjetivação, dos modos de endereçamento, das relações de poder-saber;
- as relações de poder são de diferentes tipos: de classe, gênero, sexualidade, idade, raça, etnia, geração e cultura;
- a diferença é o que vem primeiro e é ela que devemos proliferarem nossas pesquisas.

Assumir esses pressupostos e premissas que a autora sistematiza não é considerar as mudanças, mas os agentes de mudança, o que envolve o entendimento que a sociedade tem de elementos fundantes, e que assim como o tempo passa por ressignificações, a política, a educação, as distâncias (geográficas), as diferenças e as identidades, também passam. Nesse ambiente, fica claro que as pedagogias também mudam. Ou seja, a Educação Sexual passa por esses determinantes, que ora a marcaram como inovadora, ora como higiênica, preventiva, biologicista, ora execrada também.

No entanto, com a alteração de agentes de mudança, marca uma etapa de envolvimento de identidades excluídas do processo de ensino e que se encontram excluídas justamente por suas sexualidades. Reconhecer a importância da Educação Sexual na educação é metodologicamente trabalhar para reduzir as desigualdades e discriminações decorrentes da sexualidade, que, entretanto, encontram-se marcadas por uma abordagem que não a contempla na totalidade.

Lançamos a pretensa interlocução entre a Educação Sexual e as discussões em sítios da internet sobre “Ideologia de gênero” antes e durante a tramitação do PNE (2014-2024). E analisamos segundo a perspectiva Foucaultiana de análise do discurso, no intuito de saber quando o discurso em torno desse termo torna-se algo a ser dito por contrários aos estudos de gênero. Uma vez que consideramos que gêneros e sexualidades fazem parte das abrangências da Educação Sexual,

pensamos que a discussão não poderia ficar fora de um documento importante sobre a educação como o PNE.

Entendemos que o discurso no pensamento de Foucault enfatiza o conteúdo e o contexto da linguagem, que invocam situações de poder específicas, historicamente construídas, noções de verdade particular (GORE, 2011). Ao escolher os estudos foucaultianos, tentamos responder nesta pesquisa: como se formou o discurso em torno da Educação Sexual? E como está se formando o discurso da “Ideologia de gênero” em detrimento de estudos de gênero?

Assumindo esse campo de análise somos cientes também de que o que se imprime nesse trabalho está limitado à interpretação dos fatos, traçando um caminho que se constitui como verdade em uma perspectiva. Os regimes de verdades são acionados por mim também, uma vez que estou em um lugar privilegiado que é o de fazer ciência e produzir conhecimento, portanto, usufruindo do cientificismo. Assumindo essa postura estamos em constante vigilância de nós mesmas em nossas pesquisas, na tentativa infinita de evidenciar as desigualdades de forma plena em nossas escritas.

Trata-se daquilo que eu denomino *postura foucaultiana* e que, de resto, está de certa forma presente em todo pensamento pós-estrutural ou pósmoderno. Uma postura que caracteriza pela mais completa e permanente desconfiança sobre as verdades que se costuma tomar como dadas, tranquilas e naturais. Uma postura que se manifesta pelas constantes tentativas de escapar de qualquer enquadramento que postule como não problemáticas as ideias iluministas de um sujeito fundante, de uma razão transcendental e de um homem ou mulher natural e universal que habita dentro de cada um de nós (VEIGA-NETO, 2011, p. 243, grifos do autor).

Essas desconfianças conduzem para a sistematização da história da Educação Sexual, no intuito de evidenciar os posicionamentos distintos em tempos e lugares, para chegar ao momento atual. Um fato recente - a votação do PNE (2014/2024) – mostrou-se ligado diretamente a um processo de discussão que vinha privilegiando a incursão ampla da Educação Sexual na escola, contemplando as demandas da biologia, mas também das diversidades, regional, de classe, raça/etnia, geração, idade, cultura.

A opção em trabalhar com sítios na internet se faz por considerar que a internet é um importante instrumento contemporâneo e a mobilização por esse meio de comunicação configura-se como importante objeto de pesquisa.

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), o uso da internet está

em 48% entre as/os brasileiras/os, sendo que 37% a utilizam todos os dias. Esse dado configura-se como o terceiro maior meio de comunicação no Brasil, ficando atrás da televisão e do rádio, respectivamente. Quem utiliza a internet está principalmente em busca de informações (67%) – notícias sobre temas diversos ou informações de um modo geral (BRASIL, SECOM, 2014).

Luís Felipe Zago (2013) aponta que a produção de conhecimento com o uso da internet assume cada vez mais relevância no campo das ciências humanas e sociais desde a metade da década de 1990, o que a torna, ao mesmo tempo, objeto, campo e instrumento de pesquisa.

Embora nossa pesquisa não se pautar sobre o uso virtual como articulação para mobilização em torno da votação do PNE (não que não houvesse), destacamos que é um veículo de extrema relevância para pensar acontecimentos políticos e sociais, pois a cada dia amplia-se o uso dela como constituinte das redes de relacionamentos, que extrapolam a barreira do conhecer ou desconhecer, mas aproxima-se dos que mantêm posicionamentos para que contemplem os seus anseios criando vínculo de proximidade de ideia, visto que os conteúdos postados nos sítios proliferam discursos de verdade.

Jeane Félix (2014) enfatiza na utilização da internet muitas potencialidades, mas por se tratar de um uso recente também tem desafios e limites. Outro ponto frisado pela autora são as questões éticas novas que a internet nos coloca, por isso ela deixa evidente o quanto há necessidade de pensar, discutir, estudar e problematizar nesse âmbito.

Desta forma, utilizamos os sítios como ferramenta para buscar os discursos em torno da votação do Plano, no intuito de: localizar quais as origens do termo “Ideologia de gênero” e como ele emergiu na discussão do PNE (2014-2024). Assim, a pesquisa que engloba a Educação Sexual utiliza-se de acontecimentos recentes: a emergência do termo “Ideologia de gênero” e a votação do PNE (2014-2024) para compreender como esse assunto (Educação Sexual) ainda encontra desafios para a sua efetivação.

Foi pela incursão nos sítios da internet que chegamos à consideração de que o termo “Ideologia de gênero” já estava sendo enunciado desde o ano de 2004 pelo mundo, por setores conservadores ligados à igreja Católica. No Brasil ele ganha destaque e notoriedade com o PNE (2014-2024). A pesquisa então se compôs de sítios da internet que fizeram menção à “Ideologia de gênero” compreendido no período de 2004 a 2012, e “Ideologia de gênero” no PNE entre

2013 e primeiro semestre de 2014, ano da votação final do Plano Nacional de Educação.

2.1 O CORPUS DA PESQUISA

A pesquisa compõe-se de reportagens de sítios da internet localizados por meio da pesquisa livre no Google. Utilizamos para busca as palavras chave “Ideologia de gênero”, cujo resultado é apresentado no Quadro 1 - Ideologia de gênero, e “Ideologia de gênero” no PNE, que compõe Quadro 5 - Ideologia de gênero no PNE. Ressalta-se que o retorno com resultados usando essas palavras foi bem variado e além de sítios veiculando notícias ou informações, também existe uma quantidade de vídeos explicativos.

O primeiro quadro foi, então, composto pelos sítios brasileiros que vincularam alguma matéria ou discussão sobre a temática de caráter explicativo do que seria “Ideologia de gênero”. Essas reportagens serão analisadas em virtude da emergência do discurso de “Ideologia de gênero” em detrimento dos estudos de gênero.

Assim que o termo “Ideologia de gênero” ficava evidente, postagens que confrontavam o termo e defendiam a discussão de gênero no PNE também foram aparecendo, no entanto essas não fazem parte dos quadros⁵.

O total de postagens selecionadas foi de trinta e cinco. Dezesete no Quadro 1 - Ideologia de gênero, dezoito no Quadro 5 - Ideologia de gênero no PNE. As postagens foram selecionadas sob o critério de conter em seus títulos “Ideologia de gênero” em um primeiro momento, e “Ideologia de gênero” e “PNE” em um segundo momento.

A preocupação em saber qual a origem do termo “Ideologia de gênero” foi instigada no intuito de demonstrar qual era a fonte enunciadora do discurso da “Ideologia de gênero”, uma vez que a sua aparição estava presente na fala de políticos e membros de religiões contrários aos estudos de gênero.

Iniciou-se a busca para verificar ano a ano postagens que retornassem com o resultado. Em uma primeira busca, sem delimitar o tempo, apareceu uma reportagem de 2004. Assim, passamos a concentrar a pesquisa a partir do ano 2000

⁵ As reportagens e materiais que defendem o uso do termo gênero não fazem parte dos objetivos desse trabalho, mas é importante salientar que documentos, artigos de jornal, notas de Associações e cartilhas foram produzidos por pesquisadoras/es da área de gênero.

(01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano até 2010), foram feitas as filtragens utilizando a ferramenta de busca personalizada do Google.

2.1.1 IDEOLOGIA DE GÊNERO: composição do cenário

No Quadro 1 - Ideologia de gênero procura revelar a época em que o termo “Ideologia de gênero” foi enunciado e quando ele ganha força perante a sociedade brasileira. Os títulos das matérias são expostos para mostrar como a referência a “gênero” pelo termo “Ideologia de gênero” anuncia uma desordem social, instigada antes mesmo da leitura do texto.

O nome dos sítios e o endereço pretendem demonstrar as bases que produzem e disseminam o termo “Ideologia de gênero”.

Quadro 1 - Ideologia de gênero

Nº	DATA	TÍTULO	SÍTIO
01	31/07/2004	Vaticano se posiciona contra o feminismo e a ideologia de gênero	UolNotíciais http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2004/07/31/ult1766u4859.jhtm
02	09/06/2008	A ideologia do gênero: seus perigos e alcances	Canção nova http://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf
03	09/09/2010	Ideologia de gênero: A Ideologia contra Biologia	Portal da família http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo916.shtml
04	06/06/2011	Loucura da ideologia de gênero: escola na Suécia proíbe que crianças sejam tratadas como meninos e meninas	Instituto Plínio Corrêa de Oliveira http://ipco.org.br/ipco/loucura-da-ideologia-de-genero-escolamaternal-na-suecia-proibe-que-criancas-sejam-tratadas-comomeninos-e-meninas/#.V-UWJCerLIU
05	15/07/2011	A linguagem de gênero	http://www.providaanapolis.org.br/index.php/todos-os-artigos/item/114-a-linguagem-de-g%C3%AAnero
06	31/01/2012	Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família Entrevista com Jorge Scala	Zenit (o mundo visto de Roma) https://pt.zenit.org/articles/ideologia-de-generoneototalitarismo-e-a-morte-da-fami-lia/
07	01/02/2012	Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família Entrevista com Jorge Scala	Cleófas http://cleofas.com.br/ideologia-de-genero-neototalitarismo-e-amorte-da-familia/
08	10/05/2012	A ideologia de gênero é um atentado contra a natureza humana	Mídia semmascara http://www.midiasemmascara.org/artigos/movimentorevolucionario/13049-a-ideologia-de-genero-e-um-atentadocontra-a-natureza-humana.html
09	15/06/ 2012	Ideologia do Gênero: Ciência nega categoricamente que o Gênero seja “construção social”.	Comshalom http://blog.comshalom.org/carmadelio/30773-ideologia-dogenero-ciencia-nega-categoricamente-que-o-genero-sejaconstrucao-social
10	25/06/2012	Ideologia de Gênero	Apocalipse Total https://apocalipsetotal.wordpress.com/2012/06/25/ideologiadegenero/
11	17/09/2012	Ideologia de gênero, conheça seus perigos e alcances	DestraveCanção Nova https://destrave.cancaonova.com/ideologia-de-genero-seusperigos-e-alcances/

Nº	DATA	TÍTULO	SÍTIO
12	01/10/2012	Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família	Integralismo http://integralismosp.blogspot.com.br/2012/07/ideologia-degenero.html
13	17/10/2012	Ideologia de gênero: seus perigos e alcances	Comunidade Católica da Vida e Aliança: Jesus está Vivo http://www.jesusestavivo.org.br/ideologia-de-genero-seusperigos-e-alcances/
14	19/11/12	Ideologia de gênero pretende destruir a família e a sociedade, adverte perita argentina	Aci digital ://www.acidigital.com/noticias/ideologia-de-genero-pretendedestruir-a-familia-e-a-sociedade-adverte-perita-argentina37504
15	19/11/2012	Ideologia de gênero pretende destruir a família e a sociedade, adverte perita argentina	Comunidade Católica de Sião http://www.comunidadesiao.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2859:ideologia-degenero-pretende-destruir-a-familia-e-a-sociedade-adverteperita-argentina&catid=17:afetividade-esexualidade&Itemid=84
16	02/12/2012	O avanço da Ideologia de Gêneros	Editora Cleofas Cleofas editoras http://cleofas.com.br/o-avanco-da-ideologiadegeneros/
17	22/12/2012	Discurso de Natal à Cúria Romana: Bento XVI fala sobre a “profunda falsidade” da ideologia de gênero e o diálogo.	Fratres in Unum.com https://fratresinunum.com/2012/12/22/discurso-de-natal-acuria-romana-bento-xvi-fala-sobre-a-profunda-falsidade-daideologia-de-genero-e-o-dialogo/

Fonte: própria autora com base em dados de pesquisa

A matéria do Uol datada de 2004, *Vaticano se posiciona contra o feminismo e a ideologia de gênero*, foi a primeira a ser encontrada, sendo a última de dezembro de 2012, *Discurso de Natal à Cúria Romana: Bento XVI fala sobre a “profunda falsidade” da ideologia de gênero e o diálogo*. Embora o Uol tenha um perfil jornalístico direcionado ao público em geral, ambas estão vinculadas a acontecimentos da igreja católica e direcionadas para o Clero.

A matéria do Uol versa sobre a *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e a mulher na Igreja e no mundo*, preparado pela Congregação para a Doutrina da Fé, o antigo Santo Ofício, Inquisição⁶. Tendo em mãos essa matéria inicial, buscamos esse documento, que não havia surgido na busca a partir das palavras chave, mas que apresenta grande importância para esta tese. A última matéria fala do discurso proferido pelo Papa para o Natal à Cúria Romana em dezembro de 2012, em um evento fechado. No dia seguinte houve a divulgação na mídia. A menção da reportagem do Uol e o último texto são escritos pela mesma pessoa, o primeiro quando Joseph Ratzinger ainda era cardeal, e o segundo de quando ele já estava no papado.

Optou-se em deixar no Quadro 1 - Ideologia de gênero as postagens classificadas pela data. Intencionalmente as reportagens repetidas foram mantidas, para evidenciar a repetição as origens e repetição dos argumentos utilizados para definir o termo “Ideologia de gênero”. Destaca-se que as postagens que mais se repetiram foram:

Quadro 2 - Matérias repetidas

Título da Postagem	Datas/da postagem	Sítios	Quantas vezes aparecem
A Ideologia Do Gênero: Seus Perigos e Alcance	2008, 2012	Canção nova Destrua Canção nova Comunidade Católica da Vida e Aliança: Jesus está Vivo	3
Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família. (Entrevista com Jorge Scala)	2012	Zenit, Cleófas Integralismo	3
Ideologia de gênero pretende destruir a família e a sociedade, adverte perita argentina	2012	Aci digital Comunidade Católica de São	2

Fonte: própria autora com base em dados de pesquisa

⁶ De suma importância para igreja católica, pois tem a função de expandir os preceitos da fé católica no mundo. Foi instituída em 1542 pelo papa Paulo II, em sua origem ficou conhecida como “Santa Inquisição Romana e Universal”. Passou por reorganizações em diversos papados e a atual Congregação para a Doutrina da Fé foi instituída pelo papa João Paulo II em 1988, é constituída de um Colégio de Cardeais e Bispos.

Desta forma, das 17 postagens oito delas continham exatamente o mesmo conteúdo, reproduzido na íntegra. A postagem de 2008, *A Ideologia Do Gênero: Seus Perigos e Alcance*, foi reproduzida em 2008 e 2012 pela mesma instituição. Ressaltamos que essa postagem refere-se a um texto de 1998, ou seja, embora apareça apenas na nossa seleção em 2008, o documento referência é de dez anos antes.

A postagem *Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família, entrevista com Jorge Scala*, que recebe o nome do seu livro lançado no Brasil, e a matéria *Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família*, falam de Jorge Scala e fazem referência ao seu livro, deixando evidente na apresentação do conteúdo do livro o que é “Ideologia de gênero”. Essas matérias foram reproduzidas ao longo do ano de 2012, sendo a primeira postagem em janeiro e a última em outubro.

Nas postagens, observamos que existe uma frequência maior de notícias a partir de 2012 que saltam de seis postagens (entre 2001 a 2011) para 12 nesse ano. O período de maior multiplicação das postagens em relação a “Ideologia de gênero” coincide com a período inicial de votação do PNE (2014-2024).

Destaca-se ainda em relação ao Quadro 1 - Ideologia de gênero, os títulos das reportagens, que são cunhados no intuito de demonstrar que há algo de ruim, errado e com um tom de terror imposto à palavra “gênero”. Termos como: “perigo”, “destruição”, “loucura”, “atentado”, são constantemente utilizados nos títulos das postagens demonstrando a formulação de um posicionamento contrário às teorias de gênero ao propor o termo “Ideologia de gênero”.

A matéria com a publicação da UOL cujo título *Vaticano se posiciona contra o feminismo e a ideologia de gênero*, remete-se a um caráter mais imparcial diferente dos demais títulos, embora deixe claro que existe um posicionamento contrário da igreja a respeito do tema. Juntando-se a essa, a postagem *Ideologia de Gênero* do sítio Apocalipse Total não transparece pelo título o posicionamento contrário ao gênero, embora em seu texto esse aspecto seja ressaltado.

Os títulos, das demais estampam o conteúdo da matéria colocando-as no campo da interdição da teoria de gênero, ou seja, o leitor da postagem já inicia com o sentido pejorativo atribuído ao gênero explicitado no tom dos títulos.

Os conteúdos que encontramos nos sítios desses primeiros dezessete artigos, até 2012, tinham caráter explicativo de informar o que seria a “Ideologia de

gênero”. Assim sendo, separamos o entendimento de “Ideologia de gênero” no Quadro 3 - Concepção de “Ideologia de gênero”.

Quadro 3 - Concepção de “Ideologia de gênero”

Nº	TÍTULO	O que é ideologia de gênero?
1	Vaticano se posiciona contra o feminismo e a ideologia de gênero	É a minimização da diferença entre os sexos em que o “indivíduo tem se achado no direito de escolher seu gênero sem levar em conta seu próprio sexo.”
2	A ideologia do gênero: seus perigos e alcances	Tentativa das feministas de infiltrar uma teoria que ataca a família, religião e outras instituições sociais por meio da desconstrução do sexo biológico, colocando tudo no social.
3	Ideologia de gênero: A Ideologia contra Biologia	A ideologia de gênero é o passo mais radical do feminismo radical, pois pretende eliminar as diferenças naturais e interpretar com base na cultura, não na biologia, a condição sexuada do homem e da mulher. Cada qual pode fazer do seu corpo o que quiser já que o corpo é meu, ou – dito com um toque de elegância – mybodyismy art.
4	Loucura da ideologia de gênero: escola na Suécia proíbe que crianças sejam tratadas como meninos e meninas	Ideia– nada científica – de que embora o ser humano tenha nascido homem ou mulher, ele deve “desconstruir” a sua identidade sexual e escolher uma “orientação sexual”, que pode ser, por exemplo, homossexual ou bissexual.
8	A ideologia de gênero é um atentado contra a natureza humana	A ideologia de gênero é como um oásis enganoso no deserto, que algumas pessoas apresentam como se fosse uma solução para todos os problemas da humanidade. E as pessoas olham e vêem que ela se apresenta com características muito chamativas, usando expressões como: saúde sexual e reprodutiva, direitos dos jovens; mas que também são eufemismos que englobam o livre acesso ao anticoncepcional e ao aborto.
9	Ideologia do Gênero: Ciência nega categoricamente que o Gênero seja “construção social”.	Muitas feministas alegam que as distinções que podem ser observadas entre os homens e as mulheres são ensinadas. Segundo elas, são as expectativas ambientais que pressionam os rapazes a agir como rapazes e as mulheres agirem como mulheres. Estas diferenças, dizem-nos elas, permanecem por toda a vida.
10	Ideologia de Gênero	A ideologia de gênero é uma ideologia feminista. Uma ideologia radical que se fosse imposta destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e simultaneamente acabaria com a sociedade. [...] É uma nova antropologia que pretende criar um novo ser humano.

Nº	TÍTULO	O que é ideologia de gênero?
14	Ideologia de gênero pretende destruir a família e a sociedade, adverte perita argentina.	A ideologia ou perspectiva de gênero provém de uma filosofia que Nietzsche inaugura. Esta filosofia é a que sustenta o pensamento que diz: O homem é uma paixão sem sentido que vai desde um nada a outro nada. Esta é a filosofia imperante no homem de hoje, é por isso que existe a busca do prazer, o hedonismo. Mas por sorte muitos ainda estão imbuídos do pensamento cristão, mas na Europa e outros países este é o pensamento predominante.
16	O avanço da Ideologia de Gêneros	Ideologia de Gêneros ou Identidade de Gêneros, é um movimento de homossexual que pretende eliminar o conceito de sexo masculino e feminino, defendendo que há vários gêneros; por isso, não fala em sexo, mas em gêneros. Assim, segundo essa concepção falsa, poderia haver vários sexos: homossexual masculino, homossexual feminino, heterossexual masculino, heterossexual feminino, bissexual, transgênero, etc.
17	Discurso de Natal à Cúria Romana: Bento XVI fala sobre a “profunda falsidade” da ideologia de gênero e o diálogo.	« <i>gender</i> – gênero» é apresentado como nova filosofia da sexualidade. De acordo com tal filosofia, o sexo já não é um dado originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de significado, mas uma função social que cada qual decide autonomamente, enquanto até agora era a sociedade quem a decidia. Salta aos olhos a profunda falsidade desta teoria e da revolução antropológica que lhe está subjacente. O homem contesta o facto de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade

Fonte: própria autora com base em dados de pesquisa

Dentre as postagens dos sítios, excetuando as repetições, foram retirados de onze matérias os argumentos utilizados para definir o que é “Ideologia de gênero”. Assim, o Quadro 3 - Concepção de “Ideologia de gênero”, apresenta um recorte do que seria e/ou envolveria a temática. Diante dele constatamos que o termo é proposto levando em consideração as seguintes abordagens:

- a) A “Ideologia de gênero” propõe que as pessoas podem escolher seu gênero sem levar em conta seu sexo biológico;
- b) Há desconstrução do sexo biológico em virtude de um social;
- c) É uma ideologia feminista, radical;

- d) “Ideologia de gênero” vista como um mecanismo para a destruição da família tradicional;
- e) A homossexualidade vista como uma ameaça à ordem social;
- f) Uma nova antropologia, que é proposta no intuito de criar um novo ser humano.

Esses posicionamentos em relação ao que é “Ideologia de gênero” a expõe como algo negativo para a sociedade, alicerçada em movimentos feministas com cunho radical, preconizando o fim da família tradicional mediante a exaltação da homossexualidade. Essa dimensão expressa do que é “Ideologia de gênero” nas postagens dos sítios são baseadas em argumentos de dois textos, o qual se chegou pelas pesquisas e referências nos sítios, que identificamos como os que deram origem ao uso do termo. Ressaltamos, no entanto, que esse é o resultado da nossa busca, por isso partimos da data de origem em 1998 ao termo, e não fechamos a possibilidade do termo já circular de outras formas e em outros lugares.

Os documentos de origem do termo são:

- Conferência Episcopal Peruana (Tradução: Apostolado Veritatis Splendor - C.D.T.) -*A Ideologia Do Gênero: Seus Perigos E Alcances*, de 1998; Esse texto não apareceu em nossa seleção com essa data, de 1998. Somente no ano de 2008 foi publicado no sítio da Canção Nova, e replicado pelo mesmo grupo em 2012.
- *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e a mulher na Igreja e no mundo*, preparado pela Congregação para a Doutrina da Fé, 2004;

Esse texto não apareceu em nossa seleção. Chegamos a ele devido a referência da reportagem do Uol em 2004, que fazia menção a ele. Então pelo título ele foi encontrado no sítio do Vaticano⁷.

Esses textos são dois documentos destinados à igreja Católica. Como um de nossos objetivos é demonstrar as origens e bases em que gênero aparece referenciado como “Ideologia de gênero”, salientamos também que os sítios estavam, em sua maioria, ligados a seguimentos religiosos.

⁷ <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html>. Acesso em: 18/10/2017.

Quadro 4 - Pertencimento religioso- sítios até 2012

Sítio	Pertencimento religioso/ ideológico
Ací digital	Católico
Apocalipse Total	Sem vinculação
Canção nova	Católico
Cleófas	Católico
Com Shalom	Católico
Comunidade Católica de Sião	Católico
Destrave Canção Nova	Católico
Editora Cleófas	Católico
Fratres in Unum.com	Católico
Instituto Plinio Corrêa de Oliveira	Católico
Mídia sem máscara	Sem vinculação
Núcleo Integralista De São Paulo	Sem vinculação
Portal da família	Sem vinculação
Provida Anápolis	Católico
Uolnoticiais	Jornalístico
Zenit (o mundo visto de Roma)	Católico

Fonte:própria autora com base em dados de pesquisa

Como é perceptível, a maioria (onze⁸) das reportagens estão vinculadas a sítios católicos. O pertencimento religioso é algo descrito no próprio sítio, não foi uma escolha proposital. Abaixo podemos ver alguns exemplos de como eles se identificam:

A Comunidade Canção Nova é uma comunidade carismática católica, fundada por padre Jonas Abib e reconhecida pelo Pontifício Conselho para os Leigos como associação internacional privada de fiéis (COMUNIDADE CANÇÃO NOVA, 2017).

O Instituto Plinio Corrêa de Oliveira é uma associação de direito privado, pessoa jurídica de fins não econômicos, nos termos do novo Código Civil. O IPCO foi fundado em 8 de dezembro de 2006 por um grupo de discípulos do saudoso líder católico brasileiro [...] (IPCO, 2017)

Pró-Vida de Anápolis é uma associação beneficente criada para *promover a dignidade e a inviolabilidade da vida humana e da família*. Extraoficialmente ele foi criado em 1989 por Dom Manoel Pestana Filho, na época Bispo de Anápolis. No cumprimento de sua missão de defender a vida e a família, o Pró-Vida de Anápolis trabalha em três frentes: assistencial, educativa e política [...] (PROVIDA ANÁPOLIS, 2017).

Dentre os que não se classificam com pertencimento religioso, podemos perceber uma menção a Deus, que classificamos estar na mesma base dos sítios católicos, a eleição de Deus e preceitos Bíblicos de fé.

Amigos e pais de família que querem contribuir para a formação sadia dos pilares da sociedade, compartilhar boas ideias e ajudar outros pais na construção de suas famílias, pois cada família em essência é uma comunidade íntima de vida e de amor, querida pelo próprio Deus, um dos bens mais preciosos da humanidade e fundamento da própria sociedade. Dessa união surgiu a Associação

⁸ O número de reportagens retiradas são dezessete, entretanto a quantidade de sítios não totaliza dezessete pelas repetições das matérias no mesmo sítio.

Família Viva, que é a atual mantenedora do Portal da Família. (PORTAL DA FAMÍLIA, 2017).

Aqui você não encontrará apenas mais uma interpretação do Apocalipse. E sim a verdadeira origem da Nova Ordem Mundial. Não por sabedoria humana, mas pela sabedoria de DEUS escrita em sua palavra – A Bíblia (mais especificamente o Apocalipse) – que é a verdade absoluta sobre a Nova Ordem Mundial; desde que se leia com entendimento e de forma completa (velho e novo testamento). Somente o entendimento das escrituras nos leva a conhecer o poder de DEUS e sua sabedoria (APOCALIPSE TOTAL, 2017).

Há também um que se determina dentro da doutrina integralista, essa por sua vez é permeada por forte apego ao cristianismo, mas que não está clara nessa página e sim na da Frente Integralista Brasileira⁹. Essa cita a doutrina que rege o integralismo, em que se subentende o viés religioso:

Esse blog tem como finalidade orientar os membros paulistas da Frente Integralista Brasileira, divulgando o desenvolvimento dos Trabalhos por esse núcleo feito mutuamente e sob supervisão da F.I.B. Não pode deixar de ser também sua função orientar dentro de nossa doutrina aqueles que desejam aproximar-se do Integralismo e conhecer nossas posições combativas bem como nossas colocações nos mais variados temas (NÚCLEO INTEGRALISTA DE SÃO PAULO, 2017, *on-line*).

O único sítio que não faz referência alguma à religião é o Mídia Sem Máscara que se declara contra a esquerda, ou seja, um sítio que busca publicar ideias “escondidas” a partir do “viés esquerdista contido na mídia brasileira”.

Desde agosto de 2002, o MÍDIA SEM MÁSCARA é um website destinado a publicar as ideias e notícias que são sistematicamente escondidas, desprezadas ou distorcidas em virtude do viés esquerdista da grande mídia brasileira (MÍDIA SEM MASCARÁ, 2017).

O quadro que compõe essa primeira busca deixou de fora artigos que foram escritos em defesa de gênero como campo de estudo, ou que não traziam uma definição do que é “Ideologia de gênero”. Mas atende a necessidade de origem e difusão do termo no Brasil.

⁹“Baseada no legado deixado pelo maior movimento nacionalista da história do Brasil, a Frente Integralista Brasileira surge no século XXI, fundada por patriotas da nossa terra, com o objetivo de criar uma escola de cultura e civismo, inspirada em valores cristãos, para despertar o nosso povo em torno das reais possibilidades da nação, elevando sua auto-estima e afirmando-se para a construção da mais bela civilização do século XXI!”(FRENTE INTEGRALISTA DE BRASILEIRA, 2017, *on-line*) (disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=787&vis=>>). Acesso em: 18/10/2017.

2.1.2 Ideologia de gênero: composição do cenário no PNE

As postagens para compor o Quadro 5 - Ideologia de gênero no PNE foram selecionadas e classificadas em ordem cronológica, das mais antigas às mais recentes. Delimitamos o período de janeiro de 2013 até maio de 2014, pois o Plano foi votado no dia três de junho de 2014, o que corresponde aos nossos objetivos de investigar as manifestações sobre o tema nos sítios durante a tramitação. Diferente do primeiro quadro, nesse não se manteve as repetições de matéria, embora as houvessem.

Quadro 5 - Ideologia de gênero no PNE

Nº	DATA E AUTOR	TÍTULO	SÍTIO
01	11/2013	Contra a inclusão da Ideologia de Gênero no Plano Nacional de Educação	Petição Pública http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR61093
02	9/12/2013	Diga não à Ideologia de Gênero em nosso sistema educacional!	CitizenGO http://www.citizenGO.org/pt-pt/1260-diga-nao-ideologiagenero-em-nosso-sistema-educacional
03	09/12/2013	Senado vota esta semana projetos de lei que favorece ideologia de gênero e homossexualismo	Acidigital http://www.acidigital.com/noticias/senado-vota-estasemana-projetos-de-lei-que-favorecem-ideologia-degenero-e-homossexualismo-48164/
04	18/12/2013	Projeto de Lei referente ao PNE é aprovado no Senado Federal sem referências à identidade de gênero e orientação sexual	Anajure http://www.anajure.org.br/projeto-de-lei-referente-ao-pne-e-aprovado-no-senado-federal-sem-referencias-a-identidadede-genero-e-orientacao-sexual
05	20/12/2013	Ideologia de gênero entra na educação	Editora Cleófas Cleofas editora http://cleofas.com.br/ideologia-degenero-entra-na-educacao/
06	20/12/2013	A ideologia sexualista proposta pela Organização Mundial da Saúde: A Organização Mundial da Saúde pretende implementar a ideologia de gênero nas escolas e negociar a moral na educação	Aleteia http://pt.aleteia.org/2013/12/20/a-ideologia-sexualistaproposta-pela-organizacao-mundial-da-saude/
07	10/03/2014	Ideologia de Gênero na educação? Não! Obrigado!	CitizenGO http://www.citizenGO.org/pt-pt/5312-ideologia-genero-naeducacao-nao-obrigado
08	10/03/2014	Urgente: Congresso pode aprovar a ideologia de gênero como meta da educação	ChristoNihilPraepone https://padrepauloricardo.org/blog/urgente-congresso-pode-aprovar-a-ideologia-degenero-como-meta-da-educacao
09	07/04/2014	Educar para a verdade, não para a ideologia de gênero	Gazeta do Povo http://www.gazetadopovo.com.br/opinio/artigos/educarpara-a-verdade-nao-para-a-ideologia-de-genero8s3n7me38frsv3kogpxvw7xvy
10	13/04/2014	Novo adiamento da votação do “gênero” no Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados. Próxima será dia 22 de abril.	ComunidadeSião http://www.comunidadesiao.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4481:vo-adiamento-da-votacao-do-genero-no-planonacional-de-educacao-na-camara-dos-deputadosproxima-sera-dia-22-de-abril&catid=1:timas-notas&Itemid=2

Nº	DATA E AUTOR	TÍTULO	SÍTIO
11	22/04/ 2014	Marisa Lobo faz alerta sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação	Gospel Mais http://noticias.gospelmais.com.br/marisa-lobo-alertaideologia-genero-plano-nacional-educacao-67075.html
12	22 /04/ 2014	PNE é aprovado sem a “ideologia de gênero”	Diocese de Jundiá http://www.dj.org.br/pne-e-aprovado-sem-a-ideologia-degenero/
13	23/04/2014	Câmara Federal aprova artigo do PNE sem ideologia de gênero	Zenit http://www.zenit.org/pt/articles/camara-federal-aprovaartigo-do-pne-sem-ideologia-de-genero
14	24/04/ 2014	Texto-base do PNE é aprovado sem ideologia de gênero	Renovação Carismática Católica http://www.rccbrasil.org.br/institucional/index.php/artigos/938-texto-base-do-pne-e-aprovado-semideologia-de-genero
15	03/05/ 2014	Gênero fora do PNE	Pró-Vida de Anápolis http://www.providaanapolis.org.br/index.php/todos-osartigos/item/431-genero-fora-do-pne
16	06/05/2014	Ideologia de gênero varrida do PNE	Fratres in Unum.com http://fratresinunum.com/2014/05/06/ideologia-degenero-varrida-do-pne/
17	06/05/ 2014	PNE: Câmara vota Plano que contém ideologia de gênero	Arquidiocese do Rio http://arqrio.org/noticias/detalhes/2031/pne-camara-votaplano-que-contem-ideologia-de-genero
18	09/05/2014	Brasil rechaça rotundamente ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação	Acidigital http://www.acidigital.com/noticias/brasil-rechacarotundamente-ideologia-de-genero-no-plano-nacionalde-educacao-99558/

Fonte: própria autora com base em dados de pesquisa

As postagens selecionadas deveriam conter em seu título o vínculo da Ideologia de gênero no PNE, o que facilmente podemos observar pelos títulos, em que a maioria (doze) é composta pela palavra-chave. Todavia os que não fazem menção a elas referenciam a educação em sentido amplo:

- Ideologia de gênero entra na educação (EDITORA CLEÓFAS, 2013).
- A ideologia sexualista proposta pela Organização Mundial da Saúde: A Organização Mundial da Saúde pretende implementar a ideologia de gênero nas escolas e negociar a moral na educação (ALETEIA, 2013).
- Educar para a verdade, não para a ideologia de gênero (GAZETA DO POVO, 2014).
- Urgente: Congresso pode aprovar a ideologia de gênero como meta da educação (CHRISTO NIHIL PRAEPONERE, 2014).

O início desse quadro é marcado pela petição pública, criada no sítio Petição, direcionada à não inserção de gênero e orientação sexual no PNE, *Contra a inclusão da Ideologia de Gênero no Plano Nacional de Educação*, realizada ao final do ano de 2013.

A última postagem, de nossa seleção, *Brasil rechaça rotundamente ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação*, do sítio Citizengo, já apresenta um tom diferente em relação às de início: enquanto a primeira tem o objetivo de levar certa mobilização para impedir a inclusão nos documentos, a última narra a vitória frente à exclusão.

Quadro 6 - Vinculação Ideologia de gênero no PNE

Nº	Título	Vinculação ao PNE
01	Contra a inclusão da Ideologia de Gênero no Plano Nacional de Educação	Uma ameaça gravíssima paira sobre a nação. A ideologia de gênero que está para ser sacralizada no Plano Nacional de Educação, cuja votação está marcada para o próximo dia 11, atingirá o que temos de mais precioso: as crianças. Os nossos filhos!
02	Diga não à Ideologia de Gênero em nosso sistema educacional!	Nesta quarta-feira, dia 11/12, será votado o substitutivo do PNE (Plano Nacional de Educação), proposto pelo senador Vital do Rêgo. Esse projeto, caso seja aprovado, introduzirá a igualdade de gênero e a orientação sexual como diretrizes da educação nacional para os próximos 10 anos.
03	Senado vota esta semana projetos de lei que favorece ideologia de gênero e homossexualismo	Defensores da vida e da família brasileiros estão pedindo com caráter de urgência à comissão de direitos Humanos do senado o arquivamento do PLC 122, projeto de lei que criminaliza manifestações contra o homossexualismo como “homofobia” e à totalidade dos senadores que rejeitem o substitutivo do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) que inclui a igualdade de gênero como diretriz do Plano Nacional de Educação, que exporá estudantes ao conceito que desconstrói a identidade humana como homem e mulher e conseqüentemente a noção fundamental de família.
04	Projeto de Lei referente ao PNE é aprovado no Senado Federal sem referências à identidade de gênero e orientação sexual	Na Nota conjunta, emitida pela ANAJURE em parceria com entidades educacionais, foi denunciado que existe uma tentativa dos movimentos sociais LGBT de inserirem, via MEC, conteúdos nos livros didáticos dirigidos a desconstruir os valores cristãos de crianças e adolescentes do nosso País. Também foi apontado que existem deliberações para a Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2014 com relação à inserção de ideologia LGBT na educação brasileira. A ANAJURE estará atenta às tentativas de alteração do PNE na CONAE.
05	Ideologia de gênero entra na educação	Em 17/12/2013, o Senado brasileiro aprovou o “Plano Nacional de Educação” (PL 103/2012). O projeto estabelece o novo Plano Nacional de Educação para um período de dez anos. Em um artigo inclui a orientação de superar “desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Assim, o texto insere na educação de nossas crianças essa triste “ideologia de gênero” e a destruição do conceito da família segundo a ordem natural.
06	A ideologia sexualista proposta pela Organização Mundial da Saúde: A Organização Mundial da Saúde pretende implementar a ideologia de gênero nas escolas e negociar a moral na educação	Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que os pais não são capazes de assumir a educação sexual dos seus filhos. Por isso, e para garantir níveis homogêneos de educação, a OMS elaborou o documento “Padrões para a educação sexual na Europa”,

		que institucionaliza a ideologia de gênero nas escolas e negocia a moral na educação.
07	Ideologia de Gênero na educação? Não! Obrigado!	No final do ano passado, foi votado no Senado Federal o projeto para o Plano Nacional de Educação. O PNE contém as diretrizes para todo o sistema educacional brasileiro para os próximos anos. Dentre os diversos problemas que se encontram no texto, o mais grave deles é a inserção da Ideologia de Gênero em nosso sistema educacional. Na ocasião, os senadores rejeitaram a tentativa de tornar obrigatório o ensino dessa ideologia em nosso sistema educacional.
08	Urgente: Congresso pode aprovar a ideologia de gênero como meta da educação	A todos os que compreendem o valor da vida humana: A Câmara dos Deputados pretende aprovar a ideologia de gênero como diretriz da educação nacional na próxima quarta-feira, dia 19 de março. A Câmara dos Deputados aprovou, em outubro de 2012, o plano nacional de educação, estabelecendo que a ideologia de gênero será diretriz obrigatória de todo o sistema escolar brasileiro.
09	Educar para a verdade, não para a ideologia de gênero	A todos os que compreendem o valor da vida humana: A Câmara dos Deputados pretende aprovar a ideologia de gênero como diretriz da educação nacional na próxima quarta-feira, dia 19 de março. A Câmara dos Deputados aprovou, em outubro de 2012, o plano nacional de educação, estabelecendo que a ideologia de gênero será diretriz obrigatória de todo o sistema escolar brasileiro.
10	Novo adiamento da votação do “gênero” no Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados. Próxima será dia 22 de abril.	Ainda na manhã da terça-feira (8), na Comissão de Constituição e Justiça, enquanto aguardávamos a liberação do plenário para o início da sessão de votação do Plano Nacional de Educação (PNE), o deputado petista Molon (relator na Câmara, do Marco Civil da Internet), segurou o braço do deputado Marcos Rogério, dizendo num tom meio ameaçador: “Me queira bem, deputado!, não colida comigo, divirja em alguma outra questão muito pontual e raramente, mas não colida, me queira bem!” Marcos Rogério não se intimidou com isso e continuou firme em sua posição contra a ideologia de gênero no PNE, não apenas com o uso da palavra, mas nos encaminhamentos de requerimentos que se faziam necessários.
11	Marisa Lobo faz alerta sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação	A psicóloga Marisa Lobo tem feito alertas constantes a respeito das discussões em torno do novo Plano Nacional da Educação (PNE). Entre as críticas feitas pela psicóloga ao documento que ditará as normas a serem seguidas pelos educadores de todo o país pelos próximos dez anos, está a de que ele está “contaminado” com ideologia de gênero que, segundo ela, serviria para reorientar a

		sociedade.
12	PNE é aprovado sem a “ideologia de gênero”	Nesta terça-feira (22), a comissão especial da Câmara dos Deputados, que analisa o Plano Nacional de Educação, aprovou o projeto em questão sem as terminologias que faziam apologia aos conceitos da Ideologia de Gênero. Segundo a Agência Câmara Notícias, a emenda aprovada retomou o texto do Senado que determina a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.
13	Câmara Federal aprova artigo do PNE sem ideologia de gênero	Mesmo com pressão do governo e de diversos movimentos favoráveis à causa LGBT, o artigo 2º do Plano Nacional de Educação (PNE 2011 – 2020 / PL 8035/2010) foi aprovado com a exclusão do item remetente à questão da ideologia de gênero. A votação deve terminar nesta quarta-feira (23), na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.
14	Texto-base do PNE é aprovado sem ideologia de gênero	Nesta terça-feira (22), a comissão especial da Câmara dos Deputados, que analisa o Plano Nacional de Educação, aprovou o projeto em questão sem as terminologias que faziam apologia aos conceitos da Ideologia de Gênero. Segundo a Agência Câmara Notícias, a emenda aprovada retomou o texto do Senado que determina a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.Diferentemente, da opção do relator do Projeto que utilizava a redação que determinava a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. A votação da comissão especial a respeito da retirada dos termos relacionados à questão do gênero foi acirrada. Dos 26 deputados presentes, 15 foram a favor da retirada e 11, contra.
15	Gênero fora do PNE	Em 22 de abril de 2014, os deputados de uma Comissão Especial votaram o Projeto de Lei 8035/2010, de autoria do Poder Executivo (Presidente Dilma), que “aprova o Plano Nacional de Educação [PNE] para o decênio 2011-2020 e dá outras providências”. O projeto já havia sido apreciado pela Câmara e enviado ao Senado contendo duas passagens que empregavam a terminologia própria da ideologia de gênero. A primeira era o inciso III do artigo 2º:
16	Ideologia de gênero varrida do PNE	Arrastada por várias semanas, a votação do Plano Nacional de Educação (PNE) consagrou hoje a exclusão da abordagem de gênero de seu texto. Diferentemente das outras semanas, ativistas gays e estudantis estiveram ausentes.

17	PNE: Câmara vota Plano que contém ideologia de gênero	Nesta terça-feira, 6 de maio, o projeto de lei nº 8035/2010, mais conhecido como Plano Nacional de Educação (PNE 2011 – 2020), será votado mais uma vez. Com a relatoria do deputado Angelo Vanhoni (PT/PR), o projeto sofre vários embates, principalmente na questão ideologia de gênero, que tenta entrar no sistema de ensino educacional brasileiro.
18	Brasil rechaça rotundamente ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação	Após seguidas votações entre os parlamentares brasileiros e contínuas protestas por parte de ativistas pró-família e cidadãos brasileiros de todos os estados, foram banidos os pontos que introduziam a chamada “ideologia de gênero” no Plano Nacional da Educação (PNE).

Fonte: própria autora com base em dados de pesquisa

A prevalência do conteúdo retirado de sítios católicos continua quando as postagens estão vinculadas ao PNE (2014-2024).

Quadro 7 - Pertencimento Religioso dos Sítios 2013-2014¹⁰

Sítio	Pertencimento religioso/ ideológico
Aci Digital	Católico
Aleteia	Católico
Anajure	Cristão
Arquidiocese do rio	Católico
Citizengo	Católico
Cleófas editora	Católico
Comunidade de Sião	Católico
Diocese de Jundiáí	Católico
Fratres in Unum.com	Católico
Gazeta do povo	Jornalístico
Gospel Mais	Cristão
ChristoNihilPraepone	Católico
Petição Pública	Sem vinculação
Pró-vida de Anápolis	Católico
Renovação Carismática Católica	Católico
Zenit	Católico

Fonte: própria autora com base em dados de pesquisa

Alguns sítios que vincularam notícia difundindo o discurso de existência da “Ideologia de gênero” se repetem, como é o caso dos sítios: Aci digital, Cleófas, Comunidade de Sião, Renovação Carismática Católica, Fratres in Unum.com, Zenit. Nesse momento, outras determinações religiosas também apareceram na nossa seleção, como o Gospel Mais, que em sua página se define como comunicação cristã integrada, e pela disposição do sítio, vincula notícias de diversas religiões evangélicas tais como: Igreja Mundial do poder de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Batista da Lagoinha, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Igreja Internacional da Graça de Deus.

¹⁰ O número de sítios é menor, pois a seleção foi realizada por matérias e, desta forma, os sítios se repetem.

3 QUEM TEM MEDO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO?

3.1 IDEOLOGIA E IDEOLOGIA DE GÊNERO

O conceito de ideologia pode variar de acordo com seu uso ao longo dos tempos. A primeira formulação foi com Destutt de Tracy, em 1796, que definiu a ideologia como o estudo da formação espontânea das ideias a partir de diferentes faculdades mentais (DUNKER, 2008). A partir de então as formulações para definir o que é ideologia passaram por vertentes distintas, o que atribuiu sentidos diferentes daquele utilizado inicialmente.

Segundo Christian Ingo Lenz Dunker (2008), Napoleão foi um crítico dos ideólogos, opositores de seu governo, e acusou-lhes de serem contra as transformações sociais. Para o autor, da relação de Napoleão com a ideologia, dois aspectos podem ser ressaltados: um epistêmico, relativo à fundamentação de uma maneira de conhecer; outro político, relativo às formas de legitimar uma maneira de exercer o poder.

Filósofos alemães utilizaram a ideologia como chave histórica e cultural. Segundo Dunker (2008), o termo não denota mais liberdade e neutralidade, passando a ser utilizado como contraditório e histórico. Nessa base de contestação, o “materialismo histórico” concebe a ideologia como uma “crítica da organização social e da alienação à forma mercadoria, ao trabalho e a uma posição de classe deslocada” (DUNKER, 2008, p.187).

A herança Marxista em relação à crítica à ideologia, fez com que, posteriormente o conceito fosse motivo de uma preocupação teórica pelos adeptos do materialismo histórico. Constantemente conceituada sob as bases materiais em que opera o capital, os adeptos do materialismo histórico trouxeram suas contribuições para o entendimento sobre as vicissitudes da ideologia. O sentido negativo primariamente atribuído à ideologia por Marx, de falsa consciência, tornou-se alvo de preocupações conceituais.

Terry Eagleton (1996, p.191) aponta que o conceito de ideologia surge no momento histórico em que há uma conscientização da parcialidade das formas de pensar, “essas ideias foram forçadas a deparar com formas estranhas e alternativas de discurso”. Esse período coincide com a ascensão da classe burguesa. O autor apresenta elementos para um recorte do desenvolvimento do conceito de ideologia e autores que contribuíram para a sua conceituação:

- Lukács: Ideologia é todas as formas de consciência de classe: Marxismo como “a ideologia do proletariado”.
- Mannheim: crença antiquada, um conjunto de mitos, normas e ideias obsoletas, desvinculadas do real.
- Gramsci: efetua a transição da ideologia como sistemas de ideias, para a ideologia como prática social vivida e costumeira.
- Theodor Adorno: ideologia como forma de pensamento identificatório. A identidade é a primeira forma de ideologia, em que a consciência reflete um mundo de objetos cristalizados.
- Herbert Marcuse: tem a ideologia como sistema totalitário.
- Habermas: a ideologia é forma de comunicação sistemática distorcida pelo poder. Um discurso como meio de dominação legitima as relações de força.
- Althusser: A ideologia é uma representação das relações imaginárias dos indivíduos com sua condição de existência real. Esse autor tem uma obra original, em que descreve os “Aparelhos Ideológicos do Estado”.
- Bourdieu: Elaborou conceitos que se aproximam da ideologia, como *habitus*, capital cultural, violência simbólica, desvelando as microestruturas da ideologia detalhadas na vida cotidiana.

Essa discussão inicial sobre ideologia baseada em estudos de Eagleton (1996), busca apresentar como o termo ideologia foi interpretado por autores distintos. Neste trabalho consideramos que somos orientadas/os por certas bases ideológicas a todo tempo. Não concebemos a ideologia apenas no plano das ideias, tampouco apenas sobre as bases materiais da sociedade de classe. Assumimos que somos ideólogos de esquerda, marxista, feminista (entre outras nomenclaturas) e esse peso da ideologia como estrutura de dominação material, aparentemente, não faz parte do nosso imaginário.

Temos nos estudos foucaultianos certa cautela na utilização do termo ideologia por três razões: a primeira é de que a noção de ideologia sempre se coloca em oposição ao que seria verdadeiro, e para Foucault não há uma verdade, mas sim efeitos de verdades que podem ser produzidos de forma verdadeira ou falsa; a segunda necessariamente refere-se a algo, assim como o sujeito; em terceiro, em algumas vertentes, o conceito de ideologia está em uma posição secundária em

relação a algo que funciona como infraestrutura ou determinante econômico. Diante dessas razões, Foucault põe a noção de ideologia sob precaução (CASTRO, 2009). Zizek (1996) aponta que em meio às mudanças históricas a aceitação ao conceito de ideologia se mostra pertinente, pois essa pode ser observada na matriz reguladora em relação ao visível e ao invisível, ao imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação.

É fácil discernir essa matriz na dialética do “velho” e do “novo”, quando um evento que anuncia uma dimensão ou época inteiramente nova é (des) aprendido como uma continuação do passado ou um retorno a ele, ou, no caso inverso, quando um acontecimento inteiramente inscrito na lógica da ordem existente é (des) aprendido como uma ruptura radical (ZIZEK, 1996, p.7).

A exemplo do que o autor nos fala, voltaremos à nossa discussão em destaque, “Ideologia de gênero”. Seria gênero uma ideologia? Por que gênero é colocado como ideológico? Seguindo a estrutura de pensamento do autor, gênero, em si, traria mudanças tornando a sociedade mais avançada com uma nova estrutura social, que não estaria baseada na subordinação do feminino ao masculino? Pensar em um lugar de igualdade entre os diferentes sujeitos, homens, mulheres e LGBTs é uma ruptura radical com o passado, uma vez que, a matriz estrutural que exclui esses sujeitos perde terreno para abordagens mais inclusivas?

Podemos tomar o conceito de Zizek (1996), em que ideologia designa: uma atitude contemplativa, um conjunto de crenças voltadas para a ação, meios pelos quais os indivíduos vivenciam suas relações com as estruturas sociais, ideias falsas que legitimam um poder político dominante, em que, “parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse” (ZIZEK, 1996, p.9). Ideologia, assim, é o discurso camuflado nos bastidores de quem propôs chamar o conceito de “gênero” de “Ideologia de gênero”.

Surpreendentemente, a aparição de um discurso que direcionava gênero com um caráter ideológico, durante a votação do PNE (2014-2024), apontando o conceito associado à representante de uma ideologia feminista e, portanto, inadequado para uma lei que orienta a educação, ganhou destaque, ocasionando debates e reações de diversos setores sociais, inclusive entre os/as pesquisadores/as da área de gênero que passaram a se preocupar sobre o que se referia “Ideologia de gênero”, uma vez que era diferente das temáticas abordadas em seus estudos. O debate em torno do tema mostrou-se um campo fértil para pensar os estudos de gênero e como gênero foi apresentado negativamente a partir da sua classificação como ideologia.

A discussão passou a ser acusatória. O PNE (2014-2024) não poderia assumir a “Ideologia de gênero”, pois esta estaria apoiada em uma base que relaciona a ideologia a um sentido pejorativo, não percebendo a própria historicidade do conceito. De acordo com essa visão, há o prenúncio de um possível desastre para a educação, causado pelo caráter ideológico dos estudos gênero, que poderia acabar com as diferenças naturais entre homens e mulheres.

O discurso que direcionava gênero como uma ideologia (gênero+ideologia) foi assumido por determinados grupos com um sentido negativo. Esse discurso denotou uma postura de rejeição, uma vez que a palavra ideologia possui esse caráter incerto e carrega traços de pensamento que a designam como algo ruim. Essa afirmação nos remete ao questionamento: os estudos de gênero são ideológicos ou o discurso da “Ideologia de gênero” é ideológico? Quem está impregnado pela ideologia?

Zizek (1996, p.9) ajuda a responder essas questões da seguinte forma: “Quando um processo é enunciado como ideológico por excelência, pode ter certeza de que o inverso é não menos ideológico”. Acusando os estudos de gênero de elevarem uma base feminista ideológica, o outro lado está mergulhado em sua própria ideologia. Por certo, a base ideológica que rege os contrários ao conceito de gênero é orientada por uma ideologia também. O fato de associarem gênero à ideologia, formulando assim um discurso para gênero, esconde na formação discursiva contrária à “Ideologia de gênero” suas próprias crenças e valores.

A partir da pesquisa realizada verificamos que o discurso da “Ideologia de gênero” é confundido com o próprio campo de estudos de gênero, desqualificando-os e apresentando-os de forma negativa e parcial.

A ideologia **ou** perspectiva de gênero provém de uma filosofia que Nietzsche inaugura(ACI DIGITAL, 2012, grifo nosso).

Ideologia de Gêneros **ou** Identidade de Gêneros, é um movimento de homossexual que pretende eliminar o conceito de sexo masculino e feminino, defendendo que há vários gêneros; por isso, não fala em sexo, mas em gêneros (EDITORA CLEÓFAS, 2012, grifo nosso).

Substituir o termo gênero/estudos de gênero por “Ideologia de gênero” faz parte da estratégia para estabelecer certo “pânico” ¹¹ na população, apresentando discussões, movimentos, grupos que discutem a igualdade de gênero como uma

¹¹ Pânico está sendo utilizado a partir do conceito de “Pânico Moral”: um conceito utilizado para designar a emergência de certos grupos, eleitos, como ameaça (Interações número 7. pp. 60-80. © do Autor 2004, Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. Carla Machado) <file:///C:/Users/Lab/Downloads/125-392-1-PB.pdf>.

ameaça. Confundir os termos e distorcer os significados e conteúdos constitui-se também como parte da estratégia para desqualificar os estudos de gênero.

O conceito de Pânico Moral foi utilizado para referir-se a esse conjunto de ações que visam levar para a população certos medos de alguns grupos. Para Miskolci (2007), Pânicos Morais são mecanismos de resistência e controle de transformação societária, ou seja, medos sociais em relação a mudanças, em especial as vistas como repentinas, portanto, mais ameaçadoras.

Todo o pânico moral tem conseqüências em dois níveis. A população-alvo sofre mais, mas todos são afetados pelas mudanças sociais e legais. Os pânicos morais raramente aliviam um problema real já que eles focam em quimeras e significantes. Eles tomam a preexistente estrutura discursiva em que se inventam vítimas para justificar o tratamento dos “vícios” como crimes. A criminalização de comportamentos inócuos como a homossexualidade, prostituição, obscenidade, ou consumo recreativo de drogas é racionalizado ao representá-los como ameaças a saúde e segurança, mulheres e crianças, segurança nacional, a família, ou a civilização em si mesma. Mesmo quando a atividade é entendida como inofensiva, pode ser banida pela alegação de “levar” a algo ostensivamente errado (outra manifestação da teoria do dominó). Edifícios grandes e poderosos foram construídos com base em tais fantasmas. Geralmente o surto resultante de um pânico moral é precedido por uma intensificação de tais representações excludentes (RUBIN, 2012, p.32).

Carla Machado (2004) conceitua que os fenômenos atuais ligados aos Pânicos Morais correspondem às formas discursivas localizadas e transitórias com o intuito de alcançar a visibilidade e a voz pública, por meio da midiaticização.

Levantar a discussão de “Ideologia de gênero”, no entanto, revelou que tal reflexão se ergueu sobre uma base de abstração do real, pois no real as pessoas interagem e são afetadas constantemente por discriminações, pautadas no sexo e no gênero.

Quando lemos um pronunciamento “ideológico” abstrato, sabemos muito bem que não é desse modo que “pessoas de verdade” o vivenciam: para passar das proposições abstratas para a “vida real”, é preciso acrescentar as proposições abstratas densidade insondável de um contexto de vida no mundo – e a ideologia não se constitui de proposições abstratas em si mesmas, porque ela é antes essa própria textura de vida no mundo que esquematiza as afirmações, tornando-as “vivíveis” (ZIZEK, 2012, p.19).

Não foi o feminismo, tampouco os estudos de gênero que inventaram essa forma perversa de julgamento das pessoas e grupos sociais ou a desigualdade social. Todavia o feminismo e os estudos de gênero podem ser associados às discussões da igualdade, e, mesmo discordando das feministas ou dos estudos de gênero, há que se refletir que as relações entre sujeitos generificados não são igualitárias nem justas.

Em relação às definições de “Ideologia de gênero”, retiradas dos sítios que compõem essa pesquisa, destacamos:

É a minimização da diferença entre os sexos em que o “indivíduo tem se achado no direito de escolher seu gênero sem levar em conta seu próprio sexo” (UOL NOTÍCIAIS, 2004).

Cada qual pode fazer do seu corpo o que quiser já que o corpo é meu, ou – dito com um toque de elegância – “*mybodyismyart*” (AYLLÓN, 2010).

Ideia– nada científica – de que embora o ser humano tenha nascido homem ou mulher, ele deve “desconstruir” a sua identidade sexual e escolher uma “orientação sexual”, que pode ser, por exemplo, homossexual ou bissexual (FAORAO, 2011).

Percebemos que, embora criada por uma abstração do gênero, o termo “Ideologia de gênero” opera no sentido de deixar as identidades excluídas em seu lugar, ou seja, há um distanciamento em relação a como os sujeitos vivenciam suas práticas, o que os estudos de gênero tentam demonstrar.

O termo “Ideologia de gênero” trabalha em um discurso voltado para a dualidade natureza e cultura. Entretanto, não expõe que sujeitos homossexuais, lésbicas, travestis, transgêneros, bissexuais, homens, mulheres e demais identidades, vivenciam suas práticas para além da conceituação de existir ou não gênero nominando-as.

Para auxiliar nesse debate, Zizek (2012, p.21) descreve a ideologia como “justamente essa redução à essência simplificada que se esquece de maneira muito conveniente o “ruído de fundo” que dá a densidade de seu significado real. [...] o que esse ‘ruído de fundo’ transmite é a obscenidade da violência bárbara que sustenta a face pública da lei e da ordem”. Ou seja, propondo olhar gênero como “Ideologia de gênero” e atribuindo sua criação às feministas e homossexuais, simplifica-se todo o contexto social marcado pelo machismo, discriminação e preconceito, atribuindo a elas e eles a criação dos problemas decorrentes da não aceitação das identidades distintas. Não enxergar essas identidades seria viver na ilusão de que se existe um problema, ele é causado por certos grupos.

A ideologia de gênero é como um oásis enganoso no deserto, que algumas pessoas apresentam como se fosse uma solução para todos os problemas da humanidade (AQUINO, 2012).

Referenciar gênero no discurso da “Ideologia de gênero” é direcionar para um lugar de interdição, em que o risco eminente à sociedade está por vir, caso vigore. Entretanto, destacamos que o discurso sobre gênero se constituiu como um espaço de contestação em busca de posições de destaque relegadas às mulheres e aos

sujeitos LGBT. Para Richard Rorty (1996), o movimento feminista tem metas concretas que não são difíceis de serem conquistadas, sendo reivindicadas a instituições morais, como por exemplo: condições salariais iguais para trabalhos iguais, responsabilidade domésticas igualmente partilhadas, homens e mulheres em posição de poder.

Sendo essa uma das características do movimento feminista e dos estudos de gênero, a ideologia desse grupo pode ser associada a uma forma de pensar a sociedade como igualitária. Por outro lado, a elevação de um discurso de “Ideologia de gênero” vem do enraizamento do sistema patriarcal que institucionalizou o machismo em nossa sociedade.

Cabe observar que, antes que eclodissem as polêmicas e os enfrentamos que aqui se procura problematizar, o conceito sociológico “ideologia de gênero” já tinha sido elaborado, com o intuito de permitir identificar, compreender e criticar os processos de naturalização das relações de gênero, a subordinação das mulheres, a assimetria de poder e de acesso aos recursos por parte das mulheres em relação aos homens. De acordo com tal entendimento, são manifestações de ideologias de gênero o machismo, o sexismo, a misoginia, a homofobia, assim como esta polêmica empreendida pelo Vaticano contra o “gender” e a “teoria/ideologia do gender” (JUNQUEIRA, 2017, p. 27).

Contudo, é na disputa de poder que está o cerne da discussão de ideologia de gênero. Discutir o partilhamento do poder, criticar privilégios e posicionar-se na defesa dos/as “excluídos da história” pode ser considerado como um dos motivos pelos quais os estudos feministas e de gênero passaram a ser percebidos como ideológicos.

Neste caso, o pronunciamento sobre a “Ideologia de gênero” está alicerçado em uma concepção distorcida do que é a luta das feministas, LGBTs e do campo de estudos de gênero opondo a realidade social de violências e discriminação em detrimento de um “Sintagma” como se referiu Rogério Diniz Junqueira (2017), a “Ideologia de gênero”, que se apresenta em forma de rótulos políticos que sinalizam para a organização de grupos de mobilização.

É preciso, então, sublinhar que tais sintagmas não são conceitos científicos. Essas grotescas formulações paródicas ou até fantasmáticas, no entanto, atuam como poderosos dispositivos retóricos reacionários que se prestam eficazmente a promover polêmicas, ridicularizações, intimidações e ameaças contra atores e instituições inclinados a implementar legislações, políticas sociais ou pedagógicas que pareçam contrariar os interesses de grupos e instituições que se colocam como arautos da família e dos valores morais e religiosos tradicionais (JUNQUEIRA, 2017, p. 28).

Esse discurso é enunciado por sujeitos que têm uma posição de destaque na sociedade, e que facilmente conseguem fazê-lo propagar. Da mesma forma, encontrou condições favoráveis para que o discurso emergisse. Trata-se, portanto, de perceber como o jogo discursivo de “Ideologia de gênero” em detrimento aos estudos de gênero, fez ganhar força as ideias conservadoras dentro da votação do PNE (2014-2024).

3.2 IDEOLOGIA DE GÊNERO: o anúncio de um discurso

Os estudos de gênero representam uma mudança de atitudes e valores, pois evidenciam as desigualdades entre os/as sujeitos sexuados. Para alguns setores religiosos, todavia, esses estudos podem ser percebidos como uma ameaça por questionarem a ordem social e o sistema cultural que destina papéis sociais desiguais para homens e mulheres, de acordo com interpretações literais de textos bíblicos.

No jogo discursivo de gênero e “Ideologia de gênero” existem posições de sujeitos a serem defendidas o que traz sentido à busca de respostas para as questões:

qual o *status* do enunciador? Qual a sua competência? Em que campo de saber se insere? Qual seu lugar institucional? Como seu papel se constitui juridicamente? Como se relaciona hierarquicamente com outros poderes além do seu? Como é realizada sua relação com outros indivíduos no espaço ocupado por ele. Também cabe indagar sobre o "lugar de onde fala", o lugar específico no interior de uma dada instituição, a fonte do discurso daquele falante, e sobre a sua efetiva "posição de sujeito"– suas ações concretas, basicamente como sujeito incitador e produtor de saberes (FISCHER, 2001, p.208).

Ao buscar responder às indagações anteriores, percebemos o *status* do enunciador em um lugar de muito prestígio: no seio da religião católica, que ainda desfruta de certo prestígio social, pois continua sendo vista como a grande responsável pela redenção dos sujeitos. A igreja (instituição) ainda é compreendida com lugar de destaque e de aceitação por todos/as, até mesmo pelos/as não religiosos/as.

Essa instituição relaciona-se bem com o Estado e a família, além de outras instituições sociais. A relação que ela estabelece com seus fiéis, em grande medida, relaciona-se com a ligação desse mundo com o plano espiritual, baseado na fé. O lugar de fala de quem representa uma religião está associado a uma relação de poder que pode incluir relações desiguais de gênero, étnico/raciais e classe.

O *locus* privilegiado para a propagação do termo “Ideologia de gênero” foi os setores conservadores da igreja Católica, que, ao final da década de 1990, passam a interferir sobre a discussão do termo gênero em documentos internacionais que visam ampliar o conceito de mulher para gênero, ressignificando e redirecionando as políticas para as mulheres e influenciando os estudos acadêmicos na área.

Claudia Costa (1998) chama a atenção para a ação da igreja católica sobre o uso da palavra gênero durante a Conferência Sobre a Mulher, em Pequim, 1995.

Ao passo que estados e agências inter-governamentais abraçavam o gênero, o Vaticano, durante os preparativos para a Conferência em 1995 sobre a Mulher em Beijing, e temeroso das consequências que o uso da palavra gênero poderia acarretar – como aceitação da homossexualidade, a destruição da família (patriarcal) e a disseminação do feminismo – estava orquestrando ferrenho ataque ao conceito de gênero, “associando-o a sinistra influência estrangeira”. Como nos relata Franco, segundo a advertência do Bispo Auxiliar de Buenos Aires, a utilização da palavra gênero “como um constructo meramente cultural separado do biológico... torna-nos companheiros de viagem do feminismo radical” (COSTA, 1998, p.128-12).

Naquele momento, o alvo dos ataques era o termo gênero, o que, de forma indireta, envolve as teorias que consideram gênero como categoria de análise e os estudos sobre identidades excluídas – homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros, intersexos – ou seja, também incluindo as teorias pós-estruturalistas e a teoria *queer*.

Costa (1998) evidencia ainda que havia uma preocupação da igreja em relação à difusão do termo gênero na sociedade e a tomada de posicionamentos frente à visibilidade de identidades excluídas e suas implicações na ordem heteronormativa, relacionando as discussões de gênero à homossexualidade e ao feminismo referenciado como negativo e, portanto, responsável pela destruição da família – subentendendo que a família patriarcal, heterossexual e composta pelo núcleo homem, mulher e filhos seja o único modelo de família.

A autora apresenta certa preocupação em relação aos estudos de gênero e seu afloramento diante de um contexto no qual havia articulação de poder do Estado e do Vaticano, e no qual se notava uma sutil manipulação por estas instâncias de poder em relação ao uso de gênero. Essas preocupações, situadas nas teorias de gênero e no pós-estruturalismo, nos deu pistas de como o debate poderia ser utilizado como subterfúgio por opositores para desqualificá-lo.

Onde e como situar o projeto político emancipatório das teorias feministas diante da manipulação e da tergiversação do conceito por instâncias do poder como o Vaticano e o Estado? Em outras

palavras, enquanto feministas engajadas em lutas contra a dominação e a opressão (seja dentro dos movimentos sociais, seja em salas de aula, ensinando leituras anti-canônicas de textos canônicos), como falar da diferença (pós-estruturalista) sem indiferença à mesma? Como traduzir tais polêmicas para outros contextos?(COSTA, 1998, p.129).

As preocupações expostas por Costa (1998) estavam pautadas no contexto de emergência dos estudos de gênero no Brasil e que anunciavam as reações de setores conservadores, particularmente os relacionados à igreja. Na prática, a oposição aos estudos de gênero se relacionava à defesa do modo de governança da igreja, que se vê ameaçada se destituída da imagem do sujeito universal, homem, branco, heterossexual a partir da elevação de identidades excluídas. A doutrinação da igreja estaria ameaçada, pois em certa medida, o que se nega para além do debate natureza e cultura é a ideia de destino imposta às mulheres e uma das bases do pensamento religioso, predestinação, talento, dom.

Ou seja, os discursos relacionados à “Ideologia de gênero”, que avançaram no Brasil junto a uma onda de conservadorismo em contexto global atual, ganharam contornos em 1995 na conferência de Pequim. Ao mesmo tempo em que os estudos de gênero ganhavam espaço, houve um movimento em reação a eles.

3.3 PRIMEIRAS APARIÇÕES DO TERMO IDEOLOGIA DE GÊNERO

As ideias associadas à ideologia de gênero nessa seleção podem ser relacionadas principalmente a dois textos. O primeiro é um texto da Conferência Episcopal Peruana de 1998¹², destacando-se por ser elaborado em uma Conferência Episcopal¹³, espaço no qual se reúnem todos os Bispos do país.

Este documento ganha relevância diante da importância de um texto advindo de uma conferência da Igreja Católica, pois se torna referência entre os membros da igreja que deve ser assumido pelos fiéis.

À medida que as organizações eclesiais, como a conferência episcopal, se enquadram perfeitamente no compasso jurídico-canônico, é óbvio que o fiel é instado a levar em grande estima as disposições emanadas da conferência episcopal, pondo-as religiosamente em prática (SAMPEL, 2013).

¹² Tradução: Apostolado Veritas Splendor - C.D.T. de 1998, reproduzida em 2012.

¹³ Elaborado em uma Conferência Episcopal, espaço no qual se reúnem todos os Bispos do país, e instituída pelo código canônico em vigor – principal documento que rege a igreja Católica. “A conferência episcopal é um organismo jurídico que, precipuamente, visa a facilitar as atividades pastorais dos bispos em determinada nação” (SAMPEL, 2013). É um evento que reúne em todos os países seus bispos para deliberar sobre as decisões da Igreja. Além disso, “as conferências episcopais têm uma missão muito clara e importante que é a de ajudar os Bispos a pulverizar em suas dioceses os ensinamentos da Igreja Universal” (CIC, encíclicas papais etc.) (CHRISTO NIHIL PRAEPONERE, 2013).

Embora a conferência seja dos Bispos do Peru, devemos considerar que o documento, a seguir analisado, coloca em pauta as discussões que envolvem gênero e abrem precedentes para outras proposições da Igreja Católica.

Esse documento, elaborado na ocasião da conferência pela Comissão *AdHoc*¹⁴ da mulher, é um texto que contém dezesseis páginas, em formato de artigo, com apresentação, introdução, desenvolvimento e conclusão. A versão que será analisada foi traduzida pelo Apostolado Veritatis Splendor. A Apresentação foi escrita pelo Monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, S.M. Bispo Auxiliar de Lima, em abril 1998. O texto foi baseado no relatório "A Desconstrução da Mulher", de Dale O'Leary, e não apresenta um/a autor/a.

O documento inicia com um trecho do livro de Judith Butler (considerada "feminista radical"), *Problemas de gênero: feminismo e subversão*, para questionar o sentido da construção cultural do gênero e trabalhar a diferença entre os sexos como papéis sociais diferentes para homens e mulheres.

Enquanto muitos poderiam continuar considerando o termo "gênero" apenas como uma forma cortês de se dizer "sexo", para evitar o sentido secundário que "sexo" possui em inglês, e que, portanto, "gênero" se refere a seres humanos masculinos e femininos, existem outros que, já há alguns anos, decidiram difundir toda uma "nova perspectiva" do termo. Esta perspectiva para a surpresa de muitos - refere-se ao termo "gênero" como "papéis socialmente construídos" (CONFERÊNCIA PERU, 2008).

O documento ainda invoca a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995 em Pequim – China, para apresentar a forma como tem sido difundida a discussão de gênero por organismos internacionais.

Além dessas discussões preliminares, o texto apresenta o que se entende por gênero em suas intersecções com: feminismo; neo-marxismo; natureza/cultura; biológico/social; desconstrução da sociedade; família; religião; saúde, direitos sexuais e reprodutivos.

Na definição de gênero, o texto relata desconfortos causados durante a Conferência de Pequim (1995), ocasionados pelo uso do termo gênero, particularmente quando define que "O gênero refere-se às relações entre mulheres e homens baseadas em papéis definidos socialmente que são atribuídos a um ou outro sexo" (CONFERÊNCIA PERU, 1998).

No documento, a definição de gênero e o empenho das feministas na implementação de sua pauta de reivindicações gerou polêmica e discordância:

¹⁴ Expressão utilizada para dizer que algo é provisório com determinado propósito.

Diante de tal situação, muitos delegados questionaram o termo assim como a sua inclusão no documento. No entanto, a ex-deputada Abzug advogou duramente a seu favor.

A paixão de Bella Abzug no sentido de incluir o termo em Pequim chamou a atenção de muitos delegados. No entanto, o assombro e desconcerto foi ainda maior quando um dos participantes difundiu alguns textos empregados pelas feministas do gênero, professoras de reconhecidos colégios e universidades dos Estados Unidos (CONFERÊNCIA PERU, 1998).

Na sua conclusão, o texto alerta para o perigo do “feminismo do gênero” que está presente de forma cada vez mais ampla na sociedade ganhando destaque nos países desenvolvidos e dessa forma pode afetar o mundo inteiro: “existem muitas pessoas que talvez por falta de informação ainda não compreenderam a nova proposta e os perigosos alcances da mesma” (CONFERÊNCIA PERU, 1998).

O segundo documento que apresentamos como relevante para as discussões dessa tese é a “Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e a mulher na Igreja e no mundo”, de maio de 2004, destinada à Congregação para a Doutrina da Fé¹⁵.

O documento foi produzido a partir de argumentos bíblicos e que destacam as virtudes das mulheres, a partir das seguintes discussões:

- a) participação/colaboração do homem e da mulher na igreja;
- b) novas abordagens do tema mulher;
- c) a mulher a partir de uma perspectiva bíblica, referenciada como antropologia bíblica;
- d) valores femininos para a sociedade;
- e) valores femininos para a igreja;

O Documento utiliza os preceitos bíblicos, historicizando o papel da mulher e do homem nos livros da bíblia. Embora o texto trate da colaboração da mulher e do homem, salienta-se que o papel da mulher é o que recebe mais destaque. O texto conclui que há necessidade da conversão tanto do homem como da mulher a Deus,

¹⁵ É um Dicastérios de suma importância para igreja católica, pois tem a função de expandir os preceitos da fé católica no mundo. Foi instituída em 1542 pelo papa Paulo II, em sua origem ficou conhecida como “Santa Inquisição Romana e Universal”. Passou por reorganizações em diversos papados e a atual Congregação para a Doutrina da Fé foi instituída pelo papa João Paulo II em 1988, é constituída de um Colégio de Cardeais e Bispos, e tem como principais funções: Promover e tutelar a doutrina sobre a fé e os costumes em todo o mundo católico (Art 48); Favorecer os estudos destinados a fazer aumentar o entendimento da fé e para que, aos novos problemas derivados do progresso das ciências ou da civilização, se possa dar resposta à luz da fé (Art. 49); Ajudar aos Bispos, quer individualmente quer reunidos nos seus organismos, no exercício da missão pela qual são constituídos como autênticos mestres e doutores da fé, e pela qual devem guardar e promover a integridade da mesma fé (Art.50). (Vatican, 2017).

http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_pro_14071997_po.html

todavia salienta que a mulher deve aceitar sua missão que é uma vida com valores, que são somente dela, como o amor pelo outro.

Esses dois textos revelaram-se essenciais na discussão de “Ideologia de gênero”. O primeiro apresenta as origens da discussão sobre “Ideologia de gênero”; o segundo direciona-se às mulheres como principais vítimas dessa ideologia. Os argumentos apresentados em cada um deles passam a ser utilizados em outros documentos e textos, revelando a influência do pensar da igreja sobre outras instituições sociais.

Assim, a Conferência de Pequim (1995) além de deflagrar e difundir o uso do termo gênero, também foi espaço que iniciou processos de resistência, particularmente, de setores religiosos, identificando o gênero como ideológico. Naquele momento, entretanto, gênero percebido como ideologia não ganha destaque tampouco interfere sobre gênero nas agendas públicas, pois o Brasil passa a ser signatário de acordos internacionais para o combate da desigualdade de gênero, sem grandes resistências sociais.

Todavia, o discurso enunciado ao longo desse processo, é incorporado às discussões sociais (Conferência da Igreja no Peru, Carta aos bispos, por exemplo), revelando um movimento que propaga o gênero como ideologia e seu suposto caráter negativo para a família, o que propaga pânico na sociedade e instaura uma discussão pouco baseada em fatos e argumentos e muito baseada em falsas premissas e pouco conhecimento sobre os estudos de gênero no país e no mundo.

A partir de 2010, temas relacionados ao gênero e que deveriam fazer parte do PNE foram recebidos de forma negativa, essencialmente, por setores conservadores. Tais temas são associados ao discurso da “Ideologia de gênero”, que poucos sabem do que se trata, mas são estimulados a rejeitar. As discussões, embora se apresentassem com pouco conteúdo, encontram condições favoráveis para a sua propagação em um contexto de avanço do conservadorismo social.

3.4 A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DE IDEOLOGIA DE GÊNERO

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) sancionado no dia 25 de junho de 2014 é um documento que visa estabelecer metas para a educação a serem cumpridas em um prazo de dez anos. O Plano encontra-se referido no Art. 214 da Constituição Federal de 1988, e deve ser regido pelos princípios fundamentais da educação brasileira: I) à erradicação do analfabetismo; (II) à universalização do

atendimento escolar; (III) à melhoria da qualidade do ensino; (IV) à formação para o trabalho; e(V) à promoção humana, científica e tecnológica do país.

O PNE tem grande relevância no processo de transformação do cenário educacional brasileiro, uma vez que sua estruturação configurou-se a partir de ações políticas oriundas da sociedade civil organizada, que reivindicou o cumprimento das disposições legais contidas no artigo 214 da Constituição Federal de 1983 e nas disposições transitórias da LDB (BRASIL, INEP. 2009).

O PNE foi regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 1996 e aprovado pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001. Conta com vinte metas e duzentos e oito estratégias. O Plano tem vigência decenal, sendo responsabilidade dos municípios, dos estados e da união elaborarem planos para a educação regidos pelas mesmas metas nacionais, mas que respeitem as regionalidades.

A Emenda Constitucional nº 59/2009 (EC nº 59/2009) mudou a condição do Plano Nacional de Educação, que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Portanto, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distritais e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução.

A primeira versão do PNE teve vigência de 2001 a 2010 e foi marcada por manobras políticas, as quais não contemplaram a demanda de segmentos da sociedade que, organizados, propuseram pautas a serem incluídas na educação em detrimento de proposta do governo, taxada como neoliberal. Após a LDBEN de 1996, o PNE é considerado como uma das principais contribuições para enriquecer a educação brasileira.

O Plano Nacional de Educação é a principal lei que decorre da nova LDBEN. Esse fato foi reconhecido tanto pelas autoridades educativas nacionais como também pelas numerosas associações de professores e estudantes e sindicatos vinculados ao campo da educação, historicamente localizados não posição política ao processo de reformas, em especial depois que Fernando Henrique Cardoso chegou ao governo nas eleições nacionais para a presidência da República, em 1994 e 1998. O marco jurídico supracitado permitiu que se iniciassem os primeiros esforços para a elaboração de propostas. Estas foram desenvolvidas por sujeitos históricos diferentes, que elaboraram e colocaram em confronto, no

Congresso Nacional, projetos de planos antagônicos e antitéticos (HERMIDA, 2006, p.243).

A sociedade civil organizada e o sindicato dos trabalhadores da educação elaboraram uma proposta de plano, que se diferenciava da proposta do governo, esta elaborada, segundo Hermida (2006), por interesses de agências financiadoras advindos de organismos internacionais. Desta forma tivemos duas propostas de PNE apresentadas ao Congresso Nacional. O texto reelaborado pelo congresso segue sua tramitação priorizando o texto proposto pelo governo. Esse contraponto pode ser facilmente percebido nas considerações de Hermida (2006) que evidenciou a existência de dois projetos de PNE (2001-2010) que tinham características diferentes em relação às suas ideias e princípios de educação e sociedade.

O confronto ocorrido no Congresso Nacional refletiu as discussões desencadeadas na sociedade civil em torno dos numerosos problemas que afligiam a sociedade brasileira. Um dos projetos, elaborado nos gabinetes do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Investigações Educacionais (MEC/INEP), representava os interesses e privilégios de classe dominante, e o outro, apresentou-se como proposta alternativa aos projetos hegemônicos (HERMIDA, 2006, p. 253).

É na oposição de concepções ideológicas, que traduzia perspectivas sociais diferentes, que o primeiro PNE foi gestado. Aguiar (2010, p. 709) enfatiza “que a avaliação da política educacional traduzida em um plano de educação encontra dificuldades, tendo em vista que nem sempre seus desdobramentos, por abranger dimensões políticas e ideológicas, podem ser apreendidos de imediato (...)”. Diante disso, “não é prudente esquecer, também, que um PNE resulta de embates em torno de projetos político-sociais” (AGUIAR, 2010, p. 709).

Bodião (2016) inscreve o primeiro PNE como apenas uma carta de intenções, pois a proposta da sociedade civil seguiu como anexo ao projeto do governo, e na sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve mais nove vetos. O autor frisa que esses vetos foram mantidos durante toda a vigência do PNE (2001-2010), ultrapassando do Governo FHC para o Lula, o que trouxe frustração quanto às expectativas para esse período.

Para a elaboração do segundo PNE (2014-2024) existiu uma mobilização em torno da proposta do que seria o documento, que contou com a participação da comunidade civil organizada em movimentos sociais, associações científicas, instituições ligadas à educação e ao governo, por meio, da Conferência Nacional de Educação (Conae) que foi uma demanda da população, como afirmou Francisco das

Chagas Fernandes, secretário executivo adjunto do MEC e coordenador da conferência, em entrevista 27/9/2010 para a revista Educação e Sociedade.

Na realidade a ideia da conferência era da sociedade civil, uma reivindicação antiga do movimento social de que houvesse instâncias de interlocução, no caso conferências nacionais, se desdobrando em conferências estaduais e municipais. Aliás, as entidades do movimento social já fizeram bem isso, porque as duas principais experiências que eu coloco como coletivas, das entidades do movimento social, são as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) e os Congressos Nacionais de Educação (CONEDs). São duas experiências bem coletivas, construídas no nosso país. É claro que várias entidades têm suas experiências específicas, no caso dos congressos, dos seminários e das conferências, mas eu diria que as CBEs e os CONEDs são as duas experiências importantes da sociedade civil. Porém, essas conferências aconteceram sob a responsabilidade e sob a condução específica das entidades, não houve a participação do Estado, da institucionalidade. E a grande reivindicação da sociedade era que o Estado estivesse presente na discussão da educação junto com os movimentos sociais. O governo do presidente Lula convocou conferências em todas as áreas sociais: mais de 60 conferências aconteceram nesse período do governo do presidente Lula (FERNANDES, 2010, p.1032).

Vale destacar que a Conferência Nacional de Educação é bastante representativa, pois conta com as seguintes entidades: Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC); Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC); Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais E Municipais (ABRUEM); Comissão de Educação - Câmara dos Deputados (CE); Comissão de Educação, Cultura E Esporte – Senado Federal (CECE); Centrais Sindicais dos Trabalhadores; Conselho Nacional de Educação (CNE); Confederação Nacional dos Trabalhadores Em Educação (CNTE); Comunidade Científica ; Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos (CONFENAPA); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centro de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR); Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES); Federação de Sindicatos de

Trabalhadores de Universidades Brasileiras (FASUBRA); Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE); Fóruns de Eja do Brasil; Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Movimento Inter fóruns de Educação Infantil Do Brasil (MIEB); Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI); Movimentos Sociais Afro-Brasileiros; Movimentos Em Defesa do Direito À Educação ; Movimentos Sociais do Campo; Movimentos Sociais de Gênero e de Diversidade Sexual ; Fórum De Professores das Instituições Federais de Ensino (PROIFES); Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN); Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Secretaria de Articulação com o Sistema de Ensino (SASE); Secretaria Executiva Adjunta (SEA); Secretaria de Educação Básica (SEB); Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES); Secretaria de Educação Superior (SESU); Confederações dos Empresários e do Sistema “S” (SISTEMA S); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); União Nacional dos Estudantes (UNE).

A presença de tantas entidades e associações na elaboração do PNE (2014-2024) contribuiu para que o Plano fosse pensado, acolhendo os depoimentos dos diferentes sujeitos, para garantir que seus anseios para a educação estivessem minimamente expostos. Fernandes (2010) aponta que o Plano foi proposto por diferentes instâncias, pela organização de várias entidades, o que deu a ele um alto teor de abrangência nas discussões.

Em tese, qualquer parlamentar, senador ou deputado federal pode propor um plano. E, em tese também, uma entidade ou várias entidades ou algum órgão do governo também pode propor um PNE. Mas a conferência teve uma capilaridade tão importante que conseguiu fazer com que tanto o Ministério da Educação como o Conselho Nacional de Educação, a Comissão de Educação da Câmara e do Senado esperassem pelo resultado de suas deliberações e que o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, apresentasse uma proposta de PNE (FERNANDES, 2010, p.1038).

Fernandes (2010) destaca a importância da Conae e a legitimidade que essa alçou para a proposição do PNE, mesmo sabendo que o texto sugerido pela conferência não era uma sumidade e poderia sofrer modificações, “o MEC está elaborando um esboço de proposta de PNE que vai levar em consideração o que a

conferência aprovou, mas, também, as concepções que estão sendo desenvolvidas durante esse período” (FERNANDES, 2010, p. 1038).

O primeiro destaque em relação ao PNE (2014-2024) é justamente a demora em realizar a proposta, apresentada em 2010, e que tramitou durante os anos seguintes sendo aprovada em 2014. Destaca-se que um dos motivos alegados pela demora na elaboração do projeto de lei foi em decorrência da quantidade de emendas que recebeu, foram quase três mil enviadas por 87 deputados/as. As emendas que mais se repetiram foram referentes ao aumento de vagas no ensino técnico profissionalizante e a segunda a equidade, respeito à diversidade e laicidade (não interferência da religião) na educação, ambas apareceram 17 vezes (CAMPANERUT, 2011).

Fernandes que coordenou a Conae em 2010 expressa como a demanda pela diversidade esteve presente na conferência.

[...] todos os eixos tinham 6 horas para discutir; a diversidade teve mais 3 horas e ainda pediram mais tempo. Por quê? Porque é uma questão complexa em relação à educação. A diversidade é complexa dentro dela mesma. Então eu acho que este é um tema que nós não podemos deixar de fora nessa questão da universalização da educação de qualidade que queremos no país. Não é que a gente esteja deixando de fora, mas aqui, por exemplo, na discussão que nós estávamos fazendo, quando se perguntou “o que você gostaria de acrescentar”? Eu me lembrei logo da diversidade; sempre eu me lembro da diversidade. Esses dias, pensava “por que o CEDES não faz um caderno, não, uma revista dedicada à diversidade, à inclusão, à justiça social?” (FERNANDES, 2010, p. 1057).

A necessidade de discussão sobre a diversidade ficou evidenciada na tramitação do Plano (2014-2024), pois dentre as diretrizes o que mais repercutiu foi o que tem ligado às diversidades, sendo alvo de debates e constantes manifestações de movimentos tanto favoráveis como contrários. Bodião (2016, p. 344) aponta que as discussões do Projeto de lei 8035/2010, foram centralizadas em torno de três pontos:

(i) o inciso III do Art. 2, em função da manutenção da expressão original com que fora aprovado naquela casa “[...] com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”;(ii) a meta 20, associada ao § 5. do art. 515, pois, ainda que se mantivessem o texto da meta a referência explícita aos recursos públicos a serem investidos em educação pública, no corpo da lei, a modificação advinda do Senado Federal, permitia a contabilização, como tal, de recursos transferidos para a iniciativa privada empresarial, para instituições não lucrativas e para alguns convênios e (iii) a recuperação do texto aprovado na Comissão Especial da Câmara, no que diz respeito à complementação da União para os estados que não conseguissem atingir os valores mínimos do CAQI/ CAQ (BODIÃO, 2016, p. 344).

Há ênfase nas discussões relativas à diversidade sexual e gênero que já vinham desde a conferência nacional de educação. A polêmica envolvendo o discurso contrário aos estudos de gênero apresentada no referido artigo, fazia parte do documento em relação a algumas diretrizes que se almeja serem seguidas durante os anos de vigência do plano, sendo elas:

- i - erradicação do analfabetismo;
- ii - universalização do atendimento escolar;
- iii - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- iv - melhoria da qualidade da educação;
- v - formação para o trabalho e para a cidadania com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- vi - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- vii - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- viii - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- ix - valorização dos (as) profissionais da educação;
- x - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

As diretrizes são os fios condutores que devem perpassar transversalmente as outras disposições do PNE. Propor gênero e orientação sexual causou alvoroços e embates, suscitando debates e mobilização, em que os meios de comunicação, em especial a internet, mostraram-se ferramentas articuladoras das opiniões contrárias à inserção da discussão no Plano.

Como pudemos perceber, o apelo para a presença de gênero e diversidade sexual esteve presente desde a Conae, reivindicada por setores envolvidos com a educação e movimentos sociais, passando por uma significativa quantidade de emendas, e ganhando repercussão na tramitação do Plano. Todavia as manifestações, diferentemente na Conae em que o debate da diversidade foi acolhido, tomaram outro viés e passaram a questionar os termos, gênero e orientação sexual. Deputados que formam as frentes parlamentares¹⁶: Frente Parlamentar Evangélica¹⁷ e outro grupo denominado de Frente Parlamentar Mista

¹⁶ Frentes Parlamentares são associações de membros do Legislativo Federal de vários partidos que decidem se juntar para promover o debate e a legislação sobre determinado tema de interesse da sociedade. Para que seja constituída, a frente parlamentar é necessária: Composição de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo; Indicação do nome da Frente Parlamentar; e Designar um representante responsável por prestar as informações. (Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/frentes-e-grupos-parlamentares>)

¹⁷ A Frente Parlamentar Evangélica só foi registrada em novembro de 2015, entretanto suas ações frente a temas que falam de sexualidade, gênero e orientação sexual já eram presentes desde início dos anos 2000. Atualmente ela é composta 198 deputados e quatro senadores.

Católica Apostólica Romana¹⁸ em conjunto com membros e organizações da igreja católica (renovação carismática, bispos, padres), se mobilizaram contra a inserção de gênero e orientação sexual, haja vista que o texto “a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” foi suprimido e substituído por “a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Portanto, mais genérico e sem explicitar os grandes desafios da educação brasileira no sentido de efetivar a igualdade, sem expressar a demanda da população em discutir e falar sobre a diversidade.

Importante destacar que nenhum dos Documentos Finais das Conferências de Educação de 2008, 2010 e 2014, nem a versão inicial do Plano Nacional de Educação, fazem menção do termo “ideologia de gênero”, e sim têm por objetivo garantir o alcance da equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual. Não obstante, os argumentos levantados por diversos setores contrários afirmam que esses documentos deliberaram pela inclusão da “ideologia de gênero e de diversidade sexual” nos Planos Estaduais e Municipais de Educação (REIS; EGGERT, 2017, p. 17).

Reis e Eggert (2017) apontam como o termo “Ideologia de gênero” não corresponde à visão que os estudos de gênero almejam. Para ele e ela, existiu por meio da votação do PNE a disseminação de um conceito falso sobre gênero em que o discurso atribuído a gênero como “Ideologia gênero” despertou retrocessos, demonização e uma espécie de pânico moral. O autor e a autora argumentam que foi construída uma falácia que teve por nomenclatura “Ideologia de gênero”, pautada nos argumentos de: destruição da família “tradicional”, legalização da pedofilia, fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros.

A polêmica em torno da nominada “Ideologia de gênero” ganhou a internet, em sítios em sua maioria com ligação religiosa, expandiu-se da discussão do PNE para os estaduais e posteriormente também para os municipais. O mapa retirado do jornal Folha de São Paulo demonstra como estava a situação dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e quais estados já tinham realizado a aprovação. Mas o que nos chama a atenção foi a preocupação em colocar ao lado do mapa maior, um mapa menor que corresponde aos Estados que fizeram a menção a gênero, evidenciando as proporções que a discussão tomou em todo o território nacional.

¹⁸ Criada em 07/04/2015 não está oficializada no processo de votação do PNE (2014-2024), mas sua base teve grande atuação contra a inserção de gênero e orientação. Atualmente ela é composta 214 deputados e cinco senadores.

Figura 1 -Mapa de situação dos Planos

PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO

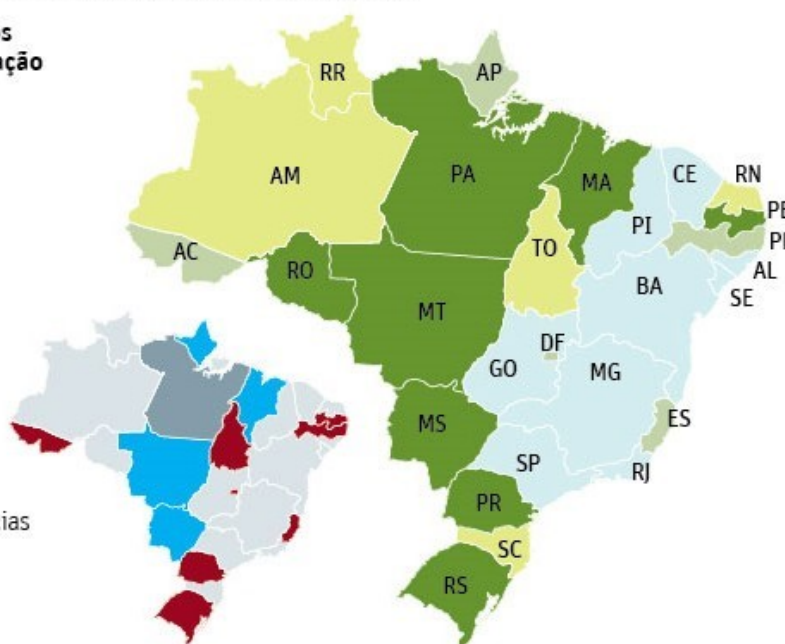
Maioria dos Estados ainda não aprovou documento

Situação dos Planos Estaduais de Educação

- Não chegou à Assembleia
- Em tramitação
- Aprovado, aguarda sanção
- Aprovado e sancionado

Referências a “gênero” entre planos aprovados

- Vetaram referências
- Mantiveram referências
- Não menciona



Fonte: Folha Uol, 2015.

No mapa podemos visualizar que a decisão do PNE (2014-2024) de não incluir gênero e orientação sexual espalhou-se para outras instâncias do Plano. O debate levantado sobre gênero e orientação sexual ser “Ideologia de gênero” foi disseminado dentro do espaço de discussão dos estados e municípios, mostrando que a força do discurso de “Ideologia de gênero” alocado em conjunto com a votação do PNE (2014-2024) escolheu o momento certo para emergir. O levantamento realizado nos sítios da internet demonstra que esse é o período em que o termo é disseminado na sociedade brasileira.

Tabela 1- maior número de postagens

Mês/ Ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	tota l
2004							1						1
2005													“_“
2006													“_“
2007													“_“
2008						1							1
2009													“_“
2010									1				1
2011			1			1	1						3

2012	1	1			1	2		1	2	2	2	12
2013					1					1	5	7
2014			2	6	3							11
Total												36

Fonte: própria autora com base em dados de pesquisa

De 2010 a 2014, a incidência de notícias que tratam de uma suposta “Ideologia de gênero” foi intensificada, coincidentemente esse é também o período do processo de tramitação do PNE. A quantidade de postagens nos sítios aumentava em períodos decisivos. Enquanto o PNE era encaminhado para comissões diferentes, as notícias que se referiam à “Ideologia de gênero” expandiam-se.

A Tabela 1 apresenta, entre as postagens selecionadas para a tese, o aumento de matérias vinculadas nos sítios a partir do ano de 2010. No ano de 2011 as postagens foram maiores do que nos anos anteriores (2004, 2008, 2009, 2010). Durante o ano de 2012 a frequência das matérias ligadas à “Ideologia de gênero” aumentou em 12 vezes no decorrer do ano. Esse ano se destaca como o de efervescência do discurso de “Ideologia de gênero”, pois também demarcou a retomada da discussão do PNE (2014-2024), que se encontrava na fase de decisão de como proceder à aprovação.

Inicialmente, em 20 de dezembro de 2010, a proposição foi distribuída às comissões de Educação e Cultura (CEC), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), mesmo caminho regimental da tramitação do PNE 2001-2010. Entretanto, atendendo a requerimento formulado em 22 de março de 2011, a proposição tomou um rumo distinto do processo anterior: em 6 de abril de 2011, Ato da Presidência da Câmara dos Deputados constituiu uma comissão especial para a matéria (BRASIL, PNE,2014, p.16).

Após a decisão de ser composta uma comissão especial para o PNE (2014-2024) em 2011, o relator da comissão apresentou a proposta do PNE (2014-2024) no ano seguinte, em 2012. Após ser enviada ao senado e ser modificada, ela tramitou pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão de Educação (CE). O quadro a seguir, esquematiza os momentos decisivos do PNE (2014-2024).

Quadro 8 - Tramitação do PNE

Data	Tramitação	Postagens
15/12/2010	Plano é entregue pelo MEC, início da tramitação	Uma em setembro
13/04/2011	Indicado relator da comissão especial	Uma em março/ uma em junho/ uma julho.
05/12/2011	Câmara divulga nova versão do PNE	
26/06/2011	Comissão especial da Câmara aprova o PNE	
16/10/2012	Aprovada a redação final na Câmara	Uma em janeiro/ uma em fevereiro/ uma em maio/ duas em junho/ uma em setembro/ duas em outubro/duas em novembro
25/10/2012	Enviada ao Senado	
22/04/2013	Comissão Especial da Câmara aprova texto principal do Plano Nacional de Educação	Uma em maio/ uma em novembro/ cinco em dezembro
17/12/2013	PNE é aprovado no Senado	
31/12/2013	PNE é enviado do senado à Câmara para última fase da tramitação.	
22 e 23 /04/2014	Aprovação do texto base da lei.	Duas em março/ seis em abril/ três em maio.
06/05/ 2014	Comissão Especial da Câmara conclui análise do PNE	
28/05/2014	Plenário da Câmara aprova texto-base PNE	
03/06/2014	PNE é aprovado na Câmara e segue à sanção presidencial.	

Autoria própria, realizado com informações do observatório PNE (http://www.observatoriodopne.org.br/pne/linha-do-tempo)

No quadro representamos os momentos decisivos que estavam em votações. Quando o PNE foi aprovado no senado e posteriormente enviado à câmara para a última fase da tramitação, foi o momento em que se teve aumento também na aparição de matérias em sítios falando do PNE. Em 2013, nos meses de março, abril e maio, é possível perceber que a maior concentração de reportagens está em abril, mês em que foi aprovado o texto base da lei.

A complexidade do processo de votação a um projeto de lei é maior do que podemos expressar por esse quadro, entretanto o usamos para vincular essas fases a notícias que os sítios divulgaram em torno da “Ideologia de gênero”. Desta forma, ressaltamos que essas postagens em sítios contribuíram para a divulgação do termo e para fazer a pressão em torno da votação. As matérias postadas desde o ano de 2010 transmitiam um discurso de negatividade referente à “Ideologia de gênero”, e consideramos que passou por três estágios: 1) pânico, ameaça da “Ideologia de gênero”; 2) explicativo (explicava o que era “Ideologia de gênero”); 3) vitorioso.

As matérias anteriores a 2012 não ligavam em seus títulos o PNE. Foi em 2013 que começamos a ver a relação entre as duas. As matérias retiradas dos sítios que correspondem ao período de 2013 e 2014 estão focalizadas na relação entre os dois (PNE e “Ideologia de gênero”), conforme podemos ver no material abaixo retirado do sítio Arquidiocese do Rio:

Nesta terça-feira, 6 de maio, o projeto de lei nº 8035/2010, mais conhecido como Plano Nacional de Educação (PNE 2011 – 2020), será votado mais uma vez. Com a relatoria do deputado Ângelo Vanhoni (PT/PR), o projeto sofre vários embates, principalmente na questão ideologia de gênero, que tenta entrar no sistema de ensino educacional brasileiro (ARQUIDIOCESE DO RIO, 2013).

O início da matéria fala do embate que o termo gênero trouxe demonstrando a preocupação desses setores com a “Ideologia de gênero”. A presença organizada deles também é algo a ser destacado no texto.

A última votação do PNE aconteceu no dia 22 de abril e reuniu mais de 150 jovens e líderes pró-vida e família católicos, na Câmara dos Deputados. A forte manifestação contra a ideologia de gênero auxiliou na conquista de um resultado importante. O artigo 2º do Plano foi aprovado com o texto antes votado no Senado Federal, sem a ideologia (ARQUIDIOCESE DO RIO, 2013).

A matéria prossegue qualificando o trabalho realizado pela organização próvida e convidando os leitores a pressionar o legislativo com uma petição on-line.

Além do trabalho que as lideranças pró-vida e família já estão fazendo com os deputados, é de suma importância a participação cidadã junto a estes parlamentares. Uma forma bastante efetiva de manifestação de opinião é a assinatura de uma petição sobre o assunto.

O grupo CitizenGO está organizando uma petição ([acesse aqui](#)) contra a ideologia de gênero no PNE. Até o momento 9,6 mil pessoas já assinaram a manifestação. Além da assinatura, é indispensável a presença dos cristãos no plenário para a votação do PNE (ARQUIDIOCESE DO RIO, 2013).

Nessa matéria pode-se observar a articulação em torno da assinatura da petição, mas também em relação à presença dos cristãos no dia de votação, convocados a atuar contra a “Ideologia de gênero” para barrar a discussão.

A instrução pelo sítio de petição é para que seja assinada, pois assim estariam mandando um e-mail aos parlamentares, se posicionando contra a inserção de gênero e orientação sexual no PNE: “Assine agora a petição para enviar um e-mail a cada um dos líderes de bancada no Senado!” (CITIZENGO, 2013).

No e-mail enviado, a mensagem seria a seguinte:

Não queremos que a Ideologia de Gênero seja oficializada em nosso país!

Sr. Senador, venho, por meio deste e-mail exigir a rejeição do substitutivo do PNE, de autoria do senador Vital do Rêgo, e a rejeição da inclusão da igualdade de gênero como diretriz do plano nacional de educação. A imensa maioria dos brasileiros é contra as práticas de sexualização precoce que serão oficializadas em nosso sistema educacional, caso esse substitutivo seja aprovado tal como está. Além disso, a introdução da ideologia de gênero em nossa legislação oficializará a completa subversão da estrutura familiar natural. Por isso insisto no pedido de rejeição ao substitutivo do PNE, bem como na retirada de toda e qualquer noção relativa à igualdade gênero.

Atenciosamente,

[Seu nome] (CITIZENGO, 2013).

Essa petição teve a adesão de 11.912 pessoas, participação abaixo da meta que era de 20 mil assinaturas. Entretanto, no sítio a petição é apresentada como vitoriosa, afinal os termos foram retirados do documento. Além dessa petição, encontramos mais duas propostas com os mesmos objetivos.

Em 2013, foi criada no sítio de “Petição Pública” a proposição “Contra a inclusão da “Ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação” que teve menor adesão, pois contou com apenas 981 assinaturas. Essas duas petições demarcam um posicionamento de mobilização para retirar da discussão do PNE toda e qualquer questão sobre gênero.

Uma ameaça gravíssima paira sobre a nação. A ideologia de gênero que está para ser sacralizada no Plano Nacional de Educação, cuja votação está marcada para o próximo dia 11, atingirá o que temos de mais precioso: as crianças. Os nossos filhos!

Esta petição se dirige a todos os brasileiros que não concordam com a implantação dessa nefasta ideologia em nosso país. convoca todos a manifestarem aos Senadores - representantes do povo - o desejo de que seja rejeitado o substitutivo do Senador Vital do Rêgo e rejeitada também a inclusão da igualdade de gênero como diretriz do Plano Nacional de Educação.

Compartilhe a informação com os amigos e parentes. Agora é a hora de agir em defesa da família, em defesa das crianças e dos jovens desse país, em defesa do futuro Brasil! (PETIÇÃO PÚBLICA, 2013).

As petições têm o mesmo objetivo: pressionavam o Senado a mudar o texto do PNE com a supressão dos termos “gênero” e “orientação sexual”. O seu texto remetia ao substitutivo do Senador Vital do Rego, que alterou a redação encaminhada da Câmara dos deputados ao Senado e que havia sido acolhida pelos contrários às discussões de gênero.

Os textos das petições apresentam gênero como uma suposta ameaça, associando-o à sexualização precoce, ameaça à família, subversão da estrutura da família natural (homossexualidade), etc. Ressalta-se que o sítio “Petição Pública” tem um caráter mais abrangente, sem vinculação com nenhum seguimento religioso, conforme descrição do sítio:

Petição Pública Brasil - Serviço público gratuito de abaixo-assinados. Se você pensa em exercer pressão em organismos, organizações ou empresas, sensibilizar políticos, organizar um protesto ou boicote, criar uma onda de indignação, alterar ou criar leis, você está no local certo. As petições e abaixo-assinados online mobilizam a população sobre temas relevantes e são muitas vezes destacados nos principais meios de comunicação e grupos de mídia (PETIÇÃO PÚBLICA, 2013).

Já, o Citizengo tem um viés cristão, estando mais próxima da realidade na qual se discutia a “Ideologia de gênero”. Em sua descrição na página esta ligação é ressaltada.

Citizengo é uma Fundação espanhola [...] Partindo de uma visão cristã do ser humano e da ordem social, nós queremos oferecer a todos os cidadãos uma ferramenta de participação e aprimoramento de nossa sociedade (CITIZENGO, 2017).

Esse mesmo sítio foi o proponente da terceira petição, “Ideologia de Gênero na educação? Não! Obrigado!”, proposta no ano de 2014 que se encontrava em aberto, até a data de realização dessa pesquisa. O fato de ela estar aberta possibilita que as pessoas continuem assinando. Foram contabilizadas mais de 52mil assinaturas, sendo que a adesão foi maior do que em relação à primeira, quintuplicando as assinaturas mostrando com isso que o discurso da “Ideologia de gênero” ficou mais conhecido e ganhou mais adeptos.

O sítio Citizengo desta vez manifestou-se no momento decisivo da votação, a petição foi proposta em 10 de março de 2014, momento esse em que o plano estava sendo encaminhado para sua aprovação final na comissão especial. O texto é destinado aos deputados.

Prezado (a) deputado (a),
Peço que vote contra a inserção da Ideologia de Gênero no Plano Nacional de educação. Trata-se de uma ideologia idealizada por

fundações internacionais e pelos partidos de esquerda e que tem como objetivo final a abolição da família.

É apresentada sob a maquiagem da luta contra o preconceito, mas na verdade o seu objetivo é subverter completamente a sexualidade humana para que também a família possa ser destruída. Como se trata de uma ideologia controversa e sem nenhum fundamento científico, só resta aos seus defensores apresentá-la sob a bandeira da luta contra o preconceito. Se essa ideologia for introduzida em nosso sistema educacional, estará comprometido todo o edifício social e legal que tinha seu sustento sobre a instituição da família. Os princípios legais para a construção de uma nova sociedade, baseada na total permissividade sexual, terão sido lançados. A instituição familiar passará a ser vista como uma categoria “opressora” diante dos gêneros novos e inventados, como a homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e outros. Para que estes novos gêneros sejam protegidos contra a discriminação da instituição familiar, kits gays, bissexuais, transexuais e outros poderão tornar-se obrigatórios nas escolas. Já existe inclusive um projeto de lei que pretende inserir nas metas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional a expressão “igualdade de gênero”. Diante do exposto pelo que vote contra a inclusão da Ideologia de Gênero no PNE. Não custa lembrar que estamos em ano eleitoral e que os responsáveis pela inclusão dessa ideologia em nosso sistema educacional serão lembrados nas urnas.

Atenciosamente, [Seu nome] (CITIZENGO, 2014, *on-line*).

O texto não apresenta nenhuma novidade em relação aos anteriores quanto à forma com que aborda o discurso da “Ideologia de gênero”, apenas no que diz respeito ao direcionamento proposto para os/as deputados/as. Cabe salientar que as petições foram criadas em momentos decisivos, e direcionadas por esse grupo que é cristão a pressionar a não presença de gênero do PNE (2014-2024). A primeira conquistou significativa vitória com sua pressão junto ao Senado. Para a segunda, restava uma pressão maior para consolidar a supressão dos termos.

Perante o PNE (2014-2024), o discurso em torno da “Ideologia de gênero” propiciou a retirada dos termos no documento final. Além disso, esse movimento conseguiu fazer com que o discurso relacionado ao termo “Ideologia de gênero”, defendido há algum tempo por certos setores, encontrasse condições favoráveis para seu enraizamento.

Nesse embate, é necessário salientar que a defesa da família patriarcal foi o argumento preponderante dos contrários ao gênero no PNE. Vale ressaltar que a educação escolar sempre esteve atravessada pelo olhar regulador da família que de certa forma limita e interfere nas ações educacionais no que se refere a questões morais e/ou religiosas, fato que também se repetiu na tramitação do PNE (2014-2024).

3.5 GÊNERO E IDEOLOGIA DE GÊNERO: os sujeitos de fala

No debate sobre “Ideologia de gênero” há marcadamente posições de sujeitos distintos que pronunciam tanto “gênero” como “Ideologia de gênero”. O primeiro é marcado por um espaço de luta e contestação de um sistema de privilégio que é generificado. Dessa forma seus pronunciadores são os próprios sujeitos que vivenciam o processo excludente, homens, mulheres, LGBTs; o segundo marca uma posição contrária ao primeiro, seus enunciadores têm um lugar protegido pelo dogma religioso e de resistência aos direitos dos/as sujeitos excluídos.

No discurso da “Ideologia de gênero”, há uma nítida associação ao feminismo, ou seja, o fato de as mulheres reivindicarem direitos iguais aos homens é atribuído sempre em relação a uma postura radical de feminismo, exemplificado no material empírico a seguir:

O Vaticano condena o feminismo radical e a chamada "ideologia de gênero", por considerar que a diferença entre os sexos vem sendo minimizada e o indivíduo tem se achado no direito de escolher seu gênero sem levar em conta seu próprio sexo (UOL, 2004).

A ideologia de gênero é o passo mais radical do feminismo radical, pois pretende eliminar as diferenças naturais e interpretar com base na cultura, não na biologia, a condição sexuada do homem e da mulher. Cada qual pode fazer do seu corpo o que quiser já que *o corpo é meu*, ou – dito com um toque de elegância – *mybodyismyart* (PORTAL DA FAMÍLIA, 2010).

Identificar o ser mulher com a maternidade é algo execrado pelas feministas de gênero (PRÓ-VIDA ANAPOLIS, 2011).

A ideologia de gênero é uma ideologia feminista. Uma ideologia radical que se fosse imposta destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e simultaneamente acabaria com a sociedade. Sua pretensão é a de abarcar todos os aspectos da vida pessoal e social (APOCALIPSE TOTAL, 2012).

Na gênese da ideologia de gênero, está o movimento feminista radical dos anos 60 e 70, que, apoiado na filosofia marxista citada acima e nas ideias da filósofa francesa Simone de Beauvoir – a qual disse: “ninguém nasce mulher, mas sim torna-se mulher” –, chegou até as conferências da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre a mulher no Cairo (1994) e em Pequim (1995) (DESTRAVE CANCÃO NOVA, 2012).

Desta associação da “Ideologia de gênero” como um discurso negativo em relação aos estudos de gênero, há também uma ideia ligada ao feminismo que se faz de forma a evidenciar certa discrepância em suas lutas e causas em relação à sociedade. O discurso de gênero passa a ser legítimo perante a sociedade após

anos de reivindicações por parte de movimentos sociais possibilitando sua entrada no âmbito acadêmico, visibilizando as situações díspares entre os sexos, gêneros e sexualidades.

Os sujeitos de fala do feminismo são as mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, entre outros, que estão marcados em um processo de exclusão. Ou seja, esse sistema de exclusão marca qual discurso pode ou não circular. Atribuir termos como: “feministas radicais”, “execrado pelas feministas”, “vaticano condena o feminismo”, é colocar esses sujeitos em um campo de interdição, no qual a atribuição desses termos os deixa na proposição de contestação da legitimidade de sua fala. Ou seja, existe a oposição entre um discurso verdadeiro e outro falso.

Assim, segundo essa concepção falsa [...](AQUINO, 2012).

Esta nova perspectiva de gênero constitui um gravíssimo erro (LIVIERES, 2012).

Salta aos olhos a profunda falsidade desta teoria e da revolução antropológica que lhe está subjacente (BENTO IV, 2012).

O discurso ligado ao feminismo é anunciado como sendo algo de fantasioso colocando à prova a credibilidade dos estudos de gênero. Ou seja, os estudos de gênero são referenciados no campo da interdição, lançados como proposição de falsidade e remetendo ao discurso que não pode circular. Falar de gênero passou a ser algo problematizado com pouca valoração e significando “Ideologia de gênero”.

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou de que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam o discurso (FOUCAULT, 1988, p. 33-34).

Nessa perspectiva, há uma mudança de foco: gênero passa a ser “Ideologia de gênero”. Os textos se colocam contrários aos estudos ligados ao feminismo e de certa forma aos movimentos LGBT, pois o que é dito por esses sujeitos, feminismo e LGBT, é o discurso que não pode circular, mas circula. Sendo assim é necessário fazer com que tais discursos sejam silenciados. Ou seja, podemos falar da igualdade, desde que esse discurso seja pronunciado por sujeitos generificados que se limitem a certas estruturas da sociedade.

3.6 PORQUE “GÊNERO” INCOMODA TANTO?

Os movimentos sociais ligados ao feminismo já denunciavam a ausência de igualdade de direitos entre homens e mulheres há muito tempo. Céli Regina Jardim Pinto (2003) argumenta que desde os primórdios da revolução francesa, no Século XVIII, as mulheres já estavam de forma organizada para lutarem por seu direito à cidadania (entenda-se cidadania direitos iguais aos dos homens). Essa luta somava-se com o reconhecimento de uma existência legal fora da casa, não só no papel triunfante de esposas e mães. Entre o final do século XIX e início do XX, o movimento sufragista espalhou-se pela Europa e Estados Unidos e foi reconhecido como o primeiro ato do feminismo organizado no mundo (feminismo de “primeira onda”).

No Brasil, a luta das mulheres pela conquista de seus direitos seguiu passos semelhantes a exemplo das feministas europeias e norte americanas. O sufrágio foi um movimento de bastante peso, sendo que a primeira fase visava os direitos políticos tanto ao voto como o de poder se eleger. Berta Lutz foi uma das mulheres que exerceu inegável liderança na década de 1920. Entretanto diversas e distintas manifestações e até atuações independentes de mulheres – vozes solitárias – desde o final do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, marcaram um início de movimento associado à personalidade (PINTO, 2003).

Na década de 1960, os movimentos reivindicatórios começaram a questionar valores da sociedade industrial e desacreditavam o estado de bem-estar social. Os movimentos sociais enfatizavam a denúncia de situação de opressão, sendo que vários movimentos específicos ganhavam força – mulheres, gays e lésbicas, negros, índios, ecológicos, entre outros. “No entanto, as mulheres logo perceberiam que essa participação em “pé de igualdade” com os homens não tinha correspondência na representação política” (SARTORI, 2006, p.28).

A invisibilidade das mulheres começou a ser percebida e questionada, pois mesmo inseridas dentro dos movimentos sociais, raramente eram chamadas a assumirem posições de destaque como lideranças políticas. Elas não eram convidadas a falar em público, cabendo-lhes a realização de tarefas consideradas menos nobres, tais como secretaria, fazer faixas e panfletar (SARTORI, 2006, p.28).

Guacira Lopes Louro (1997) indica que foi no deslocamento da denominada “segunda onda” – final da década de 1960 – que o feminismo se voltou para as construções propriamente teóricas, além das preocupações sociais e políticas.

Estudiosas e militantes partiram para um embate teórico em decorrência de um conceito de gênero.

Gênero que tem sua origem no termo que se origina do inglês, *gender*, e foi utilizado inicialmente pela classe médica estadunidense na década de 1950. Robert Stoller, psicanalista, passou a usar o termo, *gender*, para falar de identidades que não se enquadrariam no postulado sexo, tais quais, pessoas que nasceram com dois sexos, transexuais, travestis e pessoas que tinham desejos pelo mesmo sexo (ZIRBEL, 2007).

Robert Stoller apresentou o termo “identidade de gênero” ao Congresso internacional de Psicanálise, em Estocolmo em 1963. O conceito de identidade de gênero foi proposto por ele para diferenciar a: biologia ligada ao sexo, hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia; e a cultura ligada à psicologia e à sociologia. Desta forma considerava que no centro do debate estava a cultura atuando sobre a biologia, “o produto do trabalho da cultura sobre a biologia era o centro, a pessoa produzida pelo gênero – um homem ou uma mulher” (HARAWAY, 2004, p.216).

O primeiro estudo em que se associa “gênero” a “mulher” é datado do ano de 1975, o ensaio de Gayle Rubin, escrito quando ela era uma estudante de pósgraduação na Universidade de Michigan, *The traffic in women: notes on the political economy of sex* [Tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo]. O texto de Gayle Rubin (1975) propôs um sistema sexo/gênero descrito como: “um conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual essas necessidades sexuais são transformadas e satisfeitas” (RUBIN, 1993, p.2).

Ao propor o sistema sexo/gênero, Rubin (1993) tenta demonstrar que divisões naturalizadas baseadas na divisão entre os sexos, masculino e feminino, são produtos da ação humana. Ao resultado dessa produção ela chama “gênero”, ou seja, as atividades humanas desenvolvidas por homens e mulheres exclusivamente são resultados de separações sociais que não devem ser vistas como naturais. “No nível mais geral, a organização social do sexo repousa sobre o gênero, a heterossexualidade obrigatória e a coerção da sexualidade feminina. Gênero é uma divisão dos sexos socialmente impostas. É um produto das relações sociais de sexualidade” (RUBIN, 1993, p. 11).

No entanto, mesmo sendo essa a primeira associação relativa a gênero como condição da mulher, Haraway (2004) observa que “os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que ‘não se nasce

mulher' e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito-em-processo" (HARAWAY, 2004, p.211).

Miriam Grossi (2004) salienta que foi a partir da publicação do livro *O Segundo Sexo*, em 1949, obra da filósofa Simone de Beauvoir, que a temática mulher passou a ter um caráter político de crítica em relação à dominação masculina tanto no nível material quanto simbólico.

Beauvoir (1949) apresenta uma posição acadêmica que evidencia as desigualdades geradas na relação entre homens e mulheres na ocupação de espaços diferenciados (público predominante para homens; privado para mulheres), e nas teorias relacionadas às capacidades intelectuais e físicas. Nela, a autora contrapõe-se às teorias universalistas e naturalistas que estavam em voga no contexto da década de 1940, enfatizando que a sociedade constrói categorias, portanto, ser homem ou mulher não corresponde a comportamentos inatos, mas, sim, são construídos socialmente tendo por base a dominação de um sexo pelo outro.

Grossi (2004) enfatiza que os estudos feministas, iniciados de alguma forma por esta obra, se desenvolveram com grande vigor nos países do primeiro mundo após as revoltas de maio de 1968¹⁹, momento no qual a "questão da mulher" toma um lugar importante no bojo de diferentes disciplinas.

A partir da década de 1980 esses estudos ganham maior amplitude, nesse período eles adentram no Brasil, repercutindo principalmente dentro do cenário universitário. Ao final da década, como aponta ZIRBEL (2007), começou a serem publicados os primeiros textos sobre gênero, incluindo uma dissertação de mestrado²¹.

Para Ana Alice Alcântara Costa e Cecilia Maria Bacellar Sardenberg (2002), o deslocamento de ênfase nas reflexões dos estudos sobre mulher/mulheres para a problemática das relações de gênero configura-se como uma das mais significativas mudanças verificadas em relação a essa área. De acordo com autoras este avanço teórico tem permitido a abertura de novos espaços discursivos, de novas fronteiras para reflexão e análise e, acima de tudo, um repensar da "mulher" a partir de novas

¹⁹ Maio de 1968 é considerado um momento marcante em termo de revolução social, pois foi um período em que se estabeleceu na França uma grande greve geral. Local propício para propagação de ideias libertárias. ²¹ Maiores informações podem ser consultadas em: ZIRBEL, Ilze, Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, março de 2007.

bases. A perspectiva de gênero possibilitou a construção de uma epistemologia crítica feminista que, tanto fundamenta as bases de um saber feminista, como abre espaço para questionamentos e reavaliações até mesmo dos próprios fundamentos do saber.

Margareth Rago (1998) relata que em 1990, ao participar de um encontro feminista em Nova York, os *gender studies*, as discussões já estavam avançadas em relação aos estudos de gênero “e a controvérsia em torno da “história das mulheres”, ou do “estudo das relações de gênero”, parecia superada em favor do último” (RAGO, 1998, p.90).

O texto de Joan Scott publicado originalmente em 1986 *Gender: a Useful Category of Historical Analysis* na *American Historical Review*, foi propulsor dos trabalhos referentes a gênero no Brasil. O destaque que o texto de Scott ganha nos anos 1980 e a autoridade científica imputada nela enquanto pesquisadora é evidenciada por Rago (1998) como uma leitura obrigatória, pois se tratava de uma autora com carreira consolidada e respeitada no meio acadêmico que era masculino (RAGO, 1998, p.90). Scott (1995) reconhece que a adoção de gênero surge como estratégia perante uma sociedade em que os estudos sobre as mulheres eram vistos com pouco destaque e muito preconceito.

Scott (1995) argumenta que em algum momento o termo “gênero” foi utilizado em substitutivo a “mulheres”. O “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que poderia ser chamado de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980 (SCOTT, 1995, p. 75).

Para Costa (1998), assumir “gênero” em detrimento de “mulher” daria mais credibilidade às pesquisadoras, as quais, então, sairiam definitivamente do gueto dos estudos da mulher. Para a autora, gênero nesse momento se constituía ao menos na academia como uma neutralidade esperada da ciência “Dessa forma, podia-se estudar a opressão da mulher e as relações desiguais de poder entre mulheres e homens sem necessariamente assumir um projeto político feminista. Não havia no terreno supostamente neutro do gênero a necessidade de ‘politizar a teoria e teorizar a política’” (COSTA, 1998, p.131).

Scott (1995) salienta que na visão das pesquisadoras o termo “gênero” era proposto na defesa de que a pesquisa sobre mulheres serviria para transformar os paradigmas das disciplinas, incluindo novos temas, mas traria também uma

reavaliação das premissas e critérios científicos. Entremeio a esse contexto, o termo “gênero” ganha destaque, não tardando a difusão do gênero em suas várias faces.

Para Scott (1995), “gênero” emerge em um momento de mudança de paradigmas na ciência em que há um deslocamento do que se compreende como científico polarizado por ideais que corroboram ou refutam a premissa da humanidade – homem –racional, “senhor do próprio destino”.

No espaço aberto por esse debate, do lado da crítica da ciência desenvolvida pelas ciências humanas e da crítica do empiricismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, as feministas não só começaram a encontrar uma via teórica própria, como elas também encontraram aliados cientistas e políticos. É nesse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria de análise (SCOTT, 1995, p. 85).

Para Scott (1995), gênero como uma categoria de análise está ligado às relações sociais que são estabelecidas entre homens e mulheres, em que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, ou seja, o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, sendo ele criado nesse e por esse mundo que é masculino. “Gênero” é designado para perceber as relações sociais entre os sexos, rejeitando explicações biológicas para a subordinação feminina. Desta forma, “gênero” é uma categoria socialmente imposta sobre corpos sexuais, sendo ele uma forma de indicar construções sociais. Isto posto, interrogar os paradigmas científicos, na desconstrução de certas verdades, estaria no bojo dos desafios das feministas.

A perspectiva protagonizada por Scott (1995) tem como o ponto de partida o sistema social em que os interlocutores estão situados, ou seja, esse método tende a verificar na prática como as relações de gênero são influenciadas pelo poder, práticas sexuais e as relações de trabalho. Leva em consideração os usos sociais de gênero, a linguagem e o momento histórico, o que nos permite entender as representações distintas de gênero em sociedades diversas, bem como a pluralidade entre masculino e feminino, evidenciadas as diferenças ou minando-as no binário homem e mulher (COSTA, 1994).

Esses estudos alavancaram discussões que consideram que as relações de poder estão imbricadas na constituição social de gênero, permeados por identidades distintas imbricadas por classe, raça e gênero, organização social de poder, adentrando no terreno da subjetividade e da linguagem ou das práticas discursivas (COSTA, 1994).

Louro (2013) aponta que os sujeitos são forjados em diferentes instituições e por práticas sociais distintas que, são sim, constituídas pelos gêneros.

[...] Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” – produzem ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim também das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 2013, p.29).

Desta forma, trabalhar na perspectiva de gênero significa trabalhar com a desconstrução. A desconstrução em termos sugere que historicize as polaridades e as hierarquias nela implícitas, ou seja, a oposição é construída e não inerente e fixa. Na formulação de Scott (1995) há a proposta de desconstruirmos a visão dicotômica que coloca o masculino e feminino como opostos. Nessa lógica binária entre os gêneros existe uma lógica invariável de dominação versus submissão, o que necessariamente deveria ser implodido, segundo a autora.

A perspectiva adotada consiste em perceber os gêneros não mais como categorias dicotômicas, mas interligadas, em que o masculino e feminino só podem ser entendidos um em relação ao outro. Desta forma ressalta nessa discussão que a diferença entre homens e mulheres não seriam vistas como papéis sociais que impõem regras e comportamentos arbitrários que definem os comportamentos esperados para cada gênero. As desigualdades seriam entendidas em face de rede de relações de poder complexas, estabelecidas mediante as instituições, discursos, códigos, práticas e símbolos, o que perpetuam hierarquias de gênero (LOURO, 2014).

Nesse sentido, os estudos de “gênero” vieram se somar às conquistas e lutas feministas e apresentar uma nova forma de olhar para as estruturas de poder cristalizadas, reivindicando espaços cada vez maiores para os diferentes sujeitos, e não apenas para o sujeito hegemônico masculino.

4 EDUCAÇÃO SEXUAL

4.1 EDUCAÇÃO SEXUAL: o termo em debate

Na história da Educação Sexual houve debates que dificultaram que a educação abrangesse a sexualidade, uma vez que o uso do termo Educação Sexual passou diversas vezes por momentos de transição, em que se interpelou sobre o seu uso.

Discutir a implicação teórica para o uso do termo no momento de “Ideologia de gênero”, mais uma vez faz-se necessário, pois ambos estão imersos em posturas políticas de significação. Embora a Educação Sexual pareça menos conflituosa que o termo “Ideologia de gênero” em contra posição a “gênero”, ambas possuem discursos para legitimar suas ações.

Werebe (1977) no livro *A Educação Sexual na escola* apresenta uma preocupação inicial no sentido de esclarecer aos/as leitores/as uma polêmica que envolve a adoção dos termos “informação sexual” e “Educação Sexual”. Para além de um jogo de palavras, os termos incutem finalidades distintas e têm impactos diferenciados no âmbito escolar.

Para a autora, não deveria existir uma dissociação entre os dois termos, uma vez que ambos estão inter-relacionados, e a separação desses visa limitar as ações que seriam atribuídas a cada uma. “Pretendem eles, efetivamente, que só a Educação Sexual pode provocar opções existenciais – filosóficas e éticas – e que a informação sexual é neutra e não implica nenhuma opção” (WEREBE, 1977, p.0910).

A distinção dessas duas ações estaria na atribuição de responsabilidade entre instituições sociais distintas, escola (responsável pela informação) e família (responsável pela educação).

Em âmbito de esclarecimento, a informação sexual realizada pela escola deveria estar pautada pela neutralidade, deveria estar ligada à instrução e ao ensino, em alguns casos se limitando à comunicação de informações biológicas.

Educação sexual tomada em um sentido amplo, compreende todas as ações, directas ou indirectas, deliberadas ou não, conscientes ou não, exercidas sobre um indivíduo (ao longo de seus desenvolvimentos), que lhe permite situar-se em relação à sexualidade em geral e à sua vida sexual em particular.

Educação sexual, num sentido mais restrito, distingue-se da primeira, pelo seu caráter de intervenção deliberada e sistemática, com intenções que podem ser mais ou menos explicitadas.

A expressão informação sexual é correntemente utilizada para designar a comunicação de conhecimentos sobre a sexualidade. As opiniões divergem quanto ao facto de se poder ou não denominar informação sexual conhecimentos que se limitam aos aspectos biológicos (anatômicos e fisiológicos) da sexualidade (WEREBE, 1977, p.11).

Barroso e Bruschini (1982) também chamam a atenção para o uso dos dois termos, “educação sexual e/ou informação sexual”, alicerçadas nas mesmas bases teóricas de Werebe (1977) de que informação e Educação Sexual são indissociáveis. Para elas, adotar um ou outro conceito demarca certa postura ideológica, “enquanto para uns a Educação Sexual deveria limitar à transmissão de informações biológicas, para outros seu objetivo deveria ser bem mais amplo, no objetivo de atingir o indivíduo ao nível do psicológico e do emocional” (BARROSO; BRUSCHINI, 1982, p.14).

As autoras propõem olhar para a Educação Sexual sob o prisma de qual função seria dada em termos de sistema social, uma vez que ela pode ser usada com propósitos específicos, como já serviu a interesses em momentos históricos específicos, sendo adotada ou refutada para: controle de natalidade, abortos clandestinos, nascimento de filhos ilegítimos, controle de doenças venéreas, repressão da sexualidade não ligada à moral e (união legitimada com o casamento) à reprodução, informações sobre o perigo da masturbação. “Seja como for, o alcance da educação e da informação sexuais é limitado pelas imposições sócio culturais que actuam sobre a escola e sobre o indivíduo” (WEREBE, 1977, p.16).

No final dos anos 1990, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), evidenciou-se um novo debate em torno do termo. Figueró (2010) analisa que o termo foi colocado no documento sem o esclarecimento da adoção do termo, sendo que para a autora eles partem do princípio que o termo já está definido no campo teórico da Educação Sexual, o que não procede.

Entretanto, como o termo “orientação sexual” estava em um documento oficial, tornou-se institucionalizada pelos PCNs em 1997. A utilização do termo “orientação sexual” passou a ser observado com utilização constante para referir-se ao trabalho na escola sobre a discussão da sexualidade. Nesse momento há um novo debate sobre quais desses termos seriam mais adequados, ampliando o leque de discussão que não estava apenas entre dois termos, mas agora envolvia novas conjecturas: Educação Sexual, educação para sexualidade, educação em sexualidade, educação afetivo sexual, educação e sexualidade.

Furlani (2009) salienta que pode parecer uma simples questão de nomenclatura, todavia existem diferenças na contextualização etimológica dos termos. A autora reconhece que houve uma rápida difusão do termo orientação sexual entre educadores /as e instituições públicas (escolas, mídia televisiva, jornais, e revistas, secretarias municipais e estaduais de saúde e educação), favorecidos por dois aspectos principais:

- a) o desgaste pedagógico do termo Educação Sexual, por ela ter demonstrado em sua presença na escola um caráter biológico predominantemente médico, higienista e moralista. A Educação Sexual passou a ser o centro de controle da sexualidade. A mudança de nome surge como meio para a prática educativa em sexualidade, trazendo um caráter mais cultural;
- b) a força política do Grupo de Trabalho e Pesquisa Em Orientação Sexual (GTPOS) que constrói uma caminhada desde o ano de 1986 a partir do estado de São Paulo e consolidou o termo “orientação sexual” em âmbito pedagógico e institucional, quando membros dos grupos participaram diretamente da elaboração dos PCNs.

Em termos de conceito, para o GTPOS a orientação sexual seria o processo sistemático de intervenção na área da sexualidade realizada principalmente na escola, enquanto a Educação Sexual refere-se a todo o processo informal pelo qual aprende-se sobre a sexualidade ao longo da vida, influenciado pela família, da religião, comunidade, livros e mídia.

Xavier Filha (2009) aponta a definição de “orientação sexual” destinada à escola, e a “Educação Sexual” destinada à família, como uma estratégia que foi impressa aos PCNs e defendida pelo GTPOS para demarcar a função da escola sem isentar a família da tarefa que lhe compete. “Também revela uma preocupação premente em não interferir na Educação Sexual da família; por isso, cunha um termo que poderia fortalecer a ideia de **informação/orientação e não formação/educação**” (XAVIER FILHA, 2009, p.22, grifos meus).

Destaca-se a semelhança em relação às discussões tanto do final da década de 1970 e início de 1980 como na recente incitada a partir de 1997. A Educação Sexual mantém um sentido amplo para o termo, enquanto o termo informação e orientação querem denotar a sistematização do conteúdo escolar.

Xavier Filha (2009) adverte para a legitimidade de conceitos empregados em detrimento de outros, em uma relação de poder-saber, em que um conceito passa a

ser visto como correto prevalecendo sobre os demais, nesse caso o desgaste atribuído à Educação Sexual por sua prática biologicista.

Contudo o termo orientação sexual já era utilizado para referir-se à sexualidade das pessoas designando o desejo e a identidade sexual: heterossexual, homossexual ou bissexual. Trazendo outro debate sobre as confusões que o termo poderia causar tanto em relação à formação docente como a comunicação em relação à teoria e de conceitos entre os países, que comumente se utilizam do termo “Educação Sexual”.

Xavier Filha (2009) Alerta para as disputas de poder que envolvem o termo, em um jogo em que pretende ter a verdade sobre a educação da sexualidade, sendo a linguagem e o discurso que constroem sentidos culturais. A autora argumenta que a adoção de outros conceitos diferentes de Educação Sexual, não representam avanços, no sentido de que se pautam em normas e condutas orientadas por valores morais, no objetivo de controlar sujeitos e demarcar uma perspectiva normatizadora.

Estas questões levam a pensar que adjetivos, conjunções, artigos (e demais ‘penduricalhos’) que ligam os termos ‘educação e sexualidade’ só fazem recrudescer, em alguns casos, a polêmica sobre discursos, moralistas e normalizadores na educação de crianças e adolescentes, dessexualizando o sexo e as práticas sexuais (XAVIER FILHA, 2009, p.31).

A autora reconhece que o termo Educação Sexual tem concepções abrangentes que envolvem vivências distintas da sexualidade não restrita a normas, entretanto argumento que para ela, o termo “educação para a sexualidade” seria mais promissor, pois visa refletir e desconstruir discursos considerados como únicas possibilidades.

Figueiró (2010) analisou, entre outras coisas, em sua pesquisa de estado da arte sobre a produção acadêmico-científica brasileira sobre educação sexual, qual terminologia vem sendo priorizada nas publicações. Seus resultados apontam que o termo “Educação Sexual” foi utilizado em 50% dos artigos, livros, dissertações e teses. Muitas vezes usam como sinônimo “educação sexual” e “orientação sexual” em 40% dos livros, 27% em artigos em teses e dissertações 50%. O uso exclusivo de “orientação sexual” foi pouco encontrado pela autora nessas publicações.

Figueró (2010) aponta que o termo mais utilizado de acordo com sua pesquisa é “Educação Sexual”. Em sua análise, ela verificou até a atualidade uma sobreposição de sinônimos para o termo, o que para a autora demonstra que está longe da padronização da terminologia.

A partir desse debate, reconhece-se que na atualidade não há uma forma única de falar de Educação Sexual. A polissemia que envolve o termo não se pauta, apenas, em como chamar, mas ao contrário, no que isso representa para a abordagem da educação tendo em foco a sexualidade.

Os agravantes históricos para que ela serviu denota o posicionamento político em relação à abordagem do tema. Optou-se nessa pesquisa em utilizar o termo Educação Sexual. Todavia, na atualidade há coexistência de outros termos, o que indica que existe um movimento que pensa a relação da sexualidade na educação com olhos e vieses distintos, embora ambos tenham legitimidade quanto às suas proposições. Há uma dispersão do termo Educação Sexual para uma gama de outros: Sexualidade e educação, educação para a sexualidade, educação afetivo sexual, educação em sexualidade, mas que só demonstra a pluralidade de informações e posicionamentos que a atualidade nos apresenta. Os estudos não focalizam uma abordagem simplesmente, mas imprimem um olhar amplo em que se considera o jogo de poder embutido em cada nova proposição.

Manteve-se ao longo desse trabalho o termo Educação Sexual, por considerá-lo em seu histórico de resistência, reconhecendo as ressignificações e adoções políticas que envolvem sua abordagem em períodos históricos distintos. Na continuidade veremos a história da Educação Sexual para compreender melhor o que diz esse termo.

4.2 EDUCAÇÃO SEXUAL: um caminho

Para enveredar-me pelos sinuosos caminhos da Educação Sexual, faz-se necessário delimitar que nosso fio condutor é o percurso traçado para uma história da Educação Sexual intencional e sistemática, que em um primeiro momento parece fazer parte de história recente, mas está presente perante as formas de organização da sociedade há muito tempo, entretanto por organizações sociais distintas. Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2004, p.16-24) apresenta alguns marcos para Educação Sexual²⁰ brasileira, traçando fases para a visualização da mesma, enquanto preocupação, dividindo em seis momentos.

²⁰ É importante salientar que para o autor a educação sexual difere-se da orientação sexual: a primeira diz respeito aos processos culturais contínuos, educação dada continuamente e indiscriminadamente pela família, na escola, no bairro, com amigos, pela televisão, jornais e revistas. Sendo determinada pelos padrões de cada época. Já a segunda refere-se a uma intervenção sistematizada e institucionalizada.

1) Primeiro exemplo de Educação Sexual descrita pelo autor é no tempo da colônia, em que regras distintas de comportamento entre homens e mulheres eram comuns. O autor considera esse o primeiro momento de Educação Sexual no Brasil: sexo pluriétnico libidinoso para o homem; submissão e repressão do comportamento sexual da mulher; e normas, regras e condenações por parte da igreja, marcaram esse período. Esse modelo perdurou sem muitas mudanças durante o século XVII e XVIII.

2) Segundo momento, é marcado pelo controle da sexualidade e das práticas sexuais licenciosas sob a normatização da moral médica. No século XIX, o discurso médico substituiu o discurso religioso, e o que era repreendido por ser pecado assume o discurso do risco de se contrair doenças orgânicas ou mentais. “No século XIX, é a medicina que interage com o estado: a primeira está interessada em propagar seus ideais higiênicos, o segundo necessita de um aliado que dê sustentação às mudanças políticas e sociais em um país recém liberto”. Os médicos preocupavam-se com a criança, com a educação escolar e com a orientação familiar. Além da mudança de direcionamento na Educação Sexual, há também a documentação em teses, livros e manuais que relatavam a ação médica.

3) O terceiro momento da Educação Sexual é descrito como sendo o surgimento da sexologia como campo oficial do saber médico, datada das primeiras décadas do século XX, sobretudo entre os anos de 1920/40, e com uma grande produção sobre educação e orientação sexual. “A veiculação da importância e necessidade da Educação Sexual através de livros publicados por médicos, professores e sacerdotes, cientificamente fundamentados, que visavam orientar a prática sexual dos indivíduos”.

4) O quarto momento da Educação Sexual aconteceu nos anos 1960 com os programas de orientação sexual na escola, que contavam com a participação de professores e profissionais treinados. “Temos então, nos anos sessenta, o quarto momento de Educação Sexual no Brasil: a implantação de programas de orientação em várias escolas, sendo o período bastante favorável a esta ação educacional”.

5) O quinto momento é datado de 1980 a 2000: “quando órgãos públicos- no caso secretarias de educação da esfera municipal e estadual – assumem projetos de orientação sexual nas escolas”, momento que temos a aprovação da LDB e a elaboração dos PCN, em que a Educação Sexual tem reconhecimento oficial.

6) O autor considera ainda, que existe um sexto momento da Educação Sexual no Brasil, que se dá a partir da nova LDB e a oficialização da sexualidade no currículo escolar “que parece prometer um tratamento responsável e crítico preocupado com a dignidade da pessoa humana”.

Os primeiros e segundos momentos da Educação Sexual descritos por Ribeiro (2004) correspondem a um período de Educação Sexual não sistemática, em que as práticas eram regidas segundo a moral, com influências da igreja que determinava como deveria ser o comportamento das mulheres (brancas) e dos homens em relação à sexualidade. No segundo momento já existe uma mudança de discurso, que passa assumir o discurso médico em detrimento do religioso, difundindo a ideia de risco ligado ao sexo. No entanto é só a partir do terceiro momento que a Educação Sexual passou a ser pleiteada como parte importante do processo para formar uma sociedade mais próxima da concepção higienista e eugênica, e a Educação Sexual é reivindicada para a escola. Os quarto, quinto e sexto momentos já mencionam programas, leis e diretrizes específicas para Educação Sexual.

A título de traçar um caminho percorrido pela Educação Sexual traremos os desencadeamentos históricos a partir da década de 1920, momento em que se tem registrado como reivindicação a Educação Sexual dentro das escolas. Os registros históricos relatam um período de intensa movimentação em torno da educação sexual, no intuito de educar todo o povo brasileiro sob a égide do higienismo.

Susan Besse (1999) apresenta elementos que correspondem a esse período em seu livro *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Esse livro é fruto de uma pesquisa que abrangeu de 1914 à 1940, época em que foi atribuída o início da era industrial moderna, em que as mudanças não pautaram-se apenas na indústria, mas expandiram-se para a vida cotidiana, hábitos e comportamentos sociais nos grandes centros urbanos. As mudanças influíram principalmente para as mulheres, pois essas ingressavam nas escolas e profissões antes apenas permitidas aos homens. A autora destaca o papel do movimento feminista que questionava o patriarcado, em prol da concessão de direitos políticos e sociais.

O livro de Besse (1999) é referenciado como uma das poucas fontes históricas sobre Educação Sexual nos anos iniciais do século XX. A autora aborda o tema da diferença na formação das meninas e meninos, bem como a ênfase nos trabalhos domésticos presente nas escolas específicas para as mulheres. Todavia,

dentro desse processo, havia renovadores que defendiam as capacidades intelectuais das mulheres iguais aos homens, com a ressalva de que a mulher não poderia perder sua essência feminina e seu “papel especial” desempenhado no lar.

A partir desse conjunto de ideias na década de 1910, a Educação Física começou a ser introduzida para as meninas por educadores e médicos, em que fora considerada de grande importância “dada as exigências físicas e morais da maternidade. Seus defensores louvavam a educação física feminina como a ‘pedra angular’ da ‘regeneração’ da raça brasileira (que os eugenistas temiam ser frágil e doentia)” (BESSE, 1999, p.138).

A Educação Física era enfatizada pelos benefícios morais que traria, tais como persistência, disciplina, autocontrole, coragem, ousadia, iniciativa, espírito de solidariedade, autoconfiança e capacidade de decisão. De acordo com Besse (1999), Fernando de Azevedo²¹ acreditava que a Educação Física poderia libertar as mulheres da tirania de modo e restaurar a pureza moral da juventude moderna, uma vez que defensores da Educação Física passaram a atribuir a ajuda de sublimação sexual a ela.

Desta forma, imprimiu-se uma ligação entre saúde física e mental à sexualidade das mulheres, em que os médicos e educadores passaram a defender a Educação Sexual. Francisco Vasconcellos em 1915 escreveu sobre a falta de informações repassadas às meninas sobre seu corpo, menstruação e o ato sexual, “ele chegava afirmar que a Educação Sexual não só reduziria em 50% o ‘exército’ de mulheres que sofriam neuroses como também reduziria o número de prostitutas em 60%” (BESSE, 1999, p.140).

Segundo Besse (1999) a adesão de médicos e educadores a Educação Sexual aumentou rapidamente no decorrer da década de 1920, e a Educação Sexual passa a ser reivindicada por movimentos inovadores da sociedade, tais como o médico higienista Renato Kehl, bem como, feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), liderados por Berta Lutz.

Diana Gonçalves Vidal (2003) relata que na década de 1920 a Educação Sexual escolar era de uma estratégia eugênica de aperfeiçoamento da raça. Em 1922 Fernando Azevedo ao responder inquérito promovido pelo instituto de Higiene, da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, sobre Educação Sexual, ressaltava sua importância como conteúdo escolar servido a “interesses morais e higiênicos”, bem como o “interesse da raça”. Vidal (2003, p.57) aponta que na

²¹ Importante reformador educacional brasileiro.

segunda Conferência Nacional de educação realizada em 1928 em Belo Horizonte, foram aprovadas algumas teses:

A educação sexual pode e deve ser ministrada no Brasil.(...) Ela compreenderá três fases – uma preliminar, que se destina a preparar a infância para a compreensão esclarecida dos destinos do sexo; outra que se propõe a ministrar aos educadores, nas próprias aulas de ciências naturais do curso secundário, o conhecimento das personalidades fundamentais; e uma última, que proporcionará ao adolescente, fora de qualquer curso coletivo e especialização complementar, que constitui a educação sexual propriamente dita” [BOLETIM, SEGUNDA,37 (265), nov. 1928 apud VIDAL, 2003].

Apesar das teses aprovadas, Vidal (2003) evidencia que a Educação Sexual não era consenso entre os/as professores/as, entretanto as discussões da conferência sinalizavam para o debate da Educação Sexual nas escolas brasileiras a partir dos anos finais da década de 1920. “alguns educadores, médicos e juristas defendiam a Educação Sexual apenas no lar, associada à educação moral, como tarefa dos pais. Outros acreditavam ser a escola uma das instâncias privilegiadas para a Educação Sexual das crianças” (VIDAL, 2003, p.58).

A década de 1930 é um período de efervescência da Educação Sexual em que as publicações sobre a temática multiplicaram-se e palestras e matérias de jornais foram abundantes. A proliferação da sífilis é apontada como um dos motivos para essa expansão, pois era “considerada uma ameaça, tanto para o operariado quanto aos setores médios da população. O médico Paula Câmara, em entrevista ao jornal Correio da Manhã, em 14 de abril, informava que a sífilis era quarta causa de invalidez dos operários no Rio de Janeiro” (VIDAL, 2008, p.25).

Helena Altmann (2001), argumenta que da década de 1920 a 1930 os problemas considerados como desvios sexuais passam a ser tratados como doença, deixando de ser julgados como crime. Desta forma a escola é eleita como a educadora sexual a fim de intervir e garantir uma sexualidade normal e prescrita no modelo higienista da época. Portanto, a Educação Sexual ganhava conotações associando-a a prevenção de ISTs instaurando assim um pensamento médico biológico.

Já na década de 1930 uma experiência de Educação Sexual no Colégio Batista do Rio de Janeiro foi realizada por iniciativa do professor Stawiarski que incluiu no currículo o ensino da evolução das espécies e da Educação Sexual. As aulas limitavam-se ao papel da mulher na reprodução. A partir de 1935 foi introduzido o exame de comportamento sexual masculino. Entretanto essa experiência acabou com uma ação movida contra o professor no ministério do

trabalho, acusado de comportamento imoral. O colégio foi considerado culpado e o professor demitido por volta do ano de 1954.

Vidal (2010) salienta que uma contribuição fundamental para a discussão da Educação Sexual foi a criação do “Boletim de Educação Sexual”, que teve o primeiro número lançado em setembro de 1933, o boletim circulou até outubro de 1939. O lançamento do boletim configurou-se como a primeira realização do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CEBS), criado pelo médico José Albuquerque, também diretor chefe do boletim, tinha como objetivo promover a Educação Sexual do povo brasileiro visando preparar o homem e a mulher para construir a família sob bases seguras, atemorizados, mais uma vez, pela proliferação da Sífilis.

Promover a educação do povo brasileiro, até hoje relegada ao abandono, e tido como tarefa imoral devido ao falso conceito em que é tida toda a função sexual. Procurar criar no país, a mentalidade favorável à aceitação do conceito, de que, sexualidade não é imoral (BOLETIM 1(1):1, set. 1933 apud VIDAL, 2010).

Nesse intuito, o CEBS promoveu em seu primeiro ano de atividade o “Curso Popular de Sexologia” – palestras mensais proferidas por José Albuquerque no Lyceu de Artes e Ofícios do RJ, 1933 efetuado quatro conferências. A “Semana de Educação Sexual”, que ganhou grande repercussão no rádio, círculos jornalísticos, exposições e projeções. O Círculo clamou aos jornais para abraçar a campanha pela Educação Sexual do povo brasileiro, 700 jornais responderam o apelo e formaram o “Círculo jornalístico” do CEBS.

O Círculo realizou ainda, em 1934 de 1 a 7 de setembro a “Semana da Educação Sexual” no Liceu de Artes e Ofício carioca. E conquistou espaço nas transmissões de rádio para proferir palestras diárias em 1935. Em 1937 mais 25 conferências radiofônicas foram organizadas. As atividades do CEBS contaram ainda com palestras gratuitas; exibição de filme “A Educação Sexual nos Diversos Períodos da Vida”²²; em 1936 há abertura do Museu de Educação Sexual.

Esses primeiros anos do século e o debate em torno da Educação Sexual de toda a população elucidam o que vem por aí no decorrer do século. Entretanto existe uma ausência de dados históricos nas décadas de 1940 e 1950, voltando a cena um debate intenso na década de 1960.

Sobre esse período e posteriores temos a importante contribuição de Barroso e Bruschini (1982) no Livro “Educação Sexual Debate Aberto”, publicado em 1982. O livro pelo título denota o tom da pesquisa realizada pelas autoras, em que realizam debates com jovens de classes sociais distintas sobre temas como:

²² O filme foi elaborado pelo próprio CEBS.

planejamento familiar, homossexualidade e gênero. As autoras apresentam importantes contribuições para a história da Educação Sexual no Brasil, pois a pesquisa visa saber dos/as estudantes valores, informações e atitudes em relação ao sexo. A incursão foi realizada em uma escola pública e duas escolas particulares de 2º grau (hoje ensino médio), e são resultados também de um programa de Educação Sexual elaborados pelas autoras.

A década de 1960 é considerada por muitas autoras com obras significativas sobre Educação Sexual, como Barroso e Bruschini (1982), Werebe (1977) e Rosemberg (1985) como favorável à implantação da Educação Sexual, pois foram desenvolvidas várias ações favoráveis à implantação da temática no país. Observou-se, a tendência de estender a nova prática educativa às escolas de rede pública ao lado de um interesse crescente pela questão dos meios educacionais e nas camadas mais esclarecidas da população (WEREBE, 1970, p.21).

Barroso e Bruschini (1982) sistematizaram algumas incursões da Educação Sexual em escolas, são elas:

- a) 1963 – colégio mineiro introduz a Educação Sexual para alunos de 4º ano ginásial, reações contrárias dos pais encerrou o experiência em três anos;
- b) 1964 – Rio de Janeiro colégio Pedro de Alcântara introduz o ensino dessa matéria em todas as séries;
- c) 1968 – a Educação Sexual fazia parte do currículo dos colégios André Maurois, Infante, Dom Henrique, Orlando Rouças, entre outros;
- d) iniciativas de Educação Sexual de maior vulto, para as autoras aconteceram em São Paulo, no Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo orientado pelo departamento de educação da faculdade de filosofia da USP, desenvolveram-se ações experimentais, tais como, um seminário semanal de estudos, realizado em grupo, para a discussão de temas propostos pelos alunos, como racismo e sexo. De 1963 a 1968 foram organizados ciclos de educação sexual com alunos de primeira e segunda série ginásial. Paralelo foi desenvolvido um programa com os pais que os mantinham informados dos assuntos discutidos nos ciclos;
- e) Experiências semelhantes ao colégio de Aplicação foram desenvolvidas nos ginásios Vocacionais de São Paulo, de 1961 a 1969, no Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental de 1966 a 1969.

De 1954 a 1970, o Serviço de Saúde do Departamento de Assistência Escolar de São Paulo ministrou aulas de orientação sexual a meninas que cursavam o 4º

ano da escola primária e estavam entrando no período da puberdade. O programa foi interrompido, após o parecer do MEC de 1970, por determinação da Secretaria de Educação. Em 1968 a deputada Júlia Steinbuck (MDB-RJ) apresentou um projeto de lei propondo a introdução da Educação Sexual em todas as escolas de nível primário e secundário do país. Esse projeto ficou engavetado até 1970 quando a Comissão Nacional de moral e civismo pronunciou-se radicalmente contra a introdução da Educação Sexual nas escolas. Slogan “a inocência é a melhor defesa para a pureza da castidade” (BARROSO; BRUSCHINI, 1982. p.22).

Outra importante contribuição é da autora Werebe (1977) no livro “A educação Sexual na Escola”, em que analisa experiências de implementação da Educação Sexual na França, e também relata uma experiência realizada no Brasil. As referências a implantação no Brasil e a experiência do “Colégio de aplicação da Universidade de São Paulo” entre os anos de 1963 a 1968. A autora destaca a maneira como o trabalho foi conduzido e o pioneirismo que em relação a renovação pedagógica para com a Educação Sexual que o empreenderam.

Werebe (1977) é assertiva quando relata que uma onda de puritanismo invadiu o país a partir do fim da década de sessenta, exemplo disso é a aprovação em maio de 1970 a lei que instituiu a censura prévia de livros e jornais. Sendo que em dezembro de 1969 havia sido decretado o Ato Inconstitucional nº 5 (AI5), que formalizou e recrudescer o período de exceção política. Segundo a nova lei, o ministério da justiça seria encarregado de proibir todo texto contrário à moral e aos bons costumes. O decreto estipulou ainda que caberia aos poderes públicos a tarefa de assegurar a proteção dos valores éticos, indispensáveis a boa formação moral da juventude brasileira (WEREBE, 1978 apud ROSEMBERG, 1985, p.13).

No parecer 2264/74 do Conselho Federal de Educação sobre educação em saúde menciona-se a Educação Sexual como um objetivo a ser desenvolvido. A conselheira Edília Coelho Garcia, que elaborou o texto, fixou nas escolas a doutrina, a filosofia, o conteúdo e a forma do programa de Educação e Saúde. Previsto para estudantes de 2º grau, conteúdos como, desenvolvimento puberal, Educação Sexual, gestação, puericultura e saúde mental (ROSEMBERG, 1985).

Já os alunos de 2º grau (que já são púberes) devem aprofundar esse mesmos conhecimentos, sempre alertados para a sua responsabilidade na conservação da saúde, e adquirir noções sobre segurança no trabalho, na escola e nas diversões, primeiros socorros, além de conhecimentos referentes à **evolução puberal, educação sexual**, gestação, puericultura e saúde mental. E mais adiante: além disso poder-se-á acrescentar noções de doenças ou **desvios dos padrões de normalidade**, ações de tóxicos e efeitos

da poluição do meio ambiente. E ainda neste nível que devem ser estudadas noções de **venereologia** e suas implicações sociais (WEREBE. 1977, p. 27). (grifos da autora).

Werebe (1978) em conjunto com Maria Amélia Goldenberg realizaram uma enquete no IV Congresso Brasileiro de Orientação Educacional, sediado na cidade de São Paulo, no ano de 1976, em que foi aplicado questionário perguntando se estavam desenvolvendo algum trabalho na área de Educação Sexual. Foram 108 respostas afirmativas, em que constatou atividades de Educação Sexual em 15 unidades da federação.

A pesquisa das autoras foi realizada no ano de 1976 e apontou 56 trabalhos direcionados a Educação Sexual distribuídos em 15 estados. Werebe (1978) enfatiza que o número poderia ser bem maior do que apurado, pois dos 1000 questionários distribuídos apenas 152 retornaram. A pesquisa apontou ainda que a Educação Sexual era realizada tanto em escolas públicas como privadas, não havia diferença entre estabelecimentos oficiais²³ e particulares.

Fúlvia Rosemberg (1985) utiliza-se do termo “conspiração do silêncio” para falar de como ações para introduzir as discussões de Educação Sexual na escola eram feitas de forma sigilosa, com o intuito de preservar as discussões de interpretações equivocadas, que poderiam vir a interromper os trabalhos. A autora cita o exemplo do final dos anos 1970, de uma ação iniciada em 1977 e implantado na rede municipal de São Paulo de forma experimental (antes disso submetido a uma comissão de especialistas), e que estendeu ao longo da década de 1980. Essa analogia sobre o silenciamento e o temor em torno da educação sexual estava em uma proibição implícita e não formal, em que a própria condição de trabalho era ameaçada pelo temor ao forte momento de repressão da ditadura.

Curiosamente, não havia nenhuma lei ou proibição formal contra a educação sexual. A interdição era difusa e, talvez por isso mesmo, mais eficiente. O assunto era tabu, existia, mas não se falava mais sobre ele. Orientadores, professores e educadores, de modo geral, passaram a assumir a interdição, temendo represálias e obedecendo a uma lei, que na verdade, nem mesmo existia (BARROSO; BRUSCHINI, 1982, p. 23).

A maneira como foi desenvolvido o trabalho citado por Rosemberg (1985) foi descrito no relatório da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Em 1979, “o projeto foi colocado em prática abrangendo inicialmente um treinamento dos orientadores educacionais e professores de Ciências das três escolas escolhidas.

²³ Estabelecimentos oficiais são as escolas da rede estadual, municipal e federal (Werebe,1977).

Depois o envolvimento da equipe técnica das escolas e seus professores, o trabalho com os pais e finalmente, com alunos” (ROSEMBERG, 1985, p.15).

O relatório apresenta a preocupação na divulgação do trabalho, mantendo-o de forma restrita aos membros envolvidos no projeto, “a experiência municipal foi mantida sob o sigilo durante certo tempo. Quando foi dada a público, omitiu-se o nome das escolas e conseqüentemente, dos alunos, familiares, professores e orientadores envolvidos” (ROSEMBERG, 1985, p.16).

É também ao final da década de 1970, segundo Rosemberg (1985), que o debate volta a “ter vida pública”, inclusive com a realização do I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas, que teve iniciativa particular e atraiu muitos participantes, principalmente da cidade de São Paulo. O congresso volta a ser realizado posteriormente. De acordo com a autora, foi um dos elementos provocadores da época que para tornar público o debate sobre a inclusão da Educação Sexual nos currículos, alavancando experiências inéditas como programas de um serviço telefônico para responder perguntas sobre sexualidade (1979), programa de rádio (1979) e televisão (1980), que a princípio não diziam respeito à educação, mas aos poucos há uma integração com as universidades.

Ocorre, a partir de então, uma série de eventos, sempre com muito sucesso junto ao público: mesa redonda sobre Educação Sexual na 32.º reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1980); um painel sobre “A educação Sexual que gostaríamos de ter” na I Conferência Brasileira de educação (1980); o 18º Congresso da escola de Pais elege como tema “Educação e Sexualidade Hoje” (1981); 1º curso sobre Sexualidade e Deficiência (1982), e vários outros (ROSEMBERG, 1985, p.16).

A década de 1980 assinala um novo momento para a discussão da sexualidade e da Educação Sexual. Barroso e Bruschini (1982) afirmam que nessa década a discussão estava calcada pelo discurso de controle de natalidade e planejamento familiar, tendo em vista a redução do crescimento demográfico. Citando João Lira Madeiros, do IBGE em entrevista, ele afirma que a Educação Sexual deveria estar presente desde o jardim de infância com o viés de servir para um futuro planejamento familiar.

Desta forma a Educação Sexual serviria para direcionar comportamentos e atitudes para uma vida sexual regrada. “A educação sexual é, assim, invocada como um veículo capaz de incutir nos jovens atitudes e conhecimentos que os levem a um comportamento reprodutivo adequado a determinada política demográfica” (BARROSO; BRUSCHINI, 1982, p.9).

Para Barroso e Bruschini (1982) essa visão de Educação Sexual é estreita e reducionista sendo que lançam preocupação sobre a implantação de uma Educação Sexual que assuma esse viés de controle de natalidade. Ao contrário disso, a Educação Sexual é considerada como parte integrante das transformações econômicas, políticas e sociais. Um programa nessa área “poderia desempenhar entre outras coisas, o papel de catalisador de mudanças de atitudes em relação à reprodução que acompanhariam e complementaríamos mudanças de infraestrutura mais ampla” (BARROSO; BRUSCHINI, 1982, p. 10).

Desta forma essa discussão estaria pautada em ampliar a liberdade de homens e mulheres desde que as necessidades básicas da população fossem atendidas. Um programa como esse se pautaria segundo as autoras em conhecimento sobre o universo de valores, atitudes e informações sobre os comportamentos dos alunos/as e professores/as. “é também desejável que um programa de Educação Sexual não limite artificialmente seus objetivos a questões de reprodução e inclua um questionamento do significado mais amplo do sexo para o indivíduo e para a sociedade” (BARROSO; BRUSCHINI, 1982, p.10).

Além dessa perspectiva inserida ainda em bases biológicas ligadas à reprodução, a década de 1980 é marcada pela presença do HIV/Aids e a proliferação, dado esse que intensifica o debate em torno da Educação Sexual para a prevenção. Sayão (1997) relata que muitas escolas abriram espaço para a temática, seja por meio de palestras, encontros e debates, pela ampliação do conteúdo na disciplina de Ciências, ou por programas sistemáticos.

As ações expandiram-se em diversos meios de comunicações e extrapolaram as fronteiras do âmbito escolar com a veiculação e divulgação em serviços telefônicos, programas de rádio, enciclopédias e fascículos vendidos em bancas de jornal, ligados a sexualidade e a responder questões sobre sexo. O programa de televisão comandado por Marta Suplicy (1980-1986) teve grande repercussão e foi alvo de grandes polêmicas. (SAYÃO, 1997)

No decorrer da década de 1980 proliferaram as iniciativas na rede privada de ensino em muitos estados do país, inclusive em escolas de orientação religiosa. Esse aumento na demanda se deve principalmente ao surgimento do Aids e ao aumento da gravidez entre adolescente, fatos estes preocupantes para os educadores (SAYÃO, 1997, p.110).

De acordo com Sayão (1997) a Secretaria Municipal de Educação do estado de São Paulo em 1989, sob a responsabilidade do educador Paulo Freire, fez uma cuidadosa formação com os professores/as, em conjunto com o Grupo de Trabalho

e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), a fim de implantar Educação Sexual no ensino fundamental e posterior na educação infantil. Esse trabalho atingiu 12 mil alunos em 1992. Essa experiência foi motivadora para outros municípios (Porto Alegre, Florianópolis, Recife, Campo Grande, Goiânia, Belo Horizonte e Santos) que passaram a inserir em suas escolas experiências semelhantes.

Concomitante há consolidação de Organizações Não Governamentais (ONG), que atuavam na produção de material e formação de profissionais de educação no intuito de qualificá-los para a prevenção de IST e HIV/Aids (SAYÃO, 1997, p.111). A participação dos movimentos sociais deve ser destacada nesse contexto, pois o movimento feminista, negro e LGBT marcaram significativos campos de lutas.

Cláudia Vianna (2015) aponta que tanto a participação do governo como desses grupos coletivos em conferências internacionais ao longo da década de 1990 trouxeram grandes contribuições para o âmbito educacional passando a reconhecer a fragilidade e a presença de desigualdades no ambiente escolar, desta forma pactuaram com uma série de medidas que contemplassem a educação como um todo. Passou-se a olhar a educação com um viés inclusivo com o *slogan* “educação para todos”, levantando o mote de universalização da educação básica e promoção favorecendo valores humanos universais, por conseguinte o respeito à diversidade cultural foi incluído.

Ainda em 1994, organismos oficiais, como o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, passaram a estimular projetos de educação sexual. Foram, então, publicadas as Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade, apoiadas nas recomendações da UNESCO e da Organização Mundial da Saúde (OMS). As Diretrizes versavam a respeito de estratégias para “identificar organismos não governamentais, nacionais ou internacionais” e para “combinar recursos materiais e/ou humanos, sem interesses ligados a ideologias particulares, religiosas, políticas ou econômicas”, sob “responsabilidade técnico-pedagógica” e coordenação do MEC (BRASIL, 1994, p. 34). Com uma abordagem centrada na regulação das práticas sociais, orientada por critérios do sexo seguro, uma das recomendações constantes no documento referia-se à inclusão da prática da Educação Preventiva Integral (EPI) nos conteúdos e atividades curriculares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio (VIANNA, 2015, p.798).

Essa articulação nessas conferencias, impulsionaram a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ainda na década de 1990, regidos pelo MEC foi um documento que demarcou uma visão diferente para as políticas de gênero e diversidade, pois além de parâmetros para seis áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação

Física, trouxe os temas transversais, os quais continham Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, Meio ambiente e Saúde.

Altmann (2001) argumenta que os PCNs reinserem a discussão da Educação Sexual²⁴ na escola, uma vez que foram elaborados com uma proposta de ser um material como referência para fomentar a reflexão sobre os currículos escolares, sendo eles uma proposta aberta e flexível, que deixou as escolas livres na decisão de utilizá-los ou não na elaboração de seus currículos.

A criação do tema transversal Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é outro indício da inserção deste assunto no âmbito escolar. O interesse do estado pela sexualidade da população tornase evidente a partir desta proposta. De acordo com os PCNs, em virtude do crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco da contaminação pelo HIV, o tema Orientação Sexual criado como um dos temas transversais a ser trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização. Cabe, portanto, à escola – e não mais apenas à família – desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde das crianças e dos adolescentes (ALTMANN, 2001, p.576).

Mesmo reconhecido como um importante documento para fomento da Educação Sexual na escola foram escassas as ações que acompanharam seu desenvolvimento e a ampliação do debate. Junqueira (2009) reconhece a referência do documento quanto a inserção da temática de gênero e sexualidade, mas frisa que ele por si só não “dará conta das questões”. O autor destaca ainda que, “sem ter podido encontrar condições favoráveis para o seu enraizamento na cultura dos sistemas de ensino sobretudo em relação a estas temáticas, os *Parâmetros* não foram acompanhados de políticas educacionais especificamente voltadas a elas por parte de cada esfera de governo” (JUNQUEIRA, 2009, p. 132) (grifo do autor).

Todavia os PCN's, na década de 2000, impulsionaram medidas de alcance significativo, que sem dúvida ampliaram consideravelmente o debate em torno de temas relevantes e com ações voltadas para o fomento da discussão na escola.

E de conhecimento geral da população que, no final de 1997, o MEC oficializou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que, consoantes com a LDB n.9.394/96, consideram que a orientação sexual [termo do qual eu discordo] é um tema social e urgente, que precisa ser contemplado no currículo do ensino fundamental. Essa exigência pode, sem dúvida, dar nova força à história da Educação Sexual, que vem registrando um crescimento do interesse das escolas por educar sexualmente seus alunos, a partir do final da década de 80, mais especificamente, início da de 90 (FIGUERÓ, 1998, p. 123).

Parte da história, tanto da recente como a que marca o processo de discussão inicial, foi constantemente influenciada pelos movimentos sociais,
²⁴ Embora o documento trabalhe com a nomenclatura em Orientação Sexual.

envolvidos nas lutas para acesso aos direitos, tais como, os movimentos feministas (que já lutavam pela implantação da Educação Sexual nas décadas iniciais do século com a FBPF), negro e mais tarde o LGBT, que vem desenvolvendo ações para garantir que as discussões na escola sejam ampliadas e não excluam esses sujeitos. Todavia há visibilidade e inserção desses movimentos na elaboração de políticas públicas com notória participação também se intensifica a partir da década de 2000 com uma postura diferente frente ao governo.

Claudia Vianna (2015) ressalta, a partir de um olhar para as políticas públicas, as mudanças ocorridas a partir de 1990, mas que ganharam maior evidência em meados dos anos 2000 momento esse em que ocorreram crescimentos das políticas de educação em relação a gênero e orientação sexual, foi marcada por um tenso processo que determinou a materialidade de reformas. “Foi nessa conjuntura que se deu o crescimento das próprias políticas de educação na área, mais “instigadas pelas tentativas de corrigir as desigualdades”, como lembra Miguel Gonzalez Arroyo (2010, p. 1381)” (VIANNA, 2015, p.795).

A materialidade se fez por intermédio de reformas, planos, projetos, programas e ações implementados pelo estado, mas com participação da sociedade civil. “Partese do suposto de que ambas as instâncias se articulam ou se digladiam em torno de interesses de grupos sociais que nelas se fazem presentes” (VIANNA, 2015, p.1).

Para Vianna (2015) após a constituição de 1988 o debate sobre direitos dá força ao debate de gênero e diversidade sexual, na educação, por sua vez, é a partir de 1995 por pressão advinda dos movimentos sociais e compromissos internacionais assumidos pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, tais como a agenda de gênero, metas do milênio e da conferência de Dakar.

Em 2000, o Brasil foi um dos 155 governos signatários da “Declaração de Jomtiem”, elaborada na referida conferência e ratificada na Cúpula Mundial Educação para Todos, em Dakar (Senegal). Uma das oito metas do Projeto Milênio referia-se à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres (meta três), previstas como medidas necessárias para a melhoria das condições de vida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Também publicaram documentos com a mesma intenção, como por exemplo, o primeiro Relatório Nacional Brasileiro, ratificado pelo Congresso Nacional e entregue ao Comitê da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ressaltando que a construção de políticas igualitárias de gênero ainda era uma lacuna a ser preenchida pelo governo (VIANNA, 2015, p. 1).

Vianna (2015) aponta para a importância de organismos internacionais na visibilidade das discussões de gêneros e diversidades sexuais no Brasil. O Brasil como signatário de muitos desses tratados se viu tendo que inserir essas questões para reduzir as desigualdades apontadas nas conferências. A autora aponta que o governo Fernando Henrique Cardoso, caracterizado por políticas neoliberais, as políticas ligadas à sexualidade e gênero foram contraditórias, pois não abriram o debate de forma ampla em relação a população LGBT. Entretanto, esse início foi relevante para a continuidade no Governo Lula, sucessor, que assume características distintas com a ênfase na inclusão social.

É neste governo que a diversidade passa a ser reconhecida a partir da negociação e da representatividade no governo de diversos atores políticos, como integrantes não só de programas e projetos, mas da própria organização administrativa, ocasionando uma modificação no modelo institucional de algumas secretarias, inexistente nos governos anteriores (VIANNA, 2015, p. 3).

Em meio a essa mudança de postura do governo há criação de secretarias especiais Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), a Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM), a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). As conferências nacionais demarcam a atuação desses sujeitos na concepção das propostas para que o governo assumisse mais responsabilidades.

No campo específico da educação o MEC cria a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)²⁵, que foi a fusão de duas secretarias – Secretaria de Inclusão Educacional (SECRIE) e a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA). A SECAD teve papel fundamental na mudança de percepção sobre sexualidade e gênero no que tange a educação escolar.

A partir da criação da SECAD, canalizaram-se para a agenda governamental do MEC temas e sujeitos que dela estavam excluídos. Com a presença desses setores nos espaços da administração pública assistimos à conversão de antigas denúncias em propostas de políticas públicas federais (VIANNA, 2015, p.3).

Figueiró (2010) avaliou que as políticas públicas e programas educacionais de prevenção que foram estabelecidos, por intermédio do MEC/SECADI – o a) o Programa Brasil Sem Homofobia, criado em 2004, que visava a redução de desigualdade social com o público LGBT, bem como acesso e permanência nas escolas e capacitação dos/as profissionais da educação, e o b) O GDE que desde

²⁵ Posteriormente chamada de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

2006, oferta curso de formação de professores/as em gênero, sexualidade, raça/etnia e diversidade na escola –, demonstravam cada vez mais, condições favoráveis para a implementação da Educação Sexual na perspectiva emancipatória²⁶.

Com essa proposição Figueiró (2010) abarca a Educação Sexual e as políticas ligadas a gênero e sexualidade como complementares, a Educação Sexual desenvolve-se cada vez mais em consonância com as demandas insurgentes da sexualidade, que reconhecendo seu caráter histórico está em constantes mudanças.

Ter uma visão atual de como esta Educação Sexual passa por algumas limitações, apontadas por Mokwa (2014) em sua tese onde explora o estado da arte em Educação Sexual em universidades paulistas. Como há necessidade de sistematização das bibliotecas para a sistematização e organização dos dados no acervo, a autora indica ainda a padronização da terminologia. Essa padronização para Figueiró (2010) está longe de acontecer, justamente pela sobreposição de termos, que para a autora expressam sinônimos, pois tratam do mesmo assunto.

Para saber o que está sendo abordado em relação à Educação Sexual, pelo menos do que diz respeito ao campo acadêmico, fez-se uma pesquisa no banco de teses e dissertações da capes²⁷, no período de 2014, em que buscou-se teses e dissertações que traziam em seus títulos ou nas palavras chave a palavra Educação Sexual. Nessa busca foram encontrados vinte trabalhos que atendiam ao requisito, nove teses e onze dissertações.

Dos vinte trabalhos, quatro não continham em seu título Educação Sexual, mas o traziam como palavras chaves. A predominância dos trabalhos está localizada na área de concentração em educação e ensino (ensino de ciências, ensino de ciências exatas, ensino de ciências matemática, educação em ciências química da vida e saúde, educação e tecnologia, Educação). Logo após vem a área da saúde com trabalhos em enfermagem Ciências Biológicas e da Saúde, saúde coletiva com um trabalho em cada área totalizando três. Linguística e tecnologia apresentam um trabalho cada uma.

26 A abordagem emancipatória é uma das cinco abordagens encontradas por Figueiró em seu trabalho, as outras são: religiosa católica e religiosa protestante, médica, pedagógica.

27 No período pesquisado o banco de teses da capes está passando por reformulações e só disponibilizou trabalhos referentes aos anos de 2011 e 2012. Atualmente a site já está em funcionamento, mas mudou a maneira pela qual apresenta as pesquisas, hoje indexado a plataforma Sucupira. Resolvemos manter os trabalhos da base de dados da Capes, por ter uma quantidade significativa e que supria a demanda da pesquisa.

Nessa busca em relação à Educação Sexual constatamos que as pesquisas analisadas, teses e dissertações, são em sua grande maioria focalizadas na educação, pois mesmo os trabalhos que não estão vinculados a programas de pósgraduação em educação ou ao público que está na escola²⁸, vinculam suas pesquisas ao ambiente escolar, conforme pode visualizar no quadro a seguir.

²⁸ Consideramos os programas de pós-graduação em educação os que possuem em seu nome Educação (em) ou Ensino (em).

Quadro 9 - Teses e Dissertações

Autor	Título	Tese dissertação	Instituição	Ano	área
ALMEIDA, KACIANE DANIELLA DE	EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA DISCUSSÃO PARA O ENSINO MÉDIO TÉCNICO? '	D	UTFPR	2012	Tecnologia
BRILHANTE, ALINE VERAS MORAIS	EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA PÚBLICA COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	D	UNIFOR	2012	Saúde coletiva
JAQUES, ANDRE ESTEVAM.	SIGNIFICADO DA SEXUALIDADE E ASSUNTOS CORRELATOS NO CONTEXTO ESCOLAR POR PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA EDUCAÇÃO SEXUAL: EXPERIÊNCIA DE UMA PESQUISA-AÇÃO.	T	USP	2012	Enfermagem
SFAIR, SARA CARAM.	EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS: O QUE PREVEEM OS DOCUMENTOS PÚBLICOS NOS NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL EM SÃO PAULO	D	UFSCAR	2012	Ciências Biológicas e da Saúde

Fonte: autoria própria

A maioria das pesquisas (15) estão direcionadas a estudos sobre a relação que a Educação Sexual tem com os/as professores/as e os/as alunos/as. A abordagem principal está focalizada na figura do/a docente e suas ações e percepções, oito trabalhos, conforme podemos observar pelos objetivos das teses abaixo.

[...] Investigar ações e relações dos/as professores/as e seu trabalho cotidiano na educação sexual de adolescentes do Ensino Fundamental e Médio [...] (QUIRINO, 2012).

Identificar o significado de sexualidade, violência sexual e educação sexual junto aos professores [...] (JAQUES, 2012).

Tais pesquisas, focalizam nas percepções de docentes e discentes sobre Educação Sexual:

O objetivo deste trabalho foi conhecer as percepções de alunos e professores (MOREIRA, 2011).
Analisar a percepção de professores e alunos da escola pública sobre a educação sexual no ambiente escolar e sua relação com a saúde [...] (BRILHANTE, 2012).

Em relação às pesquisas realizadas só com alunos/as o interesse está direcionado ao entendimento deles/asem relação à Educação Sexual e como se relacionam a sexualidade:

Analisar a possibilidade de estudantes de 9 a 12 anos de identificar conceitos da sexualidade humana, expressos por analogias e metáforas [...] (SILVA, 2011).

Como entender o sentido que as alunas e alunos do ensino médio produzem sobre Educação Sexual (SANTOS, 2012).

Dentre os trabalhos destacamos dois que trazem em seus títulos o foco para a homossexualidade, pois nos demais ela aparece transversal à discussão remetendo-se a situações de preconceitos aos sujeitos LGBT que são sofridas no ambiente escolar.

- PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO DE PROFESSORES SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE EM UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA PÚBLICA (GRANUZZIO, 2012).
- HOMOSSEXUAIS SÃO... REVISITANDO LIVROS DE MEDICINA, PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA QUEER (SILVA, 2012).

Destaca-se que prevaleceu, dentre os trabalhos encontrados, a visão da sexualidade ligada à corrente de pensamentos que relaciona a sexualidade com o referencial histórico cultural. A Educação Sexual pautada em uma abordagem emancipatória foi citada em cinco trabalhos.

Os resultados das pesquisas apontam para unânime presença da Educação Sexual no ambiente escolar e sua necessidade, contudo a forma como está sendo ensinada não é satisfatória, segundo todos/as os/as autores/as pesquisados/as.

As pesquisas que trabalham com professores e alunos indicam a falta de formação e capacitação como uma das dificuldades do trabalho com a Educação Sexual na escola. Desta forma muitas vezes a Educação Sexual apresenta uma visão conservadora e/ou pautada apenas na abordagem biológica-higienista que liga a sexualidade à prevenção de ISTs, HIV/aids e gravidez na adolescência.

Insegurança, despreparo em abordar o tema são apontados como causa de silenciamento em relação a situações de violência sexual, discriminação e preconceito em relação à orientação sexual dos estudantes e aspectos ligados à sexualidade, tais como relações sexuais, virgindade, masturbação entre outros.

As pesquisas indicam a pouca integração entre a família e a escola em relação a discussão da sexualidade, bem como a interferência de posicionamentos religiosos que acabam por barrar a discussão em alguns momentos.

Os trabalhos desprendem otimismo em relação a mudanças na Educação Sexual, propondo que para isso a formação seja permanente, continuada. Parcerias e convênios com secretarias de educação, universidade são propostos como estratégias para intensificar o trabalho da Educação Sexual.

A história da Educação Sexual mostra um percurso de intenso debate e defesa, uma vez que, a defesa para que houvesse discussão sobre a temática, desde as primeiras décadas do século XX, mostra um ambiente pouco favorável, com pressões advindas de setores conservadores ligados a religião e a família. Mas mostra também a influência desses seguimentos nas políticas de implementação dessa e a forte participação de movimentos feministas e grande atuação de médicos higienistas.

Ao longo de um século vimos a presença da Educação Sexual em seguimentos distintos da sociedade, presenciamos as tentativas de alçá-la como política pública, “em plena ditadura militar assistimos à tramitação da proposta de implantação obrigatória da Educação Sexual na escola em todos os níveis de ensino na câmara dos deputados, mas foi barrada e arquivada em 1970” (VIANNA; UNBEHAUM, 2015, p. 71).

O recrudescimento da discussão no período militar fez com que esse setor fosse invadido por uma onda de puritanismo, o que não impediu sua discussão conforme nos mostra Werebe (1978).

No final do século deparamos com duas situações chaves que mudariam o rumo da Educação Sexual: a elaboração da LDB 1996, e os PCNs de 1997. O que de fato contribui de forma pontual em relação a visibilidade em torno da Educação Sexual, o que ganhou contornos nos anos seguintes. Entretanto políticas mais eficientes não acompanharam o avanço das leis, deixando novamente restrita a Educação Sexual à prevenção e cuidados com a saúde.

Todavia, podemos considerar que os avanços relativos à educação para a igualdade de gênero e diversidade ampliaram-se a partir dos anos 2000, em que os programas ligados à temática na escola começaram a ser implantados e passaram a fazer parte da defesa do currículo da Educação Sexual, não que anteriormente essa temática não estivesse sendo contemplada, mas nesse momento ela surge com maior expressividade e é incorporada na discussão.

Desde o início da história da Educação Sexual, presenciou-se a participação de feministas, e o avanço acadêmico dos estudos de gênero a partir da década de 1970 contribuiu de alguma forma para a discussão da temática. De certa forma, olhando para esse cenário, não podemos deixar de ver uma história exitosa em relação à presença da Educação Sexual no cenário brasileiro, contudo, até a atualidade ela não é consenso e sofre constantes questionamentos sobre sua legitimidade.

Nesse ponto queremos intercruzar essa história demarcada por discursos contrários a sua inserção em momentos decisivos e o debate recente da “Ideologia de gênero”. Esse esforço será apresentado no próximo capítulo.

5 EDUCAÇÃO SEXUAL E IDEOLOGIA DE GÊNERO

A retomada dos objetivos desse trabalho encaminha as discussões para a vinculação da Educação Sexual com o termo “Ideologia de gênero”, assunto debatido nos capítulos anteriores. No entanto, ainda cabe questionar, como esse debate em torno de existir uma “Ideologia de gênero” no PNE (2014-2024) interfere sobre a abordagem da educação sistemática na escola?

A história da Educação Sexual desde suas primeiras tentativas é um caminho de lutas e mobilização para sua inserção. Nem sempre tal percurso mostrou-se preocupado com as dimensões sociais da temática, mas pautaram-se no controle de doenças e regramento da sexualidade da sociedade como um todo. Ressaltamos e tentaremos mostrar que em momentos decisivos de sua implementação o discurso atual sobre “Ideologia de gênero” se assemelha com o desta história.

5.1 A EDUCAÇÃO SEXUAL FRENTE À “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

[...]No colégio onde estuda nosso filho de 12 anos, assisti a uma palestra da especialista que ministrará aulas de educação sexual para os pré-adolescentes. Ela veio explicar aos pais como será o seu trabalho – quais temas serão tratados, de que forma, etc. O que aconteceu lá me impressionou muito, mas no fim foi importante para mim, e talvez seja importante para outras pessoas – por isso compartilho aqui.

A abordagem da especialista me pareceu bastante razoável, e adequada para pré-adolescentes. Em uma palestra curta, ela foi elencando os temas que abordaria: as transformações do corpo e dos hormônios, os cuidados de higiene, a importância de prevenir doenças ou uma gravidez indesejada, de lidar com os desejos emergentes... e a questão da orientação sexual. O básico do básico: nascemos com corpos masculinos ou femininos, mas isso não significa necessariamente que desejaremos pessoas do sexo oposto. E não devemos julgar as pessoas por sua orientação sexual.

Pronto, foi o que bastou para que um pai na primeira fila interrompesse a palestra e pedisse a palavra.

Ele falou. Bastante, umas três ou quatro vezes. Resumo rápido do que ele disse: a escola não deveria ensinar “ideologia de gênero”. Há muita coisa ruim por aí, esse tipo de assunto é privado, deveria ser tratado em casa. Os pais são clientes da escola, portanto podem escolher se esse “produto” é adequado ou não para seus filhos.

A professora ficou meio na defensiva – até demais pro meu gosto: a questão da orientação sexual seria tratada em “apenas três minutos”, e ela repetiu o que já havia dito: trata-se apenas de reconhecer o fato de que diferentes orientações sexuais existem, e que elas não deveriam ser motivo para julgar moralmente as pessoas. (Ela se restringiu ao trinômio hetero/homo/bi, que creio inclusive ser meio limitado hoje em dia.)

Não bastou. O pai falou de novo: esse assunto não deveria ser tratado na escola. Lá no fundo uma mãe levantou e prestou apoio ao

pai. Ela lembrou que o livro-texto de Filosofia da escola também mencionava a questão da orientação sexual, e ela achava isso “inadequado”. O filho dela poderia ler aquilo e achar que poderia ser o que bem quisesse! Por fim, outra mãe pediu a palavra e disse que criava seus filhos de acordo com a Bíblia. Há várias religiões cristãs, disse ela, mas a verdade da Bíblia é uma só – portanto ela se reservava o direito de não permitir que seu filho assistisse àquelas aulas.

Eu não estava acreditando. Não havia ninguém para defender algo diferente disso?

Depois daquele primeiro pai defender pela quarta vez seu direito de consumidor e propor uma votação para decidir se a professora deveria falar sobre orientação sexual ou não, eu, que não sou a pessoa mais extrovertida do mundo, achei que já era demais. Pedi o microfone.

Falei que não conseguia ver aonde estava o problema em (1) afirmar o fato óbvio de que existem pessoas com diferentes orientações sexuais (qualquer criança de 12 anos certamente sabe disso); (2) ensinar claramente aos nossos filhos que o valor de uma pessoa independe de sua orientação sexual. Por fim, lembrei que, estando certas as estatísticas apresentadas pela própria especialista, pelo menos 10% dos pais presentes naquela sala provavelmente eram homossexuais. Estaria o cara da primeira fila propondo ser errado ensinar aos nossos filhos que esses pais merecem o mesmo respeito devido a todos os demais que ali estavam? O que teriam os pais homossexuais a dizer como “clientes”?

Houve aplausos, pela primeira vez. Foi um alívio pra mim, mas eu já havia percebido que alguns pais estavam desconfortáveis com a situação. Aquilo foi a senha para que outras mães (só mães, nenhum pai) elogiassem a proposta da professora e se posicionassem “contra qualquer tipo de preconceito”. Há esperanças, afinal.

No fim, garantiu-se que os filhos cujos pais não concedessem autorização não assistiriam às aulas. Ok, acho razoável. Não acho que se deva obrigar os pais a aceitar qualquer coisa. Mas lamento pelos filhos, que serão privados de uma série de informações importantes porque seus pais acham que eles não podem ouvir por três minutos que não há problema em ser homossexual ou bissexual.

Saí de lá meio atordoado com a coisa toda [...] (texto escrito por Alexandre Dittrich, 17/08/2017 reproduzido pelo Blog Amenidades, disponível em:

<http://amenidades.blog.br/2017/08/17/educacao-sexual-e-ideologia-degenero/>).

Esse texto vinculado na internet foi o relato de um pai frente a uma situação que causou estarrecimento, sendo que o conteúdo elencado pela professora, no que diz respeito à Educação Sexual, foi imediatamente associado por outro pai, como “Ideologia de gênero”. A discussão reflete um contexto de Educação Sexual na qual estamos vivenciando em 2017, mas que é reflexo de um processo iniciado em 2010 com a votação do PNE, marcado por “Ideologia de gênero” e um aumento do conservadorismo no ambiente educacional. Esse contexto é marcado por uma reivindicação antiga que revela o embate entre escola e família quando o assunto é referente à Educação Sexual: em que há um campo de disputa sobre a atribuição da

Educação Sexual, na definição de responsabilidade, ou seja, a família deveria responsabilizar-se por essas discussões, pois teria o direito de definir os valores morais que seriam repassados aos seus/suas filhos/as; ou seria a escola, porque além de se preparar academicamente para tais discussões, também possibilitaria que a discussão fosse menos fragmentada e ampla o suficiente para ser formativa e não apenas informativa, ampliando o acesso a todas as crianças, jovens e adolescentes.

Esse embate não é recente, pois a sexualidade na dualidade entre espaço público e privado esteve presente na configuração da sociedade. No entanto, Foucault (1988) argumenta que é a partir do século XIX, que práticas aceitas em séculos anteriores, são tratadas com mais desprezo inaugurando uma nova forma de conceber a sexualidade, levando-a para dentro da casa, da família conjugal e da reprodução. Na argumentação do autor reside o fato de que a sexualidade aceita era baseada em um casamento e que gerasse filhos, qualquer desvio dessa regra estava perto da anormalidade – o não casamento, desejo por outro sexo, esterilidade e etc.

No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos a decência das palavras limpa os discursos (FOUCAULT, 1988, p.9-10).

Foucault (1988) continua suas argumentações fazendo referência a não existência de discursos que considerem o sexo da criança, fato esse precioso nesse trabalho, pois a Educação Sexual está inserida nesse universo que é restrito e muitas vezes silenciado em relação às crianças e adolescentes, e como podemos perceber no exemplo anterior é reivindicada sim uma proteção em relação ao conhecimento da sexualidade perante esse público.

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras. As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde que venham manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado (FOUCAULT, 1988, p.10).

Entretanto, mesmo restrita a certos grupos, a regulação dos espaços em que são permitidas as vivências distintas em relação às sexualidades é algo que se ressalta, pois ao mesmo tempo em que Foucault (1988) sugere a sexualidade

repressiva regulada entre as camadas médias, desconhecida, nula entre as crianças ele aponta que as sexualidades incômodas, ilegítimas, também têm seus lugares de tolerância: a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histérica.

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura (FOUCAULT, 1988, p.12).

O sentimento de salvaguardar crianças e adolescentes da referência à sexualidade como espaço de vivência e de liberdade, na visão conservadora, pode trazer desordem à família. Nessa, desordem, está incluída a liberdade à vivência da sexualidade, em que a liberdade está ligada por eles a uma forma libertina de se relacionar com a sexualidade. O fato é que a sexualidade da criança vista como não existente é um dos pretextos mais utilizados, pois pressupõe que estaria abordando conceitos que esses ainda não estariam preparados para se relacionar.

Todavia, o receio moderno expresso no texto está pautado muito em relação à diversidade sexual, em que o fato de evidenciar as identidades de sujeitos LGBT é percebido como incentivo às crianças em “virar homossexuais”, pensamento esse incutido na argumentação central em torno de existir uma “Ideologia de gênero”, que se pauta no argumento de proteção à família.

No capítulo anterior referente à história da Educação Sexual no Brasil foi possível perceber que o caminho da Educação Sexual esteve atravessado por conjunções políticas, em que regras de comportamento e posturas perante a sociedade estiveram presentes, principalmente para as mulheres. A Educação Sexual sistemática a partir do século XIX e XX passa a se preocupar com as crianças. Nesse momento há uma mudança também em relação à apropriação do conhecimento em relação à sexualidade.

A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil ocorreu a partir do final do século XIX e principalmente nas primeiras décadas do século XX, quando médicos e, posteriormente educadores, elaboraram, desenvolveram ou se apropriaram de teorias e ideias que foram consideradas científicas e capazes de dar sustentação àquelas instituições que necessitavam de um discurso oficial para atingir seus objetivos de fazer ciência, propor ações educacionais ou práticas pedagógicas e resolver problemas de saúde pública, em alguns casos para justificar ideologias e exercer o poder (RIBEIRO,2005, p.1).

Besse (1999) argumenta que, no início do século XX as inúmeras mudanças do cenário urbano rural do Brasil era motivo de preocupação por parte de estadistas,

como Ruy Barbosa, preocupado com a dissolução de uma suposta ordem social vigente. Dentre as causas de preocupação desse período destaca-se a atenção, com ar de preocupação, voltada a introdução de novas ideologias perigosas, sendo essas a esquerda e a feminista.

Essas novas ideologias eram uma ameaça ao modelo que se instaurava de ordem, em que se buscava amparar nas famílias (tendo como figura central a mulher dona de casa que zela por todos) as novas bases sociais modernas.

Para Besse (1999) desde 1920 houve uma modernização no sistema de gênero em um processo ambíguo, que ao mesmo tempo em que garantiram direitos e cidadania plena, o exercício desses direitos estava submetido aos deveres familiares, enfatizados como mais essenciais. E é, nesse período, que a Educação Sexual passa também a ser reivindicada de forma sistemática para a escola. Os interesses estavam ligados sim a um modelo higiênico com preocupação relativas à sífilis, contudo, a escola passa a ser defendida como um espaço importante para o debate. Não apenas para doença, pois grande preocupação na época era também com as meninas e as gestações, motivo esse defendido por Berta Lutz.

A história nos revela nos casos de sucesso de implementação da Educação Sexual um desfecho insatisfatório por um motivo principal, a relação conturbada entre o público e privado, e, o que posso discutir ou não nesses espaços. O embate entre as instituições, família, escola, política perpassadas pelo viés da religião é algo que deve ser ressaltado. Gostaria de fazer aqui algumas ponderações nesse processo e que se assemelham com nossa discussão atual sobre a “Ideologia de gênero”.

5.2 EM NOME DE DEUS

A primeira ponderação que destacamos é a relação entre a religião e a Educação Sexual. Rosenberg (1985) expõe a relação da Educação Sexual e da Igreja Católica de tal modo: “A igreja Católica constituiu um dos freios mais poderosos, até a década de 60, para que a Educação Sexual formal penetrasse no sistema escolar brasileiro”. Essa afirmação demonstra como a presença da religião estava na consolidação da temática.

Rosenberg (1985) aponta que a Igreja Católica tinha grande influência sobre o que ela chamou de “cultura sexual” na escola, em que se criou um grande clima de opressão sexual, pânico da masturbação, ênfase no pudor, o tom apocalíptico das

prédicas. A autora relata que até o Concílio Vaticano II, o ensino católico era pautado na segregação sexual nas escolas, em que o discurso formal sobre a sexualidade era negado. A abordagem que ligava a sexualidade ao pecado era protagonizada em livros de editoras católicas.

Rosemberg (1985) aponta para o fato de ter havido já nessa época certa mobilização em relação aos filmes e espetáculos que rompessem com as barreiras repressivas da sexualidade, sendo vítimas das campanhas da igreja que alcançavam as autoridades políticas, influenciando-as. A autora aponta que após o Concílio Vaticano II, houve mudanças no ambiente educacional tutelado pela igreja. Ela enfatiza a coexistência de seguimentos distintos na religião católica que assumem posições diversas em relação à sexualidade, e na década de 1960 alguns colégios católicos criaram programas de Educação Sexual.

Desde a década de 1930 programas de Educação Sexual estavam nas escolas, como o exemplo do Colégio Batista do Rio de Janeiro com o professor Stawiarski, que sofreu sanções da própria escola, acusado de comportamento imoral durante as aulas. O Colégio abriu processo trabalhista e o professor foi demitido por volta de 1954. A punição de Stawiarski é um dos exemplos de reação contra iniciativas pioneiras para a Educação Sexual sistemática. A reação contrária às ações do professor e a denúncia por comportamento imoral, ressalta o caráter restrito para esse campo (BARROSO; BRUSCHINI, 1982).

As escolas públicas desde a década de 1960 encabeçaram essa discussão ao ponto de podermos afirmar que produziram as experiências mais significativas nesse campo. Cidades como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo tiveram ações relevantes de Educação Sexual. Mas foi nessa década, considerada fértil para a discussão, que houve um recrudescimento devido à mudança de governo. E a igreja conseguiu fazer-se presente nesse espaço e defender seus valores, ligados a uma verdade cristã.

O projeto de Lei da deputada Júlia Steinbuch apresentado em 1968, que propunha a Educação Sexual no 1º e 2º Grau (ensino fundamental e médio), teve um desfecho negativo, tanto devido ao período marcado pela ditadura que carregava valores morais, como a participação de instâncias da igreja. Fato esse que podemos observar na composição dos argumentos contrários a propostas da Deputada na comissão de Moral e Civismo, que foi encaminhado para essa comissão julgar, concomitante à tramitação de seu projeto na Assembleia. Essa comissão dispunha

de três conselheiros, entre eles um Padre, Francisco Leme Lopes, que recebeu destaque da imprensa por seus pareceres (ROSEMBERG, 1985).

O Padre posicionava-se contrário, endossado pelo posicionamento de outro padre (Leonel Franca): “parece-nos de capital importância excluir qualquer iniciação sexual feita coletivamente nas escolas” [...] “Em nome da higiene, da pedagogia e da moral julgamos que se deve excluir dos programas de ensino uma iniciação coletiva feita nas escolas públicas” (ROSEMBERG, 1985, p. 14).

O Almirante Benjamim Sodré, baseando seu parecer nas condutas dos escoteiros, sugeria que “a educação sexual deveria ser substituída por educação da pureza” (ROSEMBERG, 1985, p. 14) enfatizando que a “inocência é a melhor defesa para a pureza e castidade”. O General Moacir Araújo Lopes se posicionava favorável aos outros pareceres, proferindo a frase “Não se abre à força um botão de rosa, e, sobretudo, com as mãos sujas”, que sintetiza seu pensamento (ROSEMBERG, 1985, p. 14).

Dessa forma, o processo foi engavetado e a Educação Sexual tão promissora nos anos 1960 passou a ser vigiada atentamente para que não adentrasse na escola. Como o período já estava marcado por uma intensa tensão e vigia, Rosemberg (1985) argumenta que as autoridades educacionais no período faziam o papel de guardiães da moral dos alunos.

A participação da igreja nas decisões sobre a Educação Sexual faz retornar à questão da “Ideologia de gênero” no PNE (2014-2024), em que a igreja teve papel tão relevante quanto nesse período. Embora as circunstâncias sejam outras, a Igreja Católica não tenha o mesmo poder sobre a educação como naquela época e outras religiões tenham se somado à discussão, o nosso destaque se dá na presença que a vertente religiosa ainda possui em relação à sexualidade na escola.

A atualidade, ousado dizer, ainda se caracteriza pelo mesmo freio apontado por Rosemberg (1985), pois a interferência em relação ao PNE (2014-2024) aponta os limites da abordagem na escola, em que, evidenciamos nessa pesquisa, os maiores propagadores de matérias vinculadas a tratar gênero como o viés pejorativo atribuído à “Ideologia de gênero”, são de setores religiosos. O PNE (2014-2024) desponta com maior evidência, todavia casos de interferência na Educação Sexual no ambiente escolar já eram presenciados antes das proporções dadas pelo PNE.

Anami e Figueró (2009) relatam o caso de uma professora, que em outubro de 2004, abordava a temática da Educação Sexual com os alunos da 4ª série do ensino fundamental, em uma escola Municipal da cidade de Londrina (PR). A

professora foi acusada por radialistas de uma emissora de rádio de “estar ensinando atitudes pornográficas”. O caso chegou à mídia por intermédio dos pais da aluna que frequentavam uma igreja pentecostal. Termos de baixo calão foram usados para desacreditar a escola e a professora. Os pais não procuraram a escola, pelo contrário, optaram em tornar público o caso pela mídia. O desfecho dessa história, felizmente, tomou proporções de conscientização sobre a Educação Sexual, com o apoio da direção e da Secretaria Municipal de Educação de Londrina.

Embora a finalização desse relato tenha sido positiva não podemos deixar passar que o viés religioso está impregnado na família a ponto de interferir no conteúdo pedagógico. Autoras contemporâneas como Figueró (1998) e Furlani (2008) apontam a presença da religião na Educação Sexual sistemática, e referem-se a uma abordagem religiosa como uma das formas de Educação Sexual presentes nesse ambiente.

Figueró (1998) destaca que o sentido tradicional da abordagem religiosa é a formação do cristão submetida às normas da igreja e/ou às mensagens bíblicas. A autora distingue entre uma abordagem religiosa tradicional de característica mais conservadora, totalmente submissa às regras, e uma questionadora, que tenta se adaptar às mudanças culturais, histórica, política e econômica e reconhece as contribuições da ciência, com seus limites. Na abordagem religiosa libertadora, ainda que haja a preocupação com os valores cristãos, a educação é percebida como instrumento de transformação social; há o reconhecimento, ainda, de que a doutrina é controladora e repressiva e que não estaria em consonância com o momento histórico.

Já Furlani (2008) indica somente a abordagem religiosa ligada à postura radical, em que essa é regida pelo apego às interpretações literais da Bíblia, usando o discurso religioso como uma verdade incontestável. Para a autora, esse tipo de educação está presente em instituições e/ou escolas religiosas, que tratam da vida sexual e afetiva em encontros coletivos. Ela reconhece ainda que esse tipo de abordagem ataca a homossexualidade e investe na manutenção da família patriarcal como modelo.

Furlani (2008) cita um dos documentos analisados nessa tese, de 2004, “Carta Aos Bispos Da Igreja Católica Sobre A Colaboração Do Homem E Da Mulher Na Igreja E No Mundo”, e ressalta o posicionamento contrário da igreja frente ao feminismo que teria levado ao aparecimento de novas ideologias, questionando o modelo familiar pautado no masculino e feminino, mitigando a homossexualidade e a

compreensão da multiplicidade sexual. A autora destaca que no Brasil há tanto a presença de igrejas evangélicas como comunidades católicas de cunho fundamentalistas, que se apegam à interpretação literal da Bíblia como inquestionável.

Em conjunto com a abordagem religiosa radical, a moral tradicional e a terapêutica caminham em consonância, segundo Furlani (2008), uma vez que há aproximações históricas.

A Abordagem Moral Tradicional está ligada a princípios de uma moral tradicional ligada à contenção da sexualidade, em que os ensinamentos promovidos pela escola entrariam em divergência com o dos pais e mães em casa, destoando da doutrina de valores morais tradicionais recebidos no lar. Nessa abordagem, existe privação de informação aos/as estudantes, pois os conteúdos que poderiam ser trabalhados passam pelo crivo da família que julga se é ou não importante.

A abordagem Terapêutica: busca causas explicativas para as vivências sexuais consideradas “anormais” ou para “problemas sexuais”, afirmando ser capaz de curar as pessoas. Essa abordagem está voltada ao caráter psicológico do sujeito e acredita ser capaz de curar a homossexualidade. A autora ressalta o uso dessa abordagem por igrejas que prometem a cura aos fiéis em relação à homossexualidade.

A identificação da presença da Educação Sexual ligada à abordagem religiosa só corrobora com o fato de ela estar presente nas discussões dessa também no ambiente escolar. No caso do PNE (2014-2024) e a divulgação do discurso de “Ideologia de gênero”, a sua vinculação com a Educação Sexual também ocorreu.

O “vale tudo” da educação sexual e da ideologia de gênero: Para destruir a lei natural dos corações humanos, nada melhor do que começar com a infância: quanto mais cedo as mentes humanas recebem as ideias, tanto mais elas se arraigam e mais difícil se torna tirá-las (EQUIPE CHRISTONIHILPRAEPONERE, 2015).

Esse é o título, embora extenso e não possua características de título, de uma matéria divulgada em alguns sítios no ano de 2015, e produzida pela Equipe ChristoNihilPraeponere, cujo endereço eletrônico é vinculado ao sítio do Padre Paulo²⁹. A “Ideologia de gênero” é apresentada e colocada com a Educação Sexual ao seu lado, como um somatório das dificuldades encontradas. A Educação Sexual está no topo, pois já era constantemente debatida e motivo de preocupação por

²⁹ <https://padrepauloricardo.org/blog/o-vale-tudo-da-educacao-sexual-e-da-ideologia-de-genero>

³²Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>.

parte da igreja, como assinala a abordagem da Educação Sexual religiosa identificada pelas autoras citadas.

O posicionamento defendido por alguns segmentos da igreja articula as três abordagens identificadas por Furlani (2008), uma vez que em relação à “Ideologia de gênero” elas se articulam, com a defesa da família e de uma moral tradicional, bem como nos discursos mais progressistas acolhem os homossexuais, desde que esses se abstenham de sua sexualidade. A “cura” da homossexualidade é pregada por alguns segmentos religiosos e terapêuticos, e creditados por famílias tradicionais que não aceitam orientações sexuais que não a heterossexual.

Como já argumentado em momentos anteriores, a homossexualidade é uma das preocupações em relação à difundida “Ideologia de gênero”. Na matéria da Acidigital (2013), o título traz a preocupação com a homossexualidade: “Senado vota esta semana projetos de lei que favorece ideologia de gênero e homossexualismo”.

Defensores da vida e da família brasileiros estão pedindo com caráter de urgência à comissão de direitos Humanos do senado o arquivamento do PLC 122, projeto de lei que criminaliza manifestações contra o homossexualismo como “homofobia” e à totalidade dos senadores que rejeitem o substitutivo do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) que inclui a igualdade de gênero como diretriz do Plano Nacional de Educação, que exporá estudantes ao conceito que desconstrói a identidade humana como homem e mulher e conseqüentemente a noção fundamental de família. Segundo os líderes cristãos autores dos pedidos ao senado, o PLC 122, de autoria do Partido da Presidente Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores (PT), corre sob o disfarce de combater a homofobia, mas introduz os conceitos de gênero e orientação sexual na legislação brasileira infringindo até mesmo o direito de liberdade religiosa (ACIDIGITAL, 2013).

A referida matéria versa sobre o PNE (2014-2024) e sobre outro Projeto de Lei de nº 122³² que altera a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (SENADO FEDERAL, 2017, *online*).

Na prática, o PL 122/06 tem por objetivo definir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. É popularmente chamada de “lei da homofobia” e que de tempos em tempos entra para o debate. Atualmente o PL encontra-se arquivado pelo final da legislatura da deputada proponente, Deputada Federal Iara Bernardi (PT/SP).

A matéria denota a preocupação de segmentos religiosos em relação à homossexualidade e ao gênero sob o pretexto de estarem ferindo a liberdade religiosa. A matéria coloca-os como defensores da vida e da família e, circunstancialmente, os proponentes e apoiadores da causa contrária, da PL 122/06,

do gênero e da orientação sexual no PNE (2014-2024), são apontados como aqueles que estão querendo destruir a vida e a família.

O argumento utilizado recorrente em relação ao discurso de “Ideologia de gênero” é o de que ele acabaria com a noção de homem e mulher, destruindo a identidade humana. Há um campo de batalha aberto em disputa, em que a população LGBTI está em constante ataque.

No tocante da escrita dessa tese recebemos a notícia que no dia 15 de setembro de 2017,

o juiz federal da 14ª Vara do Distrito Federal Waldemar Cláudio de Carvalho concedeu liminar que abre brecha para que psicólogos ofereçam a terapia de reversão sexual, conhecida como ‘cura gay’, tratamento proibido pelo Conselho Federal de Psicologia desde 1999. A decisão atende a pedido da psicóloga Rozângela Alves Justino em processo aberto contra o colegiado, que aplicou uma censura à profissional por oferecer a terapia aos seus pacientes. Segundo Rozângela e outros psicólogos que apoiam a prática, a Resolução do C.F.P. restringia a liberdade científica (VASSALLO, 2017).

Nesse caso, a junção tanto da abordagem terapêutica como da religiosa, pois a beneficiária da causa em questão está vinculada à igreja.

A liminar concedida por Carvalho atende, de forma parcial, a uma ação movida contra o CFP por Rozangela Alves Justino, que pedia a suspensão das regras do órgão. Psicóloga de formação e missionária, como define em seu blog, seu registro profissional foi cassado em 2009 porque ela oferecia pseudoterapias para curar a homossexualidade masculina e feminina. Naquele ano, às vésperas de seu julgamento, ela chegou a dizer que pessoas têm atração pelo mesmo sexo "porque foram abusadas na infância e na adolescência e sentiram prazer nisso". Também afirmou que "o movimento pró-homossexualismo tem feito alianças com conselhos de psicologia e quer implantar a ditadura gay no país". Por fim admitiu: "Tenho minha experiência religiosa que eu não nego. Tudo que faço fora do consultório é permeado pelo religioso. Sinto-me direcionada por Deus para ajudar as pessoas que estão homossexuais" (BETIM, 2017).

O Conselho de Psicologia já penalizou outras psicólogas por tais vinculações e posiciona-se contrário a qualquer tentativa de cura da homossexualidade. A liminar foi movida por uma ação popular contra a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que dita condutas a serem seguidas pelo profissional de psicologia em relação à orientação sexual, principalmente não patologizando a homoafetividade.

O desfecho dessa decisão ainda não é de conhecimento, mas entidades se posicionaram contrárias ao posicionamento do jurista, pois a homossexualidade

deixou de ser considerada doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde a década de 1990.

Em meio a essa infinidade de acontecimentos, como não falar em Educação Sexual na escola? Como ficar alheia a todos esses casos que impactam diretamente na educação? Ao que tudo indica o avanço do conservadorismo tem alcançado proporções que interferem nos processos de inclusão a partir da Educação Sexual.

5.3 EM NOME DA FAMÍLIA

Em “nome da família”, a igreja se posiciona contra os estudos de gênero. Essa relação intrínseca entre família e religião faz com que a Educação Sexual sofra pelos desmandes de ambas. No entanto, o que é essa instituição família? E porque precisa ser tão defendida? Em que consiste sua fragilidade, que merece tantas atenções em seu entorno? E por que tudo em nome da família? Sumariamente, a instituição a ser defendida é a família patriarcal, que tem em sua composição um modelo nuclear, baseado em pai, mãe e filhos/as, em que cada membro tem sua função na família.

No último texto selecionado do Quadro 1 - Ideologia de gênero, *Discurso de Natal à Cúria Romana: Bento XVI fala sobre a “profunda falsidade” da ideologia de gênero e o diálogo*, Papa Bento XVI deixa claro qual o modelo de família a ser defendido.

Num tratado cuidadosamente documentado e profundamente comovente, o rabino-chefe de França, Gilles Bernheim, mostrou que o ataque à forma autêntica da família (constituída por pai, mãe e filho), ao qual nos encontramos hoje expostos – um verdadeiro atentado –, atinge uma dimensão ainda mais profunda. Se antes tínhamos visto como causa da crise da família **um mal-entendido acerca da essência da liberdade humana, agora torna-se claro que aqui está em jogo a visão do próprio ser**, do que significa realmente ser homem (Bento XVI, 2012).

Nessa concepção, falar em gênero e emancipação da mulher é acabar com as bases dessa família patriarcal, e conseqüentemente com a crença na igreja, destacando a católica aqui, que é fundada na ideia de família em que se tem um Deus que é Pai, Filho e Espírito Santo. Nessa representação da família, a figura da mulher fica submetida à passividade da esposa e mãe. Mas essa função é ressaltada como a mais importante, pois à mulher cabe a harmonia e a responsabilidade pela manutenção do lar.

Entretanto, agora na preocupação exposta é destacado que, se antes existia um conflito em relação à liberdade que gerava um problema na família (ou seja, a emancipação da mulher e a busca por sua liberdade e desprendimento do mundo privado a ela), essa não é mais a grande preocupação, mas sim o ataque à essência humana carregada no conceito de homem e mulher.

A partir dessas discussões, verificamos porque a Educação Sexual que contemple gênero e diversidade é questionada no ambiente escolar. Voltemos então para a Educação Sexual e o atravessamento da família nesse conhecimento escolar. Como na primeira ponderação sobre a religião aqui também a história nos conduz por um caminho marcado por interferências quando essa não condizia com os valores defendidos na família (patriarcal). A religião só ganha esse respaldo, por conta do apoio da família a suas crenças. Dessa forma, a interferência realizada pela família na escola, por vezes, está submetida a dogmas religiosos. Sabendo dessa associação da Educação Sexual no âmbito familiar e que não é a mesma da realizada pela escola, tal educação desde as primeiras tentativas de implementação revela uma disputa de paradigmas e de disputas de concepção nesse espaço.

No início do século quando a Educação Sexual passou a ser defendida por segmentos distintos da sociedade, incluindo médicos higienistas, feministas e educadores, a escola passou a ser direcionada a cumprir o papel de educadora sexual. A separação entre o conhecimento da família e da escola foi distinguida, pois havia a ressalva quanto à capacidade dos pais educarem adequadamente para a sexualidade, papel esse que seria bem desempenhado por educadores sexuais, que assumiriam uma postura mais científica e menos moral do que a família.

No Congresso Nacional de Educadores, de 1928, os delegados concordaram que os pais eram incapazes de proporcionar uma Educação Sexual adequada e aprovaram uma declaração defendendo a adoção de programas de Educação Sexual nas escolas para crianças de onze anos ou mais (BESSE, 1999, p.140). Nesse momento podemos presenciar um campo de divergências aberto, travado entre as duas instituições, família e escola.

Na verdade, a educação sexual nunca foi instituída nas escolas, graças à oposição tanto dos pais quanto da igreja. O dr. Albuquerque especulou, em 1933 que qualquer diretor de escola que tentasse dar início a um curso de educação sexual seria imediatamente obrigado a fechar a escola pelos pais temerosos que imaginavam que seus filhos regressariam para casa “impuros e corrompidos” (BESSE, 1999, p.140).

Besse (1999) cita a interferência do padre Pascoal Lacroix como interlocutor do Papa Pio XI, em 1929, que defendia a Educação Sexual somente sob a administração dos pais ou pela igreja. Nessa argumentação residia que a Educação Sexual não era um problema científico, mas moral, em que o treinamento da vontade era maior do que o conhecimento anatômico. Nas proposições do Padre, a sexualidade não deveria ser estimulada precocemente, uma vez que ela só despertaria na adolescência.

Essa interferência religiosa na concepção das famílias consequentemente leva a família a interferir sobre o conteúdo proposto pela escola, no sentido de resguardar sua honra, sob forte influência da religião e sua moral.

Barroso e Bruschini (1982) relatam que, na década de 1960, houve muitas ações voltadas para a Educação Sexual, no entanto elas também mostram a finalização de algumas incursões da temática por interferência dos pais. Como o exemplo do colégio mineiro que desenvolveu trabalhos com a Educação Sexual no ano de 1963 e após três anos foi interrompido por reação contrária dos pais dos alunos. Outros casos de exoneração da diretora, expulsão de alunos e suspensão de professores são relatados no colégio André Maurois no Rio de Janeiro, em que a Educação Sexual tomou proporções grandes em um clima de liberdade para tratar abertamente de temas ligados à sexualidade.

Há o caso, relatado por Rosemberg (1985), de um processo que ocorreu em São Paulo, em 1973, em que um pai de aluna manifestou-se contrário ao trabalho que a escola desenvolvia com a 6ª série, na leitura do livro *O Caneco de prata*. O pai exigiu que a escola parasse com o trabalho do livro. Mas a escola não acatou a reivindicação. No entanto, o pai denunciou a professora que passou a responder inquérito.

Os chamados órgãos de segurança ficaram de olho na escola – gente lá dentro revirando arquivos, pressões variadas sobre as atividades criativas dos alunos em disciplinas como expressão corporal. A escola me demitiu em dezembro. [...] Durante ano de 1973, rolaram muitos interrogatórios, um ‘processo’ que trazia meu nome na capa [...] (ROSEMBERG, 1985, p. 14).

O processo contra a professora se estendeu até o ano de 1975, sendo ela considerada culpada. Esse exemplo demonstra como o papel da família como vigilante atua na escola em defesa da moral e da honra familiar, apoiado ou não por argumentos religiosos.

Recorremos novamente ao exemplo exposto anteriormente por Anami e Figueró (2009), em que a ação direta da família interferiu no andamento das aulas

na escola, pois a intenção da professora que foi de emprestar o livro para os alunos (a coleção *Sexo e Sexualidade*) foi interrompida pelos pais, quando não devolveram o livro à escola. A ação da escola foi de entrar em contato com os pais, telefonar, mandar carta pedindo a devolução do material e o comparecimento para esclarecer o assunto, mas sem resposta.

Esses relatos em épocas distantes nos mostram como a interferência da família no ambiente escolar está muito presente, principalmente quando o assunto é sexualidade. Na discussão sobre “Ideologia de gênero”, os argumentos principais utilizados são referentes à defesa da família, e uma suposta destruição dessa instituição.

Como exemplo podemos citar o livro de Jorge Scala³⁰, *Ideologia de gênero: neototalitarismo e a morte da família*, que recebeu uma grande propaganda sobre ele e foi amplamente divulgado no Brasil a partir de 2012, ano em que foi lançado. Em nossas buscas nos sítios, a referência ao livro está entre as matérias que mais foram reproduzidas.

Em relação ao livro, se destaca o título, *Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família*, isso porque o título da publicação, fora do Brasil foi, *La Ideología del género: El género como herramienta de poder*³¹, publicado em 2010, mais adequado para o conteúdo, pois em cada um dos cinco capítulos versa sobre gênero e a incorporação desses estudos na sociedade.

O porquê do título ser totalmente modificado não está claro em nenhuma das nossas buscas. Mas esse período coincide com a votação do PNE (2014-2024) em que a família foi um dos principais argumentos utilizados para pedir a não inserção da temática gênero e orientação sexual na escola. As duas matérias que traziam no título “família”, estão entre as três que mais foram reproduzidas: *Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família*, três vezes, e *Ideologia de gênero pretende destruir a família e a sociedade, adverte perita argentina*, duas vezes.

O livro supracitado chegou ao Brasil por intermédio da Igreja católica. A editora responsável por sua publicação, Katechesis, de acordo com palavras do presidente da própria instituição (retirada do sítio da editora), lançou a publicação “como uma maneira de levar conhecimento para os católicos”³² (NERI, 2017).

A divulgação desse livro no Brasil, em 2012, foi bastante difundida, e pode ter contribuído para a ampliação e divulgação do termo “Ideologia de gênero” no Brasil.

³⁰ Referenciado como advogado pró-vida, pelo sítio Zenit. O livro lançado no Brasil reverte todo dinheiro da venda ao movimento Pró-vida do Brasil.

³¹ *A ideologia do gênero: O gênero como ferramenta de poder.*

³² <http://katechesis.com.br/content/6-a-editora>

Toda essa discussão envolvendo o discurso de “Ideologia de gênero” e a relação tênue entre família e escola, também serviu para o revigorar de algumas outras discussões como o caso da discussão da “Escola Sem Partido”, iniciativa criada desde o ano de 2004.

A “Escola Sem Partido” foi proposto por Miguel Nagib, coordenador articulador das ações em nome desse movimento. Atualmente tramita no senado um projeto Lei do nº 193, de 2016, com autoria do Senador Magno Malta (PR/ES). Esse projeto inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o “Programa Escola sem Partido”³³.

Os idealizadores do projeto mantêm duas páginas na internet “Escola sem Partido”³⁴, em que detalham quais as proposições do movimento e o projeto de lei que querem aprovar. A atuação deles definida na página apresenta projetos de lei em âmbito federal, estadual e municipal.

Na página da organização eles se definem como movimento:

EscolasemPartido.org é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo [...] (**NAGIB**, 2017).

Já na página do projeto de lei, eles realçam o caráter intervencionista do projeto.

O Escola Sem Partido se divide em duas vertentes muito bem definidas, uma, que trabalha à luz do Projeto Escola Sem Partido, outra, o uma associação informal de pais, alunos e conselheiros preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior (**NAGIB**, 2017).

Em um de seus objetivos, dão suporte aos pais para que interfiram no ambiente escolar caso sintam-se desrespeitados moralmente.

- pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas
- pelo respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes
- pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (**ESCOLA SEM PARTIDO**, 2017).

³³ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>

³⁴ <https://www.programaescolasempartido.org/>; <http://escolasempartido.org/>

No sítio também está disponível uma ação extrajudicial, composta de vinte e dois elementos, das quais, destacamos o início, o final e alguns pontos relativos à Educação Sexual:

Prezado Professor,

1. Na condição de pai de um dos seus alunos, dirijo-me a Vossa Senhoria para comunicar-lhe formalmente, em caráter premonitório, algumas de minhas apreensões e exigências relativamente à educação do meu filho. Faço-o de forma anônima para que ele não venha a sofrer nenhum tipo de represália.[...]

[...] 14. Isto se aplica de modo especial ao campo da sexualidade humana, onde praticamente tudo é objeto de regulação estrita por parte da moral. Tome-se, por exemplo, a relação de temas cuja abordagem é sugerida ilegalmente pelo MEC, no caderno de orientação sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais: masturbação, homossexualidade, hermafroditismo, transexualismo, aborto, prostituição, erotismo, pornografia, desempenho sexual, disfunções sexuais, parafilias, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e questões de gênero. Ora, é praticamente impossível a um professor discorrer sobre esses assuntos em sala de aula, sem acabar afrontando, de uma só vez, o princípio da laicidade do Estado, a liberdade de consciência e de crença dos alunos e o direito dos seus pais a que eles recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.[...]

[...] 18. Sirvo-me, pois, da presente para NOTIFICÁ-LO a abster-se de praticar, no exercício de suas funções, pessoalmente ou por intermédio de material didático ou paradidático cuja utilização seja imposta aos estudantes, as seguintes condutas: [...]

g) imiscuir-se, direta ou indiretamente, na orientação sexual dos alunos;

h) adotar, promover, aplicar ou, de qualquer forma, submeter os alunos aos postulados da teoria ou ideologia de gênero. [...]

[...] 22. Uma cópia desta notificação está sendo encaminhada à direção do (nome da instituição de ensino), que responderá solidariamente pela reparação dos danos que Vossa Senhoria porventura vier a causar, no exercício de suas funções (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017).

Podemos perceber que a Educação Sexual é uma das vertentes a ser combatida pelo movimento “Escola sem partido”. O sítio, em dezembro de 2013, ano em que as discussões sobre o PNE (2014-2024) avançavam, postou um artigo escrito pelo criador do programa, Miguel Nagib, *Quem disse que Educação Sexual é conteúdo obrigatório?*³⁵. O artigo assemelha-se com as demais postagens do movimento, versando sobre a Educação Sexual, como afronta à moral da família.

As implicações da relação entre família e escola quando o assunto é a Educação Sexual é a não efetivação desse campo de diálogo, em que o jogo discursivo a coloca em um lugar de interdição. De tempos em tempos novas conjunturas propiciam para que o conflito retorne. O poder estatal com seu *status*

³⁵ Disponível em: <http://escolasempartido.org/educacao-moral/442-quem-disse-que-educacao-sexuale-conteudo-obrigatorio>

legal e o discurso jurídico poderiam auxiliar nessa discussão? Politicamente o Estado necessita responder a demandas nesse campo, entretanto, muitas vezes essas têm um caráter sexuado e não ampliam o debate.

5.4 EM NOME DO ESTADO

O papel do Estado na Educação Sexual sistemática no Brasil é marcado por um viés eugênico e higiênico, em que a sua preocupação principal consistiu no melhoramento da raça e no tratamento de doenças no início do século XX. Esse período também tem uma característica peculiar a essa discussão: a eleição da família como responsável pela formação da sociedade em bases firmes e saudáveis.

Besse (1999) argumenta que de 1910 até 1940 havia um consenso entre os intelectuais e profissionais do Brasil, de que o triunfo da civilização e do progresso dependia da salvação da família. Margareth Rago (1985) aponta que o modelo industrial no início do século XX tinha um caráter paternalista, ligado à imagem da família para pensar a fábrica, sugerindo que as relações entre patrões e operários seriam tranquilas e sem conflitos, uma harmonia presente nos alicerces da família. Entretanto, os operários criticavam violentamente essa representação.

Tanto Besse (1999) como Rago (1985) fazem referência a um período de mudanças no Brasil, em que há o aumento da industrialização nos centros urbanos. Ambas também apontam como a família foi usada pelo estado e pelo sistema fabril como alicerces para a sociedade, em que uma família “bem estruturada” e “sadia” seriam a base da mesma. Nessa argumentação o papel da mulher é reivindicado à figura doméstica.

Rago (1985, p.61) chama de modelo imaginário de família este criado pela sociedade burguesa, pois visava instituir hábitos moralizadores, costumes regrados para ser contraposto a uma modelo de práticas populares promíscuas e antihigiênicas, “na lógica do poder significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir” (idem). Não foi por acaso que entre os anos de 1920 a 1950 programas sistemáticos de Educação Sexual foram realizados para toda a população brasileira, por meio de mídia radiofônica jornalística, jornal impresso, boletins e programas médicos específicos, no intuito de educar sexualmente toda a população.

No ano de 1964 a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” entre outras, demonstraram que a família foi usada como forma de “proteção do Brasil”, em

relação ao movimento que impediu a posse de João Goulart (popularmente conhecido como Jango) e que deu início ao período ditatorial no Brasil. A grande ameaça considerada naquele momento era o comunismo, destacando-se o caráter moralizador desses discursos. Pois o que estava em jogo eram as mudanças propostas pelo governo de Jango, que mexia diretamente com a classe média e política da época, reformas em âmbito administrativo, jurídico, econômico e agrário não agradavam a essa parcela da população, chocando-os com a proposta de divisão de bens e terras (ARAÚJO, 2017).

As marchas tiveram como grandes articuladores setores ligados à igreja Católica e a movimentos femininos de caráter conservador, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), a União Cívica Feminina (UCF), a Fraterna Amizade Urbana e Rural, que receberam o apoio de parlamentares e industriais (LAMARÃO, 2017).

Uma curiosidade interessante é o fato das duas principais organizações que fomentaram o movimento, a União Cívica Feminina (UCF) e a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), serem patrocinadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o Ipes. Essa instituição foi fundada por empresários paulistas e cariocas, em 1961, pouco tempo após a conturbada posse de Jango, sendo que seu presidente era o general Golbery do Couto e Silva, o que revela a interação dos militares a um movimento que era aparentemente civil (BABITOSTE, 2011).

A marcha acabou dando força para a ação dos militares que entenderam o movimento como apoio à intervenção. Contudo, o que salientamos nesse ocorrido é que mais uma vez a família foi eleita como protagonista do discurso, juntamente com o viés religioso e com todo respaldo do Estado. Esse fato talvez não tivesse nos incomodado nessa discussão se não fosse a reedição dessa marcha no ano de 2014, em uma celebração comemorativa dos cinquenta anos de sua composição.

Coincidentemente, novamente temos a eleição da família como algo a ser protegido no discurso da "Ideologia de gênero". A marcha comemorativa ao seu cinquentenário ocorreu em São Paulo no dia 22 de março de 2014, mesmo período em que a votação do PNE (2014-2024) caminhava para a sua finalização. Mas também em uma onda contrária ao governo da Presidenta Dilma e ao governo do PT.

[...] Um vendedor de softwares de 23 anos chamado Moisés afirmou que não pede uma ditadura militar, mas uma revolução em defesa de Deus, da pátria e da família. No entanto, exaltou o golpe de 1964. "Ninguém pediu o exército em 64. Na época teve uma intervenção lícita. A revolução foi gloriosa" [...]

[...] Franco disse que a marcha surgiu da necessidade de mostrar a insatisfação “com tanto descaso, com tanta corrupção”. “A gente está cansado de viver num país em que a educação e outros serviços básicos não são no padrão Fifa”, disse. Outra motivação, segundo ele, é contar a história “verídica” do país e escondida nas escolas, na opinião do grupo. “[O presidente] João Goulart estava agindo de má fé contra o povo brasileiro, expropriando terras particulares, dizendo que era reforma agrária”, defende.

Desta vez, a ameaça comunista no Brasil é representada pelo PT. Franco cita o financiamento feito pelo BNDES para a construção do porto de Mariel em Cuba como uma prova da aproximação do governo Dilma Rousseff com os ideais comunistas. O porto foi inaugurado em janeiro com a presença da presidente [...] (PINHO; SANTIAGO, 2014).

O motivo de reviver a marcha pelas famílias novamente está relacionado com a insatisfação da classe média com o governo e uma suposta ameaça comunista. No entanto, também está relacionada ao crescente conservadorismo que elege novamente a família como algo a ser defendido. Destaca-se nessa discussão que tanto na primeira ocorrência como na segunda, as marchas pela família tiveram motivações políticas e o respaldo do Estado: se a primeira contribuiu para a consolidação da ditadura militar; na segunda ela contribuiu no processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff.

Fato a ressaltar nesse embate é como o Estado elege para si essa figura de família com a falsa pretensão de proteção ao povo, de cuidado e zelo pela população, mas que, no entanto, está pautado em seu próprio interesse de consolidação de alguns grupos no poder.

Outro fator que nos leva a essa leitura de conjuntura é o fato de ser levado ao congresso e aprovado por eles o Estatuto da Família no qual há como definição de que família corresponde à união entre um homem e uma mulher. O projeto foi apresentado pelo Deputado Anderson Ferreira - PR/PE em 16 de outubro de 2013 e tramitou até o ano de 2015, ano em que foi aprovado pela comissão especial e agora está em tramitação no Senado Federal³⁶. O primeiro artigo do estatuto, reproduzido abaixo:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Família e dispõe sobre os direitos da família, e as diretrizes das políticas públicas voltadas para valorização e apoio à entidade familiar (BRASIL, 2017).

O Estatuto realça o apoio do Estado em políticas públicas de valorização dessa instituição familiar, proposta nos rigores do Estatuto. A definição de quem receberia essas honrarias vem a seguir:

³⁶ Para maiores informações, consultar o sítio: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242>>

Art. 2º Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (BRASIL, 2017).

Essa definição de família vem atender aos interesses de uma parcela da população que se enquadra no modelo de família composta por homem e mulher, excluindo a população - os LGBTs, mães e pais que criam os filhos sozinhos, quem não tem pai ou mãe, órfãos, enfim, todos os que não se enquadram na limitação do estado. Na sequência, ele apresenta o dever do Estado para com a família:

Art. 3º É obrigação do Estado, da sociedade e do Poder Público em todos os níveis assegurar à entidade familiar a efetivação do direito à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania e à convivência comunitária [...] (BRASIL, 2017).

Foucault (1988) direciona-nos a pensar como fomos levados a nos reconhecer como elemento de uma entidade social, como parte de uma nação ou de um Estado. Remete-nos a pensar o poder do Estado em relação ao cuidado com a vida do indivíduo, citando a obra de J.P. Frank, o primeiro programa sistemático de saúde pública, lançado em 1779. Nesse livro, do autor citado, discutia-se como a administração deveria fazer para garantir o abastecimento geral, a moradia, a saúde pública, ou seja, o cuidado com a vida passou a ser um dever do Estado.

Foucault (1988) mostra que os programas do Estado em relação ao bem estar do indivíduo desenvolveram-se em momentos de maior caos social, como por exemplo, a Revolução Francesa e a Segunda Guerra Mundial. “A garantia da vida faz dupla com uma sentença de morte” (FOUCAULT, 2006, p. 303). Para o autor, o Estado assume o papel de cuidado com os indivíduos, mas sua lógica gira em torno da “razão do estado” que está relacionada a uma natureza e uma racionalidade própria. Ou seja, a finalidade do governo é fortalecer o Estado. No intuito de compreender o progresso e o desenvolvimento da racionalidade política moderna ele lança algumas ideias.

A primeira ideia se refere à prática política e ao saber político. Nela se destaca a figura do político, que deve ser dotado de um saber político específico e deve responder por seus atos perante aos outros. O Estado é percebido como “uma coisa que existe por si”, devendo ser governado para ser forte perante aos outros. A segunda ideia trata da relação entre política e história e as tentativas de fortalecimento do Estado tendo outros como rivais. “A partir de então, a política deve lidar com uma irreduzível multiplicidade de Estados que lutam e rivalizam em uma

história limitada” (FOUCAULT, 2006, p. 308). A terceira ideia é em relação ao fortalecimento permanente do Estado que deixa clara a despreocupação com o indivíduo, só se interessando por ele quando ele representa algum benefício - “o indivíduo interessa ao Estado unicamente quando ele pode fazer alguma coisa pelo poderio do Estado” nesse sentido “o indivíduo apenas existe quando ele promove diretamente uma mudança, mesmo que mínima (...) seja positiva ou negativa” (FOUCAULT, 2006, p. 308).

A partir do que chamou de nova racionalidade política, Foucault analisa a polícia como uma técnica de integração do sujeito ao social. A polícia da qual ele trata não apresenta semelhanças com a que conhecemos na atualidade (ele trabalha em duas perspectivas: a francesa (police) e alemã (polizei)), trata-se de uma nova tecnologia de governo que Foucault trabalha em três fases: a utopia, a prática, a disciplina acadêmica.

Na utopia o ser humano e as coisas são considerados em sua relação, ele deve ser um ser vivo ativo, produtivo, de quem a polícia cuida. Na prática, a missão da polícia é que “homens sobrevivam, vivam, façam mais do que simplesmente sobreviver ou viver”. Sendo que a felicidade dos indivíduos está atrelada à necessidade de sobrevivência do Estado, a felicidade torna-se um elemento do poderio do Estado. Enquanto disciplina acadêmica (Polizeiwissenschaft) era ensinada nas universidades. No século XVIII a população tornou-se o objeto da Polícia.

Ele exerce seu poder sobre os seres vivos como seres viventes, e sua política é, em consequência, necessariamente uma biopolítica. Sendo a população apenas aquilo que o estado cuida, visando é claro ao seu próprio benefício, o Estado pode, ao seu bel prazer, massacrá-la. A tanatopolítica é, portanto o avesso da biopolítica (FOUCAULT, 2006, p. 316).

O autor parte da ideia de que o Estado, por meio de uma tecnologia política, toma para si a preocupação sobre a população, centralizando a vida dos indivíduos para o poder político. Uma das formas do Estado centralizar a vida dos indivíduos é o controle sobre a sexualidade. Desta forma, a família patriarcal foi eleita como parte importante para o fortalecimento do Estado.

Cabe destacar também o caráter sexuado que o Estado tem em relação às sexualidades, uma vez que há certos privilégios relativos a sexo, gênero e sexualidade para sujeitos distintos. Debbie Epstein e Richard Johnson (1998), em um trabalho de pesquisa na Inglaterra, relatam o caráter sexuado que o Estado possui, sendo a escola frequentemente eleita como a base para a família. Ou seja,

nesse discurso está envolto que, apesar da aparência assexuada, sempre há incorporação das preferências sexuais pelo Estado. Embora falem da realidade inglesa, nos reportamos ao Brasil, pois tal como aponta o autor e a autora, o Estado tem uma base sexual que regula outras instâncias e práticas sexuais e essas estão entrelaçadas com as questões de gênero.

Epstein e Johnson (1988) apresentam uma aproximação entre formação discursiva e cultura sexual, que nos conduz a entender um pouco também nossa realidade e como certos processos não avançam (nesse caso específico, a Educação Sexual). Para Epstein e Johnson (1988), formação discursiva é a combinação histórica de discursos e estratégias discursivas com histórias diferentes que se combinam por uma relação de forças particulares em processo ao mesmo tempo e lugar; cultura sexual sempre está produzindo, sempre está em mudança e apresenta diversificação internamente. Sabendo disso, temos a formação de estratégias discursivas que são um subconjunto da formação, uma combinação em torno de predileções e práticas políticas. Nessa estratégia, está a articulação entre família, escola e Estado, por exemplo. A estratégia inclui ainda a intencionalidade e indica que o poder e a cultura têm a sua própria lógica.

O autor e a autora apontam que um bom exemplo de estratégia é pensar na reação conservadora entre os sexos, no tradicionalismo moral e na importância dos “valores familiares”. Destacam o fato que nessa discussão há sempre um embate entre o conservadorismo moral e o radicalismo sexual. Com isso, os autores nos conduzem a pensar que o discurso da “Ideologia de gênero” entra como estratégia utilizada pelo Estado para garantir sua permanência enquanto estrutura de poder.

Nesse debate também inserimos o pressuposto caráter laico do Estado Brasileiro, em que podemos perceber como há fragilidade na prática da laicidade, sobretudo no tocante à nossa discussão, visto que sucumbiu a apelos religiosos. O Estado laico não deve ser orientado por dogmas religiosos, pelo contrário “a laicidade cumpre a função, portanto, de garantia institucional para a liberdade religiosa” (RIOS, 2015, p. 20).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fúlvia Rosemberg (1985) foi enfática ao apontar que quem melhor sintetizou a Educação Sexual no Brasil foi Carmem da Silva³⁷ ao dizer a seguinte frase: “Pela enésima vez o Brasil redescobre a Educação Sexual”. Desde 1978, ano em que Carmem Silva disse essa frase, até os dias atuais, a Educação Sexual já foi redescoberta inúmeras vezes. Em tempos de “Ideologia de gênero”, a Educação Sexual é novamente reivindicada para o domínio da família e afastada do âmbito escolar.

O debate sobre a inclusão da Educação Sexual no currículo escolar, embora ocorra há décadas, ainda permanece atual, pois a sua inserção nunca ocorreu de forma ampla, a partir de perspectivas que contemplem o diálogo com as discussões de gênero e diversidade. Assim, pela enésima e mais algumas incontáveis vezes, reacende o debate em torno da Educação Sexual na escola.

Considerando o objetivo desta tese que era de analisar como a emergência do discurso sobre “Ideologia de gênero” caracteriza-se uma reação contrária à efetivação da Educação Sexual no Brasil, percebemos que os discursos enraizados em relação à Educação Sexual podem ser percebidos na nova roupagem traduzida pelo discurso da “Ideologia de gênero”.

A defesa constante de que a Educação Sexual deveria ser responsabilidade exclusiva da família e a escola não poderia tratar desse assunto, tem encontrado apoiadores, na atualidade, apoiadores empenhados, tal como presenciamos em outros momentos decisivos dessa história.

Evidenciamos nesse conjunto de aspirações, o papel de três instituições sociais importantes: a família, a religião e o Estado, que interferem diretamente nas ações voltadas à Educação Sexual, gênero e diversidade no âmbito escolar. Destacamos entre essas o papel do Estado, que assume o posicionamento mais conservador como parte de sua política, o que impede que discussões mais inclusivas sejam inseridas, o que ocorreu tanto em relação à proposição de Lei para a Educação Sexual em 1968, como no PNE (2014-2024) em 2014.

³⁷ Carmem da Silva foi colunista da revista Claudia durante 22 anos. “Ela se destaca na abordagem de temas tabus para aquela época, tais como: infidelidade, anticoncepcionais, aborto, maternidade, orgasmo, sexismo e igualdade de gêneros. Traduziu, como ninguém, as discussões feministas restritas às intelectuais europeias e às líderes americanas”. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/mulheres-extraordinarias-em-claudia-carmem-silva-ajudou-a-criar-feminismo-brasileiro/> Acesso em: 16 nov.2017.

A movimentação em torno da votação do PNE (2014-2024) configurou-se como um momento propício para se propagar o discurso que coloca gênero como sendo “Ideologia de gênero”, como uma forma de “distorcer” os estudos de gênero.

Embora o termo já marcasse presença dentro de setores específicos da Igreja Católica, foi nesse período que ele teve um alcance maior, com o apoio de outras religiões e de bancadas parlamentares (popularmente conhecida “bancada BBB - Boi, Bala, Bíblia”) que representam uma frente conservadora dentro do Congresso Nacional.

Desta forma, o período de tramitação do PNE (2014-2024), que perdurou durante quatro anos, de 2010 a 2014, trouxe para além do discurso de gênero como “Ideologia de gênero” a propagação de ideias conservadoras. Essas ideias, por sua vez, causaram certo pânico na população em relação aos estudos de gênero e sexualidade, pois foram alicerçados em argumentos como: a “Ideologia de gênero” poderia propor que as pessoas pudessem escolher seu gênero, sem levar em conta seu sexo biológico; há uma desconstrução do sexo biológico em virtude de um social; é uma ideologia feminista, radical; “Ideologia de gênero” é como um mecanismo para a destruição da família tradicional; a homossexualidade é uma ameaça à ordem social; uma nova antropologia, que é proposta no intuito de criar um novo ser humano. Reis (2016) utiliza-se do termo falácia para exemplificar o que se construiu em tono do termo ideologia de gênero.

Criou-se uma falácia apelidada de “ideologia de gênero”, que induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos. Utilizou-se de desonestidade intelectual, formulando argumentos sem fundamentos científicos e replicando-os nas mídias sociais para serem engolidos e regurgitados pelos fiéis acríticos que os aceitam como verdades inquestionáveis. Utilizou-se também de uma espécie de terrorismo moral, atribuindo o status de demônio às pessoas favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e diversidade sexual na educação, além de intimidar profissionais de educação com notificações extrajudiciais com ameaça de processo contra quem ousasse abordar esses assuntos na sala de aula. Criou-se um movimento para “apagar” o assunto gênero do currículo escolar (REIS; EGGERT, 2016, p. 20).

A articulação em torno do discurso para a criação dessa falácia há muito estava sendo construída no âmbito de setores da Igreja Católica. Rosado-Nunes (2015) aponta que a formação discursiva realizada pela Igreja Católica faz uma eleição de um “inimigo imaginário” que foi amplamente mediatizado e difundido, o

que permite que a igreja reafirme suas doutrinas e reformule suas críticas ao mundo moderno.

A eleição do gênero como inimigo a ser combatido sob o mote da “Ideologia de gênero” utiliza-se de argumentos ligados à pureza e proteção que convence uma parcela da população, pois o discurso elaborado sobre a proteção da pureza das crianças e adolescentes, o que tem aceitação social.

Na fase de tramitação do PNE, o país passava por um momento conturbado em relação às políticas sociais do Governo da Presidenta Dilma, em que movimentos contrários ao governo se mobilizaram e tiveram êxito com a ruptura institucional a partir do impedimento da presidenta.

Desde essa ruptura que pode ser considerada como Golpe de Estado, as políticas de diversidade saíram enfraquecidas, sobretudo, as ligadas à população LGBTI, que são os principais alvos do discurso da “Ideologia de gênero”.

A análise do período de discussões do PNE (2014-2024) e o destaque do discurso da “Ideologia de gênero” nos encaminham para um contexto social no qual o posicionamento de grupos contrários a políticas de igualdade ganham força e encontram respaldo institucional para serem difundidas e contribuir para o avanço de políticas conservadoras que barram o direito de mulheres e da população LGBTI.

Não por acaso, o sistema educacional é utilizado como instrumento para a reverberação desses discursos. Foucault (2012, p. 41) já afirmava que: “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Ou seja, se há a reivindicação do ambiente escolar por meio de segmentos sociais que preconizam a igualdade de gêneros, diversidades, sexual, étnico/racial, religiosa e identitárias, há também um movimento contrário que reivindica esse espaço como sendo de domínio dele.

Não há nada de novo nessa disputa e o percurso da Educação Sexual nos mostra essa realidade, quando ações voltadas ao ambiente escolar não condiz com o discurso presente dentro da orientação social da família, imediatamente há forças contrárias que passam a reivindicar posturas que corroboram com suas realidades. Estamos em um campo de constante enfrentamento, e se elegemos a escola como um espaço propício de discussão, da mesma forma o outro lado o faz.

Assim, o que nos move para além de uma disputa de poder, é acreditar que a sociedade pode caminhar para um modelo de maior igualdade e diversidade, reconhecendo a identidade dos sujeitos e todo o direito em manifestar suas crenças,

sexualidade, gênero, raça/etnia, sem sofrer punições maiores do que as que sofrem com o descaso cotidiano.

Embora nosso foco fosse direcionado para os argumentos que colocaram gênero como ideologia nos sítios da internet, ressaltamos que as pesquisadoras e entidades ligadas à discussão de gênero e sexualidade não acompanham passivamente essa discussão. Desde a discussão do PNE (2014-2024), em que o termo ganhou maior notoriedade, os movimentos feministas, LGBT, pesquisadoras, associações se declararam contra essa visão de olhar para os estudos de gênero.

Publicações de artigos em jornais, informativos e cartilhas para esclarecer o que é gênero e a “falácia” montada da “Ideologia de gênero”, demonstraram um movimento de resistência frente ao conservadorismo.

Em 2017, tivemos um dos maiores eventos da área de gênero e feminismo, o Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 junto com o 13º Congresso Mundos de Mulheres, com a participação de aproximadamente oito mil pessoas inscritas e discutindo questões sobre mulheres, feminismo, gêneros, sexualidades transsexualidade, entre outros temas. Esse evento demonstra uma das formas de resistências de grupos sociais excluídos.

Na ocasião, o depoimento de uma pesquisadora da área de gênero de renome nacional – Mary Garcia Castro – veio alertar sobre a limpeza ideológica que algumas instituições de ensino superior religiosas vêm fazendo em seu corpo docente no que tange à “Ideologia de gênero”. O alerta vinha em virtude de sua própria demissão. Em entrevista à Revista Cadernos de Gênero, Mary Garcia Castro esclarece:

[...] Após 14 anos na UCSAL fui demitida, sob a alegação de crise econômica, mas a meu juízo e de vários colegas, foi por motivos políticos, já que tinha feito campanha contra o atual reitor, não por sua pessoa e sim pelo fato de que apesar de eleições diretas ele já estava sendo anunciado como o candidato indicado pelo arcebispo. Fui contra tal autoritarismo. Também, “por coincidência”, fui demitida, 5 dias após escrever uma carta crítica a artigo do arcebispo que entre outros disparates se dizia contrário ao que chamava de “ideologia de gênero” ou o ensino de gênero na escola porque tal “ideologia” advogaria ou estimularia a pedofilia.

Tal tendência das Universidades católicas de priorizar posições teológicas em detrimento do que é caro no conhecimento científico, a liberdade de cátedra e busca da diversidade e do pensamento crítico não é nova. A PUC de São Paulo nos anos 2000 demitiu uma grande feminista e socióloga, de reconhecimento internacional, Helleieth Saffioti, e mais recentemente uma bióloga da PUC do Rio Grande do Sul (creio que foi demitida). Em ambos os casos eram cientistas com proposições críticas ao evolucionismo. O ensino no Brasil se pressupõe laico e é um absurdo que universidades com tal engessamento religioso recebam apoio do Estado (CASTRO, 2017).

Como estudiosas/os de gênero e da Educação Sexual, o empenho diário da divulgação do que realmente se aborda em nossos trabalhos é de fundamental importância para barrar o conservadorismo presente no modo de pensar a educação no Brasil, em especial a Educação Sexual e os estudos de gênero. Temos na história um movimento de resistência que, mesmo com todos os percalços encontrados pelo caminho, não deixou que a temática ficasse esquecida. Isso demonstra que para além de uma necessidade acadêmica de estudo, é uma realidade social deficitária cujo debate é extremamente necessário.

Quarenta e sete anos passados da frase que está no título desse trabalho “não se abre à força um botão de rosa, e, sobretudo, com as mãos sujas” - e ainda vemos arraigado o mesmo pensamento de que a educação sexualidade é algo sujo e impositivo. Tal pensamento de forma alguma condiz com os estudos ligados à sexualidade e gênero, em que o que prevalece é o respeito e o trabalho para o direito à educação inclusiva e reflexiva que combata estereótipos e não prive os/as indivíduos do conhecimento como um todo. A Educação Sexual sistemática na Escola pode ser a chave para desmistificar muitos assuntos que são vistos como sujos, que ao contrário de forçar o “botão de rosa” a abrir, ela é e pode ser o Sol que alimenta essa planta para que “desabroche” para o mundo com consciência de gênero, corpo, sexualidade, igualdade, respeito e, acima de tudo, ao olhar o outro como igual.

REFERÊNCIAS

ACIDIGITAL. **Senado vota esta semana projetos de lei que favorece ideologia de gênero e homossexualismo.** Disponível em: <<http://www.acidigital.com/noticias/senado-vota-esta-semana-projetos-de-lei-quefavorecem-ideologia-de-genero-e-homossexualismo-48164/>> Acesso em: 26 jun. 2017.

ACIDIGITAL. **Ideologia de gênero pretende destruir a família e a sociedade, adverte perita argentina.** 2012. Disponível em: <<http://www.acidigital.com/noticias/ideologia-de-genero-pretende-destruir-a-familia-ea-sociedade-adverte-perita-argentina-37504/>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

AGUIAR, Márcia Angela Da S.. Avaliação do Plano Nacional de Educação 20012009: questões para reflexão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 nov. 2017.

ALMEIDA, Kaciane Daniella de. **EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA DISCUSSÃO PARA O ENSINO MÉDIO TÉCNICO?**. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso Programa De Pós-Graduação Em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ALMEIDA, Kaciane Daniella de; LUZ, Nanci Stancki da. **EDUCAÇÃO SEXUAL: Uma Discussão Para A Escola?**. Curitiba, appris, 2014.

ALTMANN, Helena. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

ANAMI, Letícia Figueró; FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. (Org.) **Educação Sexual: múltiplos temas, compromissos comuns.** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

AQUINO, Felipe. **Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família.** 2012. Disponível em: <<http://cleofas.com.br/ideologia-de-genero-neototalitarismo-e-amorte-da-familia>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

ARAÚJO, Ana Paula de. **Marcha da Família com Deus pela Liberdade.** Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/marcha-da-familia-com-deus-pelaliberdade/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

ARQUIDIOCESE DO RIO. **PNE**: Câmara vota Plano que contém ideologia de gênero. Disponível em: <<http://arqrio.org/noticias/detalhes/2031/pne-camara-votaplano-que-contem-ideologia-de-genero>> Acesso em: 5 jun. 2017.

ATILIO FAORO. **Loucura da ideologia de gênero**: escola na Suécia proíbe que crianças sejam tratadas como meninos e meninas. 2011. Disponível em: <<https://ipco.org.br/loucura-da-ideologia-de-genero-escola-maternal-na-sueciaproibe-que-criancas-sejam-tratadas-como-meninos-e-meninas/#.WgNFTIWnGUk>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

AYLLÓN, José Ramón. **Ideologia de gênero**: a ideologia contra Biologia. 2010. Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo916.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BABITOSTE. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. 2011. Disponível em: <<https://historiativanet.wordpress.com/2011/11/23/a-marcha-da-familia-comdeus-pela-liberdade/#comment-353>>. Acesso em: 20 out. 2017.

BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina. **Educação sexual**: debate aberto. Petrópolis: Vozes, 1982.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo, SP: Difusão Européia do livro, 1970.

BENTO XVI. **Discurso de Natal à Cúria Romana**: Bento XVI fala sobre a “profunda falsidade” da ideologia de gênero e o diálogo. 2012. Disponível em: <<https://fratresinunum.com/2012/12/22/discurso-de-natal-a-curia-romana-bento-xvifala-sobre-a-profunda-falsidade-da-ideologia-de-genero-e-o-dialogo/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. Trad. Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Edusp. 1999

BETIM, Felipe. **‘CURA GAY’**: o que de fato disse o juiz que causou uma onda de indignação. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html>. Acesso em: 20 set. 2017.

BODIÃO, Idevaldo da Silva. Reflexões sobre as Ações da Sociedade Civil na Construção do PNE 2014/2024. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 335-358, abr./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n2/2175-6236-edreal-41-02-00335.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

BRASIL, Lei nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 Edição Extra – 26 jun. 2014.

BRASIL. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2008**: modalidades de ensino. v. 1, Brasília, DF: MEC/INEP, 2009.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (2006). Projeto de Lei nº 122, de 12 de fevereiro de 2006. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Criminaliza A Homofobia**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (2006). Projeto de Lei nº 122, de 12 de fevereiro de 2006. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.. **Criminaliza A Homofobia**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

BRASIL. Congresso. Senado. Projeto de Lei nº 193, de 20 de dezembro de 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". **Projeto de Lei do Senado N° 193, de 2016**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. Congresso. Senado. Projeto de Lei nº 470, de 09 de novembro de 2017. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências. **Estatuto das Famílias**. Brasília, Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-equalitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf/view>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

BRILHANTE, Aline Veras Moraes. **EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA PÚBLICA COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2012. Disponível em: <<https://oatd.org/oatd/record?record=oai:tede.unifor.br:89598>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

BRITTO, Patrícia; REIS, Lucas. Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem 'ideologia de gênero'. **Folha de São Paulo**. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-deeducacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

CAMPANERUT, Camila, Emenda para aumento de vagas na educação técnica no PNE foi apresentada 17 vezes. **Notícias Uol**, 2011. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/educacao/2011/06/28/emenda-para-aumento-devagas-na-educacao-tecnica-no-pne-foi-apresentada-17-vezes.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Müller. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, 480 p.

CHRISTO NIHIL PRAEPONERE. **Para que existem as conferências episcopais?**. 2013. Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/episodios/para-que-existem-asconferencias-episcopais>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

COM SHALOM. **Ideologia do Gênero**: ciência nega categoricamente que o gênero seja “construção social”. Disponível em: <<http://blog.comshalom.org/carmadelio/30773-ideologia-do-genero-ciencia-negacategoricamente-que-o-genero-seja-construcao-socia>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

COMUNIDADE CATÓLICA DE SIÃO. **Ideologia de gênero pretende destruir a família e a sociedade, adverte perita argentina**. 2012. Disponível em: <http://www.comunidadesiao.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2859:ideologia-de-genero-pretende-destruir-afamilia-e-a-sociedade-adverte-perita-argentina&catid=17:afetividade-esexualidade&Itemid=84>. Acesso em: 08 nov.2017.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. **A IDEOLOGIA DO GÊNERO**: seus perigos e alcances. Tradução: Apostolado VeritatisSplendor - C.D.T. junho de 2008. Disponível em: http://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf. Acesso: 23 de setembro de 2016.

COSTA, Ana Alice Alcântara. SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador, Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Universidade Federal da Bahia, vol.8 **Coleção Bahianas**, 2002.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico de gênero. In: **Cadernos Pagu**, 11, Campinas, p. 127-140, 1998. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/cadpagu_1998_11_11_COSTA.pdf>. Acesso em: 14 mar. De 2017.

DUNKER, Chistian Ingo Lenz. Discuro e Ideologia. In: SIGNORINE, Inês (organizadora) et al. São Paulo: Parábola editora, 2008, p- 185-214. EAGLENTON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (organizador). **Um mapa da ideologia**. Tradução RIBEIRO, Vera. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.179-226.

ESCOLA sem partido. 2017. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

EPSTEIN, Debbie; JOHNSON, Richard. Sexualidades e instituição escolar. Madrid: Paideia; Ed. Morata, 2000. 232 p.

FAORO, Atilio. **Loucura da ideologia de gênero**: escola na Suécia proíbe que crianças sejam tratadas como meninos e meninas. Disponível em: <<http://ipco.org.br/ipco/loucura-da-ideologia-de-genero-escola-maternal-na-suecia-proibe-que-criancassejam-tratadas-como-meninos-e-meninas/#.V-UWJCErLIU>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca. Salazar. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar. SOARES, Rosângela. (orgs.) **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Porto Alegre, Mediação, 2004;

FÉLIX, Jeane. Entrevistas *on-line* ou algumas pistas de como utilizar bate-papos virtuais em pesquisa na educação e na saúde. In: **Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação**. MEYER, Dagmar estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (organizadoras). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. 2º ed. p. 135-154.

FERNANDES, Francisco das Chagas. A Conferência Nacional de Educação (CONAE) e o Plano Nacional de Educação (PNE). In **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 1031-1058, jul.-set. 2010. Entrevista concedida a revista Educação e Sociedade. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/19.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2007.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio – 3.ed. rev. e atual. Londrina: Eduel, 2010.

FIGUERÓ, Mary Neide Damico. Revendo A História Da Educação Sexual No Brasil: Ponto De Partida Para Construção De Um Novo Rumo. **Nuances: estudos sobre educação**, Londrina, v. 4, n. 4, p.123-133, set. 1998. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/84>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n.114, p.197-223, Nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Nov. 2017.

FOUCAULT, Michel. A Tecnologia Política dos indivíduos. In: **Ética, sexualidade, política. Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 20ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Gral, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 74 p. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio.

FURLANI, Jimena. Abordagens contemporâneas para educação sexual. In: FURLANI, Jimena. (Org.). **Educação sexual na escola**: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC (Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina), 2008.

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da educação sexual na escola. In: **Sexualidade**/Cadernos temáticos. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de gênero e Diversidade sexual. Curitiba: SEED-PR, 2009.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Educação sexual**: uma proposta, um desafio. São Paulo, Aruanda, 1982.

GORE, Jennifer M. Gore. Foucault e educação: fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 8 ed. p.09-20.

GRANUZZIO, Patricia Magri. **PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO DE PROFESSORES SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE EM UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA PÚBLICA**. 2012. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Em Educação, Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2012. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/aluno/visualiza.php?cod=1110>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

GROSSI, Miriam Pillar. A REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS FAZ 10 ANOS UMA BREVE HISTÓRIA DO FEMINISMO NO BRASIL. **Estudos Feministas**, Florianópolis, edição especial, n. 12, p. 211-221, set/dez. 2004. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/GROSSIMiriambrevehist.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, 2004, p. 201-246. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acesso: 17 mar. 2017.

HERMIDA, Jorge Fernando. O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172), de 9 de janeiro de 2001. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 22, n. 27, p. p. 239-258, out. 2006. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/6483>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

JAQUES, Andre Estevam. **SIGNIFICADO DA SEXUALIDADE E ASSUNTOS CORRELATOS NO CONTEXTO ESCOLAR POR PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIA DE UMA PESQUISA AÇÃO**. 2012. 183 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-23102013083606/pt-br.php>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como espaço de direitos. In: LIONÇO, Débora; DINIZ, Tatiana. (Org.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**, Brasília: Letras Livres; Editora da UnB, 2009. P. 161-193.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: Paula R. Costa Ribeiro, Joanalira C. Magalhães (orgs). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. Disponível em: goo.gl/MUN9tM.

LAMARÃO, Sérgio. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. 2017. Disponível

em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus>. Acesso em: 20 out. 2017.

LIVIERES, Rogelio. **A ideologia de gênero é um atentado contra a natureza humana**. 2012. Disponível em: <<http://midiasemmascara.org/arquivos/a-ideologiadegenero-e-um-atentado-contra-a-natureza-humana/>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista** (1997) (2014). 16ª edição. Editora vozes.

MACHADO, Carla. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, [S.l.], n. 7, out. 2004. ISSN 0873-0725. Disponível em: <<http://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

MARTINS, Dan. **Marisa Lobo faz alerta sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/marisa-lobo-alerta-ideologia-genero-plano-nacional-educacao-67075.html>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

MEYER, Dagmar estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisa pós-crítica ou sobre como fazemos nossas investigações. In: **Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação**. MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (organizadoras). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. 2ª ed. p.1724.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, Junho 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Julho 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.

MOKWA, Valéria Marta Nonato Fernandes. **Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual**: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista. 2014. 275 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115931>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

MOREIRA, Betina Loitzenbauer da Rocha. **PERCEPÇÕES DE ALUNOS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE URUGUAIANA ACERCA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA**. Centro de Ciências Naturais e Exatas. 2011. 94 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade

Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011. Disponível em: <[http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3519/MOREIRA, BETINALOITZENBAUER DA ROCHA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3519/MOREIRA,BETINALOITZENBAUER%20DA%20ROCHA.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 01 fev. 2014.

NAGIB, Miguel. **Escola sem partido**. 2017. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 20 set. 2017.

NERY, Felipe. **Criação da editora Katechesis, dia 19 de outubro de 2011 Dia de São Pedro de Alcântara**. 2011. Disponível em: <<http://katechesis.com.br/content/6a-editora>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ONU. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. **Pequim 1995**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: **Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação**. MEYER, Dagmar estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (organizadoras). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. 2º ed. p. 25-48.

PESCE, Paolo. **A ideologia sexualista proposta pela Organização Mundial da Saúde**: a Organização Mundial da Saúde pretende implementar a ideologia de gênero nas escolas e negociar a moral na educação. In: ALETEIA, Disponível em: <<http://pt.aleteia.org/2013/12/20/a-ideologia-sexualista-proposta-pela-organizacaomundial-da-saude/>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

PINHO, Márcio; SANTIAGO, Tatiana. **Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-emsp.html>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 119 (Coleção História do Povo Brasileiro).

PORTAL DA FAMÍLIA. **Ideologia de gênero: a ideologia contra Biologia**. Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo916.shtml>> Acesso em: 26 jul.2017.

QUIRINO, Glauberto da Silva. **SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL: PRÁTICA DOCENTE EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM JUAZEIRO DO NORTE - CE**. 2012.

119 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Ciências: Química Da Vida E Saúde, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/3523>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 – 1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan. 2017. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 julho de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017165522>.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa... a educação sexual no Brasil nos documentos da inquisição dos séculos XVI e XVII. In: **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPED**. 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Educação, 2005.

RIOS, Roger. Raupp. A laicidade e os desafios à democracia no Brasil: neutralidade e pluriconfessionalidade na constituição de 1988. In H. C. Nardi, P. S. Machado, & R. S. Silveira (Orgs.), **Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas**: o que a laicidade tem a ver com isso? (pp. 17-38). Porto Alegre, RS: Deriva/ Abrapso, 2015.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (org.) Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, p. 15 – 25.

RORTY, Richard. Feminismo, ideologia, e desconstrução: uma visão pragmática. In: ZIZEK, Slavoj (organizador). Um mapa da ideologia. Tradução RIBEIRO, Vera. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 227-235.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: A intervenção da hierarquia católica. **Horizonte: Revistas de Estudos de Teologia e Ciências da Religião da PUC- Minas**, Belo Horizonte, v. 39, n. 13, p.1237-1260, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/issue/view/730/showToc>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. "A educação sexual na escola". **Cadernos de Pesquisa**, n. 53, p. 11-19, mai. 1985.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo. **Edição S.O.S corpo**. Recife março 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919?show=full>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

RUBIN, Gayle. **Pensando Sexo**: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1582>. Acesso: 06 fev.2018.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Júlio G. (org.) **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p.107-117.

SAMPEL, Edson. **Entenda o que é a conferencia episcopal**. 2013. Zenit. Disponível em: <<https://pt.zenit.org/articles/entenda-o-que-e-a-conferencia-episcopal/>>. Acesso em: 18 mar. De 2016.

SANTOS, Vera Marcia Marques. **PONTES QUE SE ESTABELECEM EM EDUCAÇÃO SEXUAL: UM DIÁLOGO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA E OS SABERES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS NO BRASIL E EM PORTUGAL**. 2011. 218 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação Em Educação, Ciências Humanas, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/VeraMarciaMarquesSantos.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

SARTORI, Ari José. Origem dos estudos de gênero. In: SARTORI, Ari José; BRITTO, Néli Suzana. **Gênero na educação**: espaço para a diversidade. 2. ed. Florianópolis: Genus, 2006. p. 26-39.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez., 1995.

SFAIR, Sara Caram. **EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS: O QUE PREVEEM OS DOCUMENTOS PÚBLICOS NOS NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL EM SÃO PAULO**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado) Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SILVA, Jackson Ronie Sa da. • **HOMOSSEXUAIS SÃO... REVISITANDO LIVROS DE MEDICINA, PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA QUEER.** 2012. 402 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Educação, Educação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3445>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

SILVA, Otoniel Alvaro da. **EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UM ESTUDO COM FOCO NOS PROFESSORES.** 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes/m2011/m2011_Otoniel Alvaro da Silva.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes/m2011/m2011_Otoniel%20Alvaro%20da%20Silva.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2014.

UOL. **Vaticano se posiciona contra o feminismo e a ideologia de gênero.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2004/07/31/ult1766u4859.jhtm>> Acesso em: 26 jul. 2017.

VASSALO, Luis. **Juiz libera cura gay por psicólogos.** 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juiz-concede-liminar-que-permiteaplicacao-de-cura-gay-por-psicologos/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo J.. Foucault e educação: outros estudos foucaultianos. In: **Os sujeitos da educação: estudos foucaultianos.** SILVA, Tomas Tadeu (org.) 8. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 225 – 247.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educ. Pesqui**, São Paulo, v. 41, n. 3, p.791-806, set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/15179702-ep-1517-97022015031914.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

VIANNA, Cláudia. Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo. **Gênero e Diversidade Sexual: desafios para a prática docente.** 2015. Disponível em: <<http://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2015/11/desafios-para-a-praticadocente.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

VIANNA, Claudia; SILVA, Claudia Roberto da. Contribuições para a análise da educação escolar In: **Grandes Temas: Gênero e Sexualidade: Mapeando as igualdades e as diferenças entre os sexos e suas relações com a educação.**São Paulo: Segmento, 2008, p. 6-15.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. **CONTRIBUIÇÕES DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: elementos**

para repensar a agenda. In: **Gênero e educação**: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais / Denise Carreira... [et al.]. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016. p. 55-110.

VIDAL, Diana Gonçalves. A educação sexual. In: **Grandes Temas: Gênero e Sexualidade**: Mapeando as igualdades e as diferenças entre os sexos e suas relações com a educação. São Paulo: Segmento, 2008, p. 24-33.

VIDAL, Diana Gonçalves. Educação sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930. In: História da educação: processos, práticas e saberes[S.l: s.n.], 2003.

WEREBE, Maria José Garcia. Implantação da educação sexual no Brasil. In: **Cadernos de pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, nº 26, 1978. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1718>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade Política e educação**. Autores associados, Campinas, 1998.

WEREBE, Maria José. **A educação Sexua na Escola**. São Paulo: Moraes Editora, 1977, p. 261.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a sexualidade equidade de gênero e diversidade sexual: entre carregar água na peneira, catar espinhos na água e a prática de (des)propósito. In: XAVIER FILHA, C. (Org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande, MS: Ed.UFMS, 2009.

ZAGO, Luiz Felipe, **Os meninos: corpo, gênero e sexualidade em e através de um site de relacionamentos na internet**. 2013. 331 f. Tese (Programa de PósGraduação em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70594>>. Acesso em: 08 de nov. 2017.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil**: Um Debate. Dissertação, (Programa de PósGraduação em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, março de 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (organizador). **Um mapa da ideologia**. Tradução RIBEIRO, Vera. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.7-38.

ZIZEK, Slavoj. Vivendo no fim dos tempos. Tradução MMEDINA, Maria Beatriz de. São Paulo: Boitempo, 2012.

